

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO

**Salinópolis-PA: (Re)Organização Sócio-Espacial de um Lugar Atlântico-
Amazônico**

Dissertação de Mestrado

Francinete Maria Oliveira de Brito

Florianópolis

2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO

**Salinópolis-PA: (Re)Organização Sócio-Espacial de um Lugar Atlântico-
Amazônico**

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração, Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de **Mestre em Geografia**.

Francinete Maria Oliveira de Brito

Orientador: Prof. Dr. Ewerton Vieira Machado

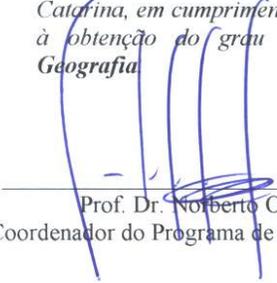
Florianópolis – SC

2004

**Salinópolis – PA: (re) organização sócio-espacial de um lugar Atlântico-
Amazônico.**

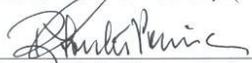
Francinete Maria Oliveira de Brito

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração, Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia


Prof. Dr. Norberto Olmiro Horn Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 13/10/2004


Dr. Ewerton Vieira Machado (Presidente e Orientador-GCN/UFSC)


Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira (Membro-UNIVALI/UFSC)


Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (Membro-UFPará)

Florianópolis - 2004

*“Onde quer que eu esteja
sou um amazônida,
perseguido por visões mitológicas
pelo veneno da selva,
pelo mistério ainda indecifrado
destas fortes benfazejas chuvas,
pelo doce chamado
dessa minha gente”...*

Waldemar Henrique da Costa Pereira¹

¹ ¹ Nasceu em Belém, em 15/02/1905, e faleceu em 28/03/1995. Foi músico, regente, teatrólogo e cronista. É considerado como o compositor paraense mais importante do século XX. Ao lado de sua irmã Mara, teve destacada atuação no cenário musical americano e europeu, nos anos de 1940 e 1950. Foi também diretor do Teatro da Paz. (www.culturapara.com.br). Acessado em 17/09/2004.

*À minha mãe, Elza, pelo exemplo
de mulher forte e generosa.
Aos meus filhos, Leonardo, Diogo e Lívia
pelo incentivo e carinho.
E ao Licurgo, “companheiro de sempre”,
pela ajuda indispensável na construção deste trabalho.*

AGRADECIMENTOS

*“É tão bonito
quando a gente sente
que nunca está sozinha,
por mais que pense estar”*

(Caminhos do Coração – Gonzaguinha)

Vir para Florianópolis para fazer mestrado foi uma decisão marcada pelo desejo de um crescimento profissional e, ao mesmo tempo, tentar dar a minha vida pessoal um novo ânimo. Ficar longe de minha família, de meus amigos, enfim do meu lugar, não foi tarefa fácil, mais também foi um dos melhores aprendizados que a vida me reservou.

Aliados a este lado árduo de minha experiência, houve grandes compensações, como a da chegada de novos amigos, pessoas com quem pude contar em várias situações, mesmo aquelas mais complicadas e que me faziam sentir que, mesmo distante do meu lugar, eu não estava sozinha.

É por isso que agradeço:

A Deus, a oportunidade, a força e a luz necessária, para realizar este estudo;

Aos meus filhos, Leonardo, Diogo e Lívia, a compreensão pelo longo período que ficamos separados, e também pelo carinho e incentivo para continuar;

Ao Licurgo pelo, apoio através de sua competência na construção deste trabalho, pela ajuda na construção da introdução com as reminiscências das “férias de verão” e pela força, incentivo e carinho nos momentos mais difíceis dessa caminhada;

A Bianca, que chegou durante esta trajetória difícil e me fez ver, mesmo sem falar, que a gente não pode desistir;

A minha família de maneira geral, minha sogra, minha irmã, minha nora, meus cunhados (verdadeiros irmãos) e meus sobrinhos, que sempre me apoiaram e não permitiram que eu desistisse;

Ao professor Ewerton, orientador desta dissertação, pela amizade e colaboração eficiente na construção deste trabalho;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela contribuição na construção do pensamento geográfico;

À Universidade Federal do Pará e ao Núcleo Pedagógico Integrado, pelo apoio que possibilitou essa conquista.

Aos amigos da turma de mestrado: Sílvia, Ildefonso, Cris, Marlene, Fabiane, Fernando, Keila, Karla, Eliane, Gisele, Emerson, Alessandra, Marcelus e todos que, com suas amizades, palavras de estímulo, apoio e carinho me fizeram sentir melhor;

Aos amigos Rosângela, José Rassy e Adenauer Góes pelo incentivo e contribuição, facilitando esta fase difícil da pesquisa;

Às pessoas, que, mesmo sem me conhecer, me ajudaram a efetuar minha pesquisa em órgãos e/ou instituições públicas;

Aos amigos Henrique e Sérgio, que, mesmo não estando mais entre nós, foram, durante uma parte desta caminhada, o incentivo e o apoio de que tanto precisei.

SUMÁRIO

RESUMO.....	ix
RÉSUMÉ.....	x
LISTA DE FOTOS.....	xi
LISTA DE TABELAS.....	xii
LISTA DE MAPAS.....	xiii
LISTA DE FIGURAS.....	xiv
INTRODUÇÃO.....	15
Capítulo 1 O LITORAL: PAISAGENS, IMAGENS & FETICHES.....	21
1.1. Gênese e Trajetória das Transformações em Salinópolis.....	23
• Nome do lugar.....	23
• A Praticagem.....	25
• O Acesso.....	26
• A Hospedagem.....	30
• A Pesca, a Agricultura e a Pecuária.....	32
• O Comércio e o Turismo.....	34
1.2. O Litoral Paraense e de Salinópolis: Algumas Características dessa Região Costeira/Praiana.....	35
Capítulo 2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SALINÓPOLIS.....	40
2.1. A Influência das “Segundas Residências” na Produção do Espaço urbano.....	43
2.2. O Estado e suas Relações na Produção e Uso do Espaço Urbano/Turístico.....	53
Capítulo 3 SALINÓPOLIS E O TURISMO: RECENTES ALTERAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS E TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	61
3.1. A “Descaracterização” Territorial de Salinópolis e a “Nova” Produção do Lugar como Mercadoria Turística.....	62
3.2. População Local ou População Flutuante: Quem se beneficiará das Transformações Produzidas pelo Turismo.....	73

3.3. Tendências para o Turismo em Salinópolis.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
BIBLIOGRAFIA	83
ANEXOS.....	90

RESUMO

Neste estudo analisamos o processo de (re)organização sócio-espacial do Município de Salinópolis/PA, através da apropriação do solo por segundas residências e práticas de incentivo ao turismo.

Para a coleta de dados, utilizamos vários procedimentos metodológicos: levantamentos bibliográficos, entrevistas e consultas a periódicos dos arquivos públicos. Além disso, com base nas informações coletadas, elaboramos mapas e gráficos estatísticos, produzimos e coletamos fotos, visando reforçar nossas análises.

Verifica-se que a (re)organização sócio-espacial neste município intensifica-se em dois momentos marcantes. O primeiro em 1960 com aumento do fluxo de veranistas que, influenciados pelos atrativos bucólicos do lugar e pelo aumento do poder de compra das classes média e alta (em nível nacional), passaram a consumir e ou adquirir vários tipos de bens, inclusive construindo segundas residências. O aumento dessas construções foi favorecido também pelas “melhorias” infra-estruturais desenvolvidas através de ações estatais. Com isso, ocorrem os deslocamento de segmentos da população local, de baixo poder aquisitivo, para áreas de ocupações irregulares e sem infra-estrutura, permitindo o surgimento de áreas privilegiadas ocupadas em sua maioria pelos segundos residentes.

O segundo marco, a partir de 1990, foi a intensificação da atividade turística incentivada pelo Estado, que desenvolveu ações transformando o lugar em novas mercadorias, que beneficiam principalmente, as demandas turísticas.

Ao longo de sua história, Salinópolis vem sendo alvo de intervenções de vários agentes sociais. O Estado tem tido importante papel na transformação do lugar, valorizando seu território e atendendo principalmente aspirações da classe empresarial dos setores imobiliários e hoteleiros, que buscam obter lucros com os potenciais dessa região.

PALAVRAS-CHAVE: (Re)organização sócio-espacial, segundas-residências, turismo e lugar.

RESUME

Dans cette étude nous analysons le procès de (re)organisation socio-territoriale de la ville Salinópolis/PA, à travers l'appropriation de la terre par la construction de résidences secondaires et les résolutions politiques prises en faveur du développement du tourisme.

Nous avons employé diverses procédures pour la récolte des données: recherche bibliographique, interviews et consultation des périodiques des archives publiques. A partir de ces données, et dans le but de mieux fonder théoriquement nos arguments, nous avons élaboré des cartes et graphiques statistiques ainsi qu'un dossier photographique.

Nous observons que l'organisation socio-territoriale de Salinópolis s'opère de manière spécifique dans deux périodes particulières.

La première, dans les années 60, où nous constatons un nombre élevé de vacanciers qui, attirés par le paysage bucolique de cette ville et encouragés par la hausse du pouvoir d'achat des classes haute et moyenne (dans le contexte national), sont devenus concommateurs et propriétaires de toute sorte de biens, entre autres en construisant des résidences secondaires. Ce genre de construction a aussi été motivée par les améliorations de l'infrastructure de la ville à l'initiative de l'Etat. Ainsi, nous constatons le déplacement de la population locale au pouvoir d'achat limité vers des endroits d'occupation irrégulière et sans infrastructure. Ce phénomène est responsable de l'apparition de nouvelles zones privilégiées de la ville qui sont occupées, dans la majorité, par des maisons de villegiature.

La seconde, à partir de 1990, est marquée par un important développement des activités touristiques soutenues par l'Etat à travers des actions spécifiques favorisant l'émergence de besoins touristiques, dont les nouveaux types d'échanges commerciaux ont transformé ce lieu.

Salinópolis devient, tout au long de son histoire, la cible de plusieurs agents sociaux. L'Etat joue un rôle considérable dans la transformation de cet endroit qui, ainsi, se valorise de plus en plus. Cela contribue à attirer la classe dirigeante des secteurs immobilier et hôtelier qui visent des affaires lucratives en exploitant le potentiel de la région.

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Vista do atual farol em Salinópolis	26
Foto 02 – Vista atual do primeiro hotel construído em Salinópolis	31
Foto 03 – Novas formas e funções no lugar intensificam as transformações ambientais.....	37
Foto 04 – Construção de segundas residências no corredor de dunas.....	38
Foto 05 – Hotel – Clube Privé do Atalaia.....	39
Foto 06 – Segunda residência oficial do governador do Estado do Pará.....	44
Foto 07 – Foto aérea ilustrativa do crescimento urbano de Salinópolis.....	49
Foto 08 – A construção de segundas residências e a segregação residencial...	51
Foto 09 – O calçadão da orla da praia do Maçarico.....	57
Foto 10 – Tipos de investimentos realizados na orla da praia do Maçarico.....	58
Foto 11 – “O paraíso é aqui” fetiches do turismo.....	59
Foto 12 – Os empreendimentos imobiliários em Salinópolis.....	63
Foto 13 – Proecotur – poder público/iniciativa privada.....	67
Foto 14 – “Hábitos metropolitanos” no calçadão da orla da praia do Maçarico.....	74
Foto 15 – Revitalização da orla da praia do Maçarico.....	78
Foto 16 – Concentração de visitantes/segundos residentes na praia do Atalaia no ano novo	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Evolução de população urbana e rural do município de Salinópolis - PA de 1950 a 2000.....	45
--	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Mapa da Região Bragantina e Zona do Salgado.....	27
Mapa 02 – Mapa representativo da rodovia federal (BR-316) e estaduais (PA-324 e 124)	29
Mapa 03 – Localização da área em estudo.....	35

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Crescimento do número de pescadores em Salinópolis.....	33
Figura 02 – Crescimento do número de domicílios em Salinópolis.....	47
Figura 03 – Localização dos Pólos Turísticos no Estado do Pará.....	66
Figura 04 – O setor de hospedagem investe em melhorias de seus equipamentos.....	72

INTRODUÇÃO

“Cada lugar é, a sua maneira, o mundo. Mas também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais”

Milton Santos

Este trabalho de pesquisa tem como propósito realizar um estudo sobre os determinantes da organização sócio-espacial do município de Salinópolis, no Estado do Pará. Sua importância consiste em estimular reflexões e, possivelmente, outros estudos sobre este tema.

A gênese do interesse em estudar o processo de transformação sócio-espacial, em Salinópolis, foi o desejo de entender e explicar a diferença entre as imagens que mantenho no meu imaginário da paisagem, dos aromas e das pessoas que vi e com quem vivi em um tempo não tão remoto e aquilo que, hoje, o meu olhar capta e revela daquele entorno. As mudanças que verifico, atualmente, inquietam meu espírito e me lançam em busca de explicações a partir do contexto registrado em minhas lembranças e do contexto atual.

Dentre essas lembranças, algumas eu vivi, ainda com olhos muito miúdos, outras ouvi dos mais velhos. Para mim, as viagens a Salinas começaram a partir de 1967, a kombi ia lotada, quase sempre conduzindo três gerações. O percurso não preocupava muito, apesar de haver trechos na estrada em que o asfalto era ondulado, de má qualidade, como se a cada metro quadrado houvesse quatro ou cinco buracos, precariamente preenchidos com piche e asfalto, transformados às vezes em calombos outras em depressões. Alguns desses buracos, vistos de longe, pareciam estar artisticamente decorados, como se fossem olhos com entorno pintado em cor de telha. O encanto se quebrava quando aos solavancos subíamos e descíamos nos encaixando de novo entre braços e ombros dos companheiros de aventura. Aí a arte passava à realidade de cratera transbordante de piçarra, às vezes enlameada, adjetivada com palavras fulminantes que nunca saíam da boca de ninguém. Por causa das crateras e de outros percalços, tio Nonato, que dirigia aquele carro com a consciência de quem conduz o que lhe é de mais precioso, impregnava nele mesmo e em todos nós um forte espírito de aventura. A preparação era cuidadosa, desde os requisitos mecânicos da generosa Kombi até

os utensílios como lanterna, corda, 20 litros extra de gasolina e a bomba manual para encher pneus – não encontrávamos borracharias com facilidade. Sem que nos apercebêssemos, ele cronometrava cada trecho. Era impressionante quando depois, em conversas com outros aventureiros, ele dizia “*Nos 40 km de Castanhal a Santa Maria, a estrada melhorou muito, deu pra fazer em 40 minutos, cravados. Mas o trecho de Pirabas até Santa Luzia está péssimo a velocidade média foi de 30 km/h, sorte que é um trecho pequeno. Mas a viagem foi a mais rápida até hoje, foram três horas e cinquenta e sete minutos pra fazer os 228 km, de porta a porta*”. Isto era mesmo uma vitória porque, anos antes, quando a viagem era por Capanema e o trecho Capanema-Salinópolis era de chão, gastavam-se oito horas. Hoje há quem faça essa viagem em pouco mais de duas horas. Nós, as crianças, não tínhamos relógios, e, se tínhamos, não olhávamos para eles, porque o controle do tempo de viagem nós fazíamos pelo olfato. Isto mesmo, quando saíamos da Belém-Brasília (BR 316) e entrávamos na rodovia estadual (PA 324), a pista mais estreita e sem acostamento permitia que enormes árvores fizessem sombra sobre a estrada e, em especial naqueles segmentos, um forte aroma de mato, úmido e exótico, invadia o interior da Kombi. À medida que nos aproximávamos de Salinas, esse cheiro se modificava, o ar continuava puro, porém menos úmido. A paisagem também se modificava. Além do relevo ondulado que nos fazia sentir como em uma enorme “montanha russa”, na mata verde, a densidade das grandes árvores dava lugar à vegetação de médio porte e a compridos coqueiros. Eram os anúncios do litoral. Podíamos (pre)sentir o cheiro do mar, então sabíamos que era hora de procurar o pico das torres de comunicação. O primeiro que avistasse teria que gritar bem alto “olha a torre!” Esse seria reverenciado por todos até o final da viagem por ter sido esperto o bastante para perceber os primeiros sinais de urbanização depois daquele monte de mato deixado de lado ao longo da cansativa viagem. Estranho homem esse que deixa o urbano e se alegra em reencontrá-lo justamente onde buscava a fleuma.

Finda aquela aventura, estávamos em Salinas. Havia muita apreensão, pois, ao sair da pista principal para chegar a casa nunca sabíamos o estado daquele quarteirão de chão batido. Muitas vezes encontramos seu duro barro amarelo com veias abertas, rasgadas pela força das águas das chuvas, que desciam a Ladeira do Farol amparadas pelo asfalto, sem encontrar uma só boca de lobo onde se enfiar. A disputa entre tio Nonato e os córregos dendríticos, não raro era apreciada por um nativo cujos pés descalços aplacados na argila pisavam tão firme que pareciam jamais deixar cair a rede de pesca e o remo nos garbosos ombros. Parecia haver um certo orgulho no sorriso contido daqueles pescadores, principalmente quando confirmavam

suas vitórias sendo mais rápidos que a Kombi, mesmo sendo simplesmente *nativos*². Era como a afirmação de que aquele chão ainda era deles. Às vezes eu os via como se fossem índios “civilizados”³. Só depois de ver que os adultos eram cordiais com eles é que eu relaxava. A cordialidade era recíproca e sincera, cumprimentavam-se: *Ei compadre!*⁴

Se houvesse tempo, muitas histórias eu ainda iria contar, principalmente aquelas que revelam a marcação de um tempo sem o frenesi da atualidade. Assim era, o despertar com as *comadres* vendendo tapiquinha e cuscus para o café da manhã; a busca de água pura na fonte do Caranã, obrigatória, 8 da manhã, antes de ir à praia (já havia água encanada, mas não era adequada para beber); o jogo de vôlei depois do almoço, marcado sempre pra começar às duas da tarde, nos quintais da vizinhança, tinha que acabar às 5 para dar tempo de tomar banho com dia claro; as festinhas a noite na casa de um, outro dia em outra casa, nas eletrolas portáteis onde rodava de Beatles a Chico Buarque; outra opção eram as rodas de violão e as paqueras inocentes, com cheiro de mar, em que um não sabia que era namorado do outro. Ir à Praia do Maçarico, só a pé. Três quilômetros entre o mar e as dunas. Mas lembro a primeira vez que um carro pequeno avançou, em meio à picada dentro do mangue, rumo àquela praia distante. Era um candango, 4X4, do tempo da 2ª guerra mundial. Minha tia, não menos aventureira que o marido, chegou a casa alardeando o grande feito que alcançara na direção do carro herói. Lembro como se fosse hoje, metida numa saída de praia, quase tão colorida quanto seu sorriso aberto de batom, pernas coroadas de finíssima areia branca, mãos na cintura, rindo a toa. Mas as viagens para a ilha do Atalaia, verdadeira aventura guiada por Seu Renato, pescador que nos levava à ilha uma vez a cada período de férias. A canoa a remo ia lotada de pessoas e provimentos: água, comida, corda (para ajudar a subir as dunas), brinquedos, e tudo o que poderia ser útil naquele lugar onde os únicos seres humanos éramos nós. Os horários eram determinados pela maré, íamos com a enchente e voltávamos com a vazante. Tínhamos cerca de seis horas para desbravar a ilha.

Agora os Mc Donald tentam substituir as tapiquinhas; a água do Caranã já não é mais confiável, há muitas residências com esgotos em seus entornos; o horário de ir à praia se estendeu, não há mais partidas de vôlei nem redes sustentando corpos preguiçosos nas tardes embaladas pelo vento de ar puro. À noite, no calçadão do Maçarico, os sons de bares e de carros se confundem como em qualquer desses lugares ditos modernos e metropolitanos por aí

² Entende-se por nativos a presença de caboclos que se originaram do cruzamento de portugueses e índios.

³ O termo “índio civilizado” utilizado no texto, refere-se a uma população que a partir do processo de (re)organização sócio-espacial do período colonial até os dias de hoje, gradativamente, foi substituindo o modo de vida de seus primeiros habitantes.

afora. O concreto asfáltico da pista que leva ao Maçarico não tem mais que 2 km, porque o mar não se rende e continua a modelar e remodelar a praia. E, desde a construção da ponte, o Atalaia nunca mais foi o mesmo. . .

Eu também não!

Acompanhando essas transformações, cresci com vontade de estudar Oceanografia. Mas, em Belém, nem se sonhava com esse curso pelos idos de 1976 quando fiz vestibular. Deveria mudar para o Rio de Janeiro, no entanto, como uma árvore de raízes amazônicas, fiquei plantada. Graduei-me em Geografia, em 1979, atuei no magistério de Ensino Médio em várias escolas de Belém e, a partir de 2001, comecei a me preparar para entender como tudo mudou em Salinas.

Com muitas indagações a serem respondidas, decidi buscar melhor instrumentação teórica e conseqüente compreensão daquela realidade. Assim, li e ouvi muitas histórias até poder compreender que as mudanças de valores e de papéis por que o litoral passa, no desenrolar de sua história, promovem formas diferentes de olhar esse lugar. Este espaço de contemplação da natureza foi, gradativamente, transformando-se em um lugar de grande valorização que se destinou principalmente, a partir da segunda metade do século XX, em um espaço voltado para um tal de “lazer e turismo”.

Essa valorização veio em parte sob responsabilidade do Estado que, ao investir em melhorias infra-estruturais, promove o lugar e (re)cria atrativos que estimulam a vinda de novos consumidores e de empreendimentos imobiliários e hoteleiros. Esses empreendedores e o Estado principalmente são responsáveis pelas mudanças gradativas das paisagens existentes e também pelo surgimento de novos hábitos e costumes da população local. Verifica-se, então, que a partir da indústria do lazer e do turismo em balneários, como em Salinópolis, ocorre uma intensificação da construção de segundas residências, que, na prática, são tentáculos do processo de urbanização.

Assim sendo, é a partir de situações como essas, engendradas por agentes sociais como o Estado, empreendedores imobiliários e hoteleiros, que motivariam os caminhos para então averiguarmos mais detalhadamente, como a produção de segundas residências e práticas de incentivo ao turismo, contribuiu para a (re) organização sócio-espacial de Salinópolis. Para empreender minha jornada, considere, então, como prioritário nesta pesquisa investigar como a produção das segundas residências e as práticas de incentivo ao turismo influenciaram no processo de transformação do espaço urbano de Salinópolis e também como a (re)estruturação

⁴ Cumprimento usual em cidades interioranas do Estado do Pará, que gradativamente foi substituído, por cumprimentos introduzidos, através da presença de artefatos como as antenas parabólicas.

do lugar promovida em grande parte pelas ações do Estado influenciou na (re)organização sócio-espacial e, conseqüentemente, no modo de vida da população local.

O desenvolvimento desta pesquisa se fez a principio e a partir de objetivos que foram propostos na fase de planejamento deste estudo, assim esboçados: **objetivo geral** entendemos ser necessário, analisar a (re)organização sócio-espacial de Salinópolis a partir da década de 60 com a produção das segundas residências e práticas de incentivo ao turismo a partir da década de 90, ambos períodos no século passado. Procuramos, nesse processo, também, **identificar e mapear** no espaço o uso do solo urbano como espaço de segundas residências; **identificar e discutir** as áreas consideradas de segregações residenciais e possíveis tipos de movimentos de deslocamentos da população local; **identificar e comentar** as conseqüências da (re)organização do espaço urbano para a população local/regional; **identificar** os tipos de usos do solo urbano evidenciando, principalmente, aqueles relacionados com funções estatais; e finalmente, **identificar** as alterações sócio-espaciais causadas pelo turismo e aspectos das tendências que visam desenvolver cada vez mais o turismo em Salinópolis.

Durante um período de mais ou menos um ano (entre as minhas idas e vindas a Belém) passei a coletar subsídios, informações, através de levantamentos bibliográficos, entrevistas e consultas a periódicos dos arquivos públicos⁵. Além disso, com base nas informações coletadas, elaboramos mapas e gráficos estatísticos, produzimos e coletamos fotos, objetivando assim reforçar nossas análises.

Essas estratégias metodológicas, usuais em trabalhos dessa natureza (MACHADO, 1989), permitiram o acesso a informações e dados ainda não analisados e/ou difundidos na literatura acadêmica ou técnica a respeito de fatores que influenciaram no processo de (re)organização sócio-espacial de Salinópolis.

Assim, a partir dessas considerações iniciais, será apresentada a composição estrutural desta pesquisa. No **capítulo 1**, discutem-se as várias imagens do litoral e suas peculiaridades no Estado do Pará, e o desenrolar de sua história e as significativas transformações sócio-espaciais. Também são apresentados alguns aspectos da gênese e transformação de Salinópolis, características de base ecológica, na tentativa de diferenciá-lo de outras regiões costeiro-praianas. São analisadas ainda formas de apropriação desse litoral a partir de ações do poder público e por empreendedores imobiliários e hoteleiros que suas marcas, evidenciam agressões sócio-ambientais no lugar.

⁵ Veja na Bibliografia geral as principais matérias jornalísticas consultadas.

No **capítulo 2** ao tratar do espaço urbano de Salinópolis a partir de 1930 discutimos algumas ações do Estado e como elas foram responsáveis pela expansão da cidade e pelos indícios do desenvolvimento turístico. As análises feitas a partir do espaço urbano, enfatizam a produção das segundas residências e o papel que elas tiveram na expansão das relações sócio-espaciais no município, principalmente a partir de 1960. Nesse contexto, destacamos o papel do projeto AGRISAL (Agro-Industrial de Salinópolis S/A), como sendo um empreendimento que trouxe algumas conseqüências para o lugar, entre elas a de “conter” a expansão urbana de Salinópolis, por aproximadamente uma década (1970-1979), limitando o seu crescimento nesse período somente na direção centro-praia do Maçarico. A “indústria de invasão” em Salinópolis nas décadas de 80 e 90 do século XX surge em decorrência das terras “desocupadas” pela AGRISAL. Esse fator associado ao surgimento de “bairros periféricos pobres” e/ou aumento das segundas residências na “periferia aprazível” intensifica a segregação residencial. A “desordem” na forma de uso do solo na cidade/balneário e no município como um todo, em virtude da falta de um Plano Diretor, agrava, de certa forma, seus problemas urbanos.

No **capítulo 3** é enfatizado o papel do Estado, aspectos de ações como provedor da infra-estrutura, visando ao desenvolvimento do potencial turístico da região que atende aos interesses, prioritariamente, do mercado imobiliário/turístico. Em seguida, são apresentadas considerações sobre a política de desenvolvimento turístico estabelecida pela PARATUR, através de projetos regionais como o PROECOTUR, bem como sobre as estratégias para desenvolver o turismo, com ações que promovam melhorias infra-estruturais, que deverão proporcionar maior valorização e melhoria gradativa na cadeia de produtos e serviços oferecidos pela indústria do turismo. Ao se discutir a urbanização turística, procura-se demonstrar como esta promove mudanças no modo de vida da população local e a relação de dependência existente entre atividades econômicas formais ou informais nos períodos sazonais. A partir dessa discussão, procura-se saber quais os verdadeiros beneficiários desse espaço geográfico e, em seguida, analisam-se aspectos das tendências para o turismo em Salinópolis, através de projetos urbanos/turísticos que demonstram formas de apropriação do espaço através do Estado, criando no lugar “facilidades” que possibilitem as atividades turísticas o uso e o consumo do município de forma fugazes e intensas. Esta forma de apropriação do espaço proporciona, cada vez mais, o aumento da renda e do lucro dos empreendedores turísticos e imobiliários e ao mesmo tempo produz paisagens turísticas que favorecem o “deleite” da população flutuante.

Nas considerações finais reafirmam-se idéias, feitas no desenvolvimento deste trabalho e, em alguns momentos, sugerem-se algumas estratégias que possam proporcionar à população local melhores condições de vida do que as atuais, produzidas pela ação unilateral do capital.

Capítulo 1

O LITORAL: PAISAGENS, IMAGENS & FETICHES

A atração que o litoral exerce, atualmente, sobre as pessoas e, em especial, sobre os agentes que o transformam em mercadoria não ocorreu sempre da mesma maneira. Durante muito tempo o mar representou uma certa visão de medo do desconhecido e de ameaças constantes de catástrofes. Esta referência negativa do mar é lembrada, por Alain Corbin, em vários episódios da mitologia e da literatura clássica: “*O litoral antigo é também o receptáculo dos excrementos do mar; é ao longo da praia que este se purga e expelle seus monstros*” (CORBIN, 1989, p.23).

Para estudiosos, a imagem de um mar assustador e desconhecido, passada pela leitura da bíblia, e também de vários episódios da literatura clássica, influenciou de forma marcante muitos navegadores dos tempos modernos e afastou, por um longo período, a ocupação do litoral. Essa condição negativa, aos poucos, foi se desfazendo e o mar passou a exercer um grande fascínio sobre as sociedades.

Com o processo de colonização ibérica (séc. XVI a XVIII), estabeleceu-se uma forma de apropriação mais intensa do litoral, quando este passou a ser utilizado como meio de transferir produtos retirados da colônia de exploração e enviados às Metrôpoles. Dentro dessa economia pré-capitalista, o litoral brasileiro, por exemplo, destacou-se com a presença de áreas portuárias concentradas inicialmente em Recife e Salvador por onde eram feitos os embarques de produtos, sendo o açúcar um dos mais importantes desse período.

No século XVIII o litoral na Inglaterra passou a despertar o desejo de contemplação da natureza e também foi utilizado para desenvolver atividades terapêuticas. Assim sendo, nessas regiões, a futura “indústria do turismo”, através da burguesia inglesa, começou a ser preparada e esse desejo pelo litoral se evidenciou. Na opinião de Barbosa, quando se articula

a idéia de terapia de cura com os banhos, começava-se a proporcionar credibilidade a uma população que tinha condições de viajar, pertencente a uma classe que detinha renda e poderia gastá-la nessas novas criações do turismo: os aristocratas. É a

futura indústria dos sonhos que já dava mostras do emprego de artifícios para aumentar os lucros (BARBOSA, 2002, p. 43).

A forma de apropriação do espaço litorâneo foi modificando-se a partir de hábitos como os de freqüentar os banhos de mar, que ocorreram por volta de 1870. Essas novas formas de apropriação do mar, gradativamente espalharam-se entre os países litorâneos da Europa, e o surgimento de hotéis passou a abrigar uma população estimulada a consumir produtos que faziam parte desse espaço, como a água e o ar da praia. Para Barbosa (2002), a comercialização da cura, aliada à natureza, é o prenúncio do turismo.

Ainda no século XIX observou-se que a relação do espaço litorâneo por ação antrópica passou a ser bastante diferente daquela que predominava, em períodos anteriores. As regiões litorâneas apresentavam-se então como “lugares de consumo”, isto é, a praia e as áreas próximas passavam a cederem espaços, inicialmente como remédios para curas de determinadas doenças. Surgiam, a partir daí, os indícios para o chamado “turismo de cura”.

O processo de ocupação do litoral pela sociedade ocorreu de modo diferente em cada momento histórico. Conforme Milton Santos, esse movimento da sociedade em seu espaço temporal, deve ser entendido a partir de como “*os lugares - combinação localizada de variáveis sociais - mudam também de valor e de papel à medida que a História se desenvolve*” (SANTOS, 1992, p. 58).

Assim, de espaço de contemplação da natureza e, posteriormente, de desenvolvimento de atividades terapêuticas, o litoral atualmente proporciona à boa parte da sociedade o desejo de morar próximo à beira mar ou de ocupar estas áreas quando em épocas de férias, na busca de aproximação a espaços “naturais”. Essa nova forma de olhar o litoral tem transformado esses lugares em espaços de grande valorização, atraindo principalmente as atividades turísticas e/ou de veraneio e provocando um crescente processo de urbanização. Segundo Cruz, tanto a “*industrialização do mundo e o crescente processo de urbanização que caracterizam a era moderna vêm reforçar ainda mais o desejo e a necessidade de descanso dos indivíduos, resultando em grande valorização do litoral*” (CRUZ, 1995, p. 15).

Grande parte das cidades e particularmente capitais estaduais brasileiras encontram-se ao longo da faixa litorânea, e esse fator deve-se, de início, à forma de ocupação colonial que concentrou seus primeiros núcleos de povoamento na zona costeira, o que, de certa forma, contribuiu para estimular o processo de urbanização. A presença de atividades turísticas que ganharam maior intensidade após a Segunda Guerra Mundial tem continuamente promovido, no litoral, transformações sócio-espaciais significativas. Para Coriolano,

o turismo, ao se apropriar do solo e usá-lo de forma específica, modifica a paisagem existente e dá origem a novas formas urbanas. Numa perspectiva funcional, articula-se a geografia na medida em que é uma atividade que implica fortemente a estruturação e a reestruturação do espaço (CORIOLANO, 2001, p.21).

É a partir dessas novas formas de uso do solo que Salinópolis se torna um exemplo de lugar onde as mudanças se aceleram a partir do aparecimento de segundas residências, provocando alterações em suas paisagens principalmente decorrentes de ações urbanizantes. Formas e funções antigas na cidade começaram a ser substituídas por processos que deram origem a bairros periféricos e nas áreas centrais, estas passando a ser objeto de preocupação do Estado, que, cada vez mais, investe em melhorias de suas infra-estruturas, cujos objetivos visam a atender novos consumidores dos espaços da cidade, como os veranistas, e contribuir para a valorização e fabricação do lugar, incentivando atividades do turismo.

1.1 - Gênese e Trajetória das Transformações em Salinópolis

O Nome do Lugar

Salinópolis, assim como grande parte de municípios brasileiros que se encontram ao longo da faixa litorânea, sofreu transformações sócio-espaciais significativas, que datam desde o período de colonização, onde surgiram os primeiros núcleos de povoamento formados ao longo da zona costeira. Sílvio Macedo destaca que esses lugares, ao sofrerem as referidas transformações durante aquele período, tornam-se “*mais adequados às ocupações humanas, abrigando cidades, portos e plantações e servindo de ponte para a exploração e penetração do interior*” (MACEDO, 2002, p.181)

A chegada dos jesuítas a esse município proporcionou-lhe transformações e, aos poucos, Salinópolis foi substituindo o modo de vida de seus primeiros habitantes, “os tupinambás”, pela colonização imposta pelos portugueses. A começar com a mudança de suas denominações como de *Viriandeua*⁶ para *Destacado* e, assim sucessivamente, as várias outras

⁶Viriandeua = abundância de pássaros, foi a denominação dada ao lugar pelos índios Tupinambás.

denominações que o lugar terá, quase sempre ligadas às características locais (ROCQUE, 1998).

A denominação Destacado foi devido o capitão-general André Vidal de Negreiros, governador do Maranhão e do Pará em 1656, mandar erguer um atalaia para avisar os navegantes por meio de tiros de canhão, sobre o perigo de afundamento de embarcações. Esta tarefa foi realizada pelo capitão-mor do Pará, Feliciano Corrêa, que escolheu uma ponta saliente de terra da ilha, (Destacado). Atualmente a ilha é conhecida como Ilha do Atalaia.⁷

O lugar recebeu a denominação de Salinas, em 1781 devido à presença de jazidas e extração do sal (sal de cozinha-NaCl) na região. Foram os jesuítas quem inicialmente utilizaram a mão-de-obra indígena para desenvolver esta atividade, visto que aqueles nativos já possuíam costumes, como o de praticar a salga do peixe. O governo colonial intensificou a prática da extração do sal construindo várias salinas no litoral paraense, como por exemplo, na localidade de Joanes.⁸

Entre os altos e baixos que Salinas viveu passando de freguesia a vila e de vila à freguesia, em 1882, através da Lei Estadual nº 1.081 foi reintegrada a categoria de vila, porém continuava incorporada ao município de Maracanã. Em 7 de janeiro de 1884 deu-se a instalação municipal e em 22 de outubro de 1901 através da Lei Estadual nº 997 foram-lhe concedidos os foros de cidade.

Em 30 de dezembro de 1937, através do Decreto Estadual nº 4.505 ocorreu à mudança de Salinas para Salinópolis⁹ e em 1966 passou a ser considerada Estação Hidromineral¹⁰. Este município permaneceu na condição de Estação Hidromineral até 29/01/1985, quando por força do Decreto Presidencial, foram extintas as “Áreas de Segurança Nacional”. E a partir de então readquiriu sua autonomia político-administrativa, podendo eleger seus dirigentes através de eleição direta.¹¹

A Praticagem

⁷ Ilha do Atalaia, faz parte hoje do Município de Salinópolis, dista a 12 km da sede e o acesso à ilha é feito através da rodovia estadual Salinópolis- Atalaia, PA-444 que está ligada ao município através de uma ponte sobre o rio Sampaio. O local apresenta um enorme potencial turístico graças a sua beleza cênica, e uma das praias mais famosas do Estado do Pará, conhecida com o mesmo nome da ilha.

⁸ Joanes, Vila localizada ao sul do Município de Salvaterra, pertencente à Ilha de Marajó, que está situada a nordeste do Estado do Pará.

⁹ A mudança do nome para Salinópolis foi para evitar confusões no correio devido ao fato de haver também uma cidade Salinas no Estado de Minas Gerais.

¹⁰ A presença de uma nascente de água mineral conhecida como fonte do Caranã foi um dos motivos para Salinópolis ser considerada como Estação Hidromineral. Desde então a fonte do Caranã abastece população local e mais recentemente passou a ser utilizada pelo Estado como atrativo turístico. (ROCQUE, 1998)

Os índios tupinambás foram também treinados pelos colonizadores para fazer o transporte do sal para a capitania do Maranhão. Por volta de 1700, as salinas já davam sinais de decadência, por falta de mão-de-obra, devido os índios não se adaptarem ao modo de exploração do trabalho, que os colonizadores lhes impunham, fazendo-os sentirem-se verdadeiros escravos. O fato de os índios serem bons conhecedores da costa, das baías e das enseadas, foi um motivo a mais para serem utilizados pelos colonizadores na condução de navios, através de canais profundos para evitar o encalhe dessas embarcações. Essa tarefa ficou conhecida como praticagem da barra, a qual foi de grande importância para o município. Aos 21 de maio de 1787, a Secretaria do Estado dos Negócios do Reino oficializou o serviço da praticagem estabelecendo vencimentos regulares aos práticos. Em 1805, instalou-se em Belém a Escola dos Práticos da Costa do Pará.

Este serviço de praticagem, através de suas pequenas embarcações, foi a única via de comunicação entre Salinópolis e a capital até 1890. Atualmente os práticos são denominados aquaviários e, a partir do final do ano 2000, o serviço de praticagem foi transferido deste município para a localidade de Vista Alegre, que está localizada entre o Município de Marapanim¹² e a vila de Marudá¹³, as margens do rio Cajutuba. Essa transferência deve-se ao aumento das despesas, que esta atividade estava trazendo para a empresa, ao manter a praticagem em Salinópolis. A Associação de Praticagem da Barra do Pará deixa de ser uma associação e, em finais de 1996, transforma-se em empresa, passando a chamar-se, Barra do Pará, Belém, Vila do Conde e adjacências -serviço de praticagem.¹⁴

Os tiros de canhões que avisavam as embarcações do perigo de afundamento, no século XVII, foram substituídos por reflexos do sol em espelhos durante o dia e faróis durante a noite. O primeiro farol que auxiliou na orientação das embarcações, teve sua construção concluída em 8 de março de 1852 e localizava-se na Ilha do Atalaia, onde até hoje se encontram suas ruínas. O farol que orienta a navegação, atualmente em Salinópolis, encontra-se na sede do Município e teve sua construção iniciada a 15 de março de 1937 (Foto 01).

¹¹ Fonte: Inventário Turístico do Município de Salinópolis – PARATUR - 2001

¹² Município pertencente à microrregião do Salgado, que está situada a nordeste do Estado do Pará.

¹³ Vila pertencente ao município de Marapanim, que possui uma praia do mesmo nome, considerada como um atrativo turístico, para o Estado do Pará.

¹⁴ Informações prestadas por meio de entrevista com o aquaviário Geraldo Magela Peixoto Vasconcelos, da empresa Barra do Pará, Belém, Vila do Conde e adjacências – serviço de praticagem em 18/04/2004.

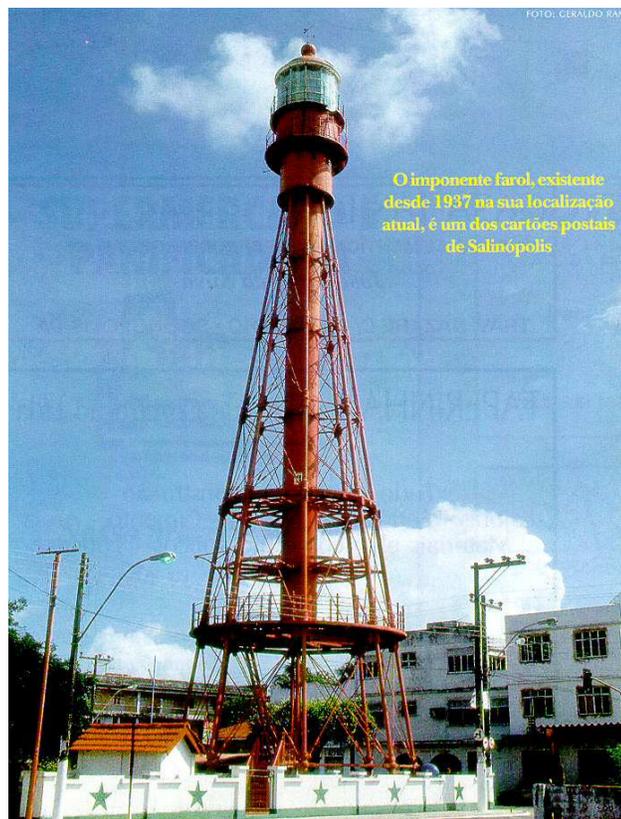


Foto 01 - Farol que orienta a navegação atualmente em Salinópolis.
Foto: Geraldo Ramos. Revista Ver-o-Pará, nº 9, Belém, 1996.

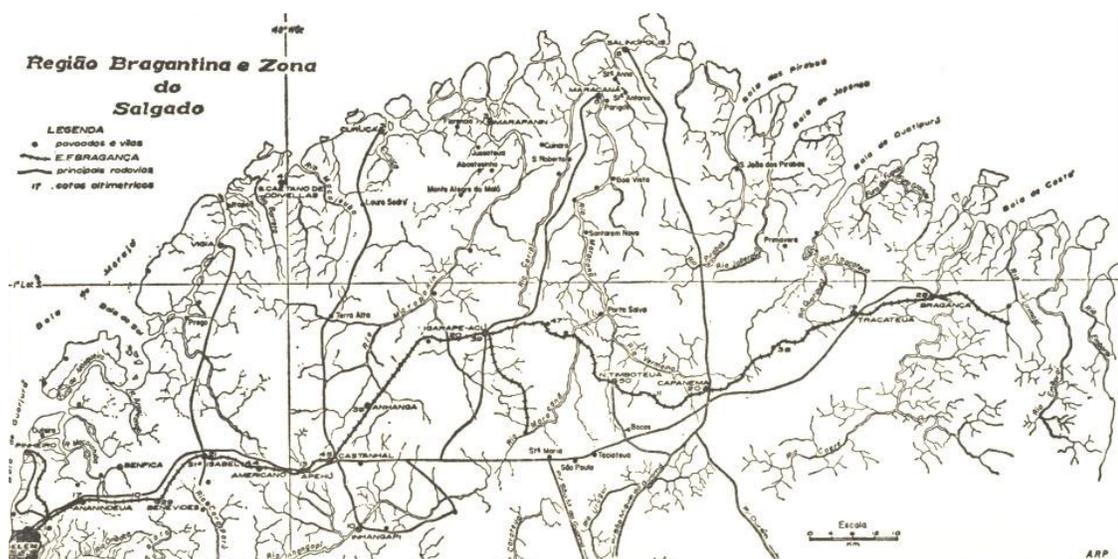
O Acesso

O interesse do Estado em transformar esse município em um importante balneário, já vinha acontecendo desde o final do século XIX, quando o governador Lauro Sodré em 01/07/1892 incluiu em uma de suas metas a conclusão da Estrada de Ferro de Bragança, e a extensão desta estrada até Salinópolis, o que facilitaria a comunicação de Belém com o município e também com os outros povoados desta redondeza. Esse interesse em ter o litoral não apenas como local de cura, mas também como espaço de contemplação, é identificado por Urry quando comenta que no século XIX, as construções de bangalôs à beira-mar tornam-se mais freqüentes a partir de alguns fatores como,

a atração cada vez maior de se visitar o litoral não apenas por motivos estritamente médicos, mas pelas belas paisagens e pelo ar revigorante; à demanda cada vez maior, por parte de setores da classe média, de acomodações bem distantes de outras pessoas
(URRY,1996 p.52)

A conclusão dessa Estrada de Ferro tinha também como objetivo o de transformar Bragança¹⁵ em um grande celeiro de produtos agrícolas de Belém, já que este município tinha importante papel na economia estadual, pois era considerado o ponto intermediário com o Estado do Maranhão. Em 3 de maio de 1908 foi inaugurada a Estrada de Ferro de Bragança (Mapa 01), depois de quase vinte e cinco anos do início de sua construção, porém a construção do ramal ferroviário de Salinópolis só ficou na intenção, sob o argumento de que traria um aumento de custos para o Estado.

Mapa 01 – Mapa da Região Bragantina e Zona do Salgado - Destaca-se a ferrovia Belém-Bragança e conexão rodoviária para Salinópolis.



Fonte: PENTEADO (1967)

¹⁵ Bragança localiza-se no nordeste do Pará e foi elevada à categoria de cidade em 2 de outubro de 1854. O município apresenta uma economia de subsistência que exporta seus excedentes e alguns produtos de beneficiamento secundário, como por exemplo, a industrialização da pesca e do camarão. Sua população é de 93.779 habitantes (Censo de 2000) e possui uma área de 2.090 km².

Comenta Fernando Rodrigues¹⁶ que o trecho entre Salinas e Capanema¹⁷ era de aproximadamente 70 km e servia como elo de ligação ao trem da Estrada de Ferro de Bragança. Esse trecho normalmente era trafegado por carroças ou pau-de-arara que faziam desta viagem um verdadeiro “rally” pois “*a estrada não ajudava e tudo piorava quando se pegava uma chuva companheira*” (RODRIGUES, 2003, p.27).

No início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, os ingleses mantinham a concessão da navegação da Amazônia, com os navios Amazon River, Oiapoque e o Cassiporé, que faziam viagens regulares de Belém para Salinópolis. Para esse mesmo autor é um momento em que a população local é beneficiada pelos horários regulares proporcionados por esses navios.

O acesso à estrada Capanema-Salinópolis só foi concluída em 1937 e, sem pavimentação, oferecia alguns riscos devido, ao longo de seu percurso, ao fato de haver necessidade de atravessarem-se igarapés em pontes que, segundo Dubois, “nem sempre eram tão seguras.” (DUBOIS, 1949, p.90). É importante observar a “coincidência” entre os períodos do término da construção do primeiro hotel (1936) e a conclusão do acesso à estrada Capanema-Salinópolis (1937). Observa-se que as ações do Estado nesse período, visando as melhorias infra-estruturais tanto de hospedagem quanto de acesso, quase que simultaneamente, denotam a preocupação do poder público, já nessa época, em proporcionar ao lugar rendimentos com o aumento do número de veranistas.

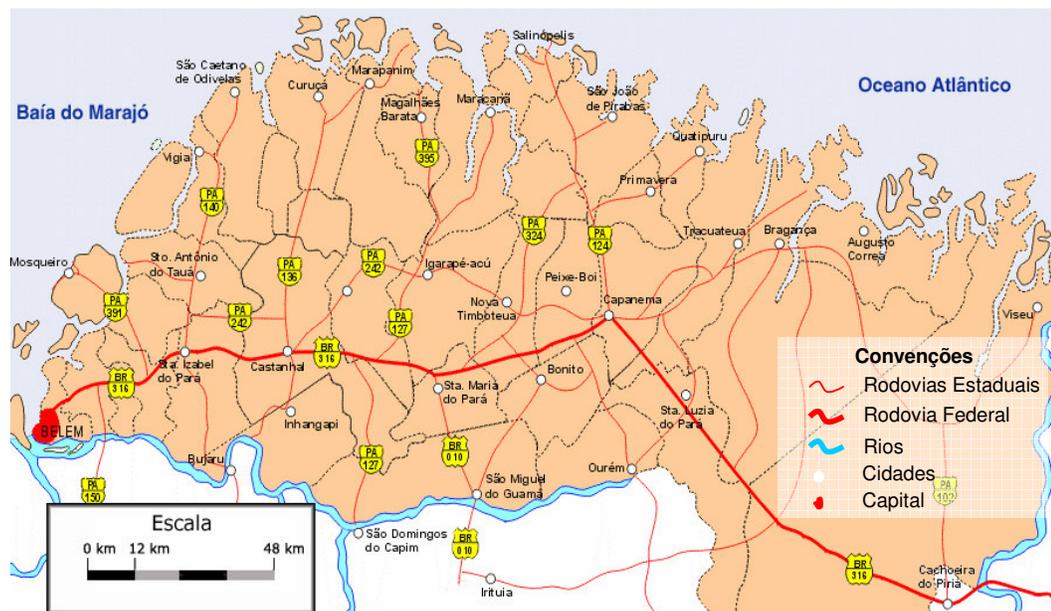
Em 1949 algumas linhas de ônibus começaram a funcionar, fazendo transportes de passageiros entre Salinópolis e Belém, numa viagem de aproximadamente 15 horas que, apesar de ainda ser cansativa, surgia como uma opção ao trem. A rodovia estadual que atualmente é conhecida como Rodovia Fernando Guilhon ou a PA-324 (Castanhal-Capanema) que começa à altura de Santa Maria, no entroncamento com a BR 316, até o trevo de Santa Luzia, e a PA-124 (Capanema-Salinópolis) do trevo de Santa Luzia até Salinópolis, recebeu do governo do General Assumpção em 1951, beneficiamentos através do Departamento de Estradas de Rodagem. E somente em 1974, no governo de Fernando Guilhon é que recebeu o capeamento asfáltico. Em 2003, as rodovias PA-324 e a PA-124 receberam da SETRAN (Secretária Executiva de Transportes) alguns serviços de conservação, com retiradas de pontos críticos e recomposição dos segmentos (vide Mapa 02).

¹⁶ O historiador Fernando Rodrigues, nasceu em Salinópolis foi professor do antigo CESEP, hoje UNAMA (Universidade da Amazônia) e atualmente é professor titular da Faculdade Paulista de Serviço Social em São Paulo, escreveu o livro *Saudades de minha aldeia – Tributo a Salinas* que fala sobre as memórias do lugar.

¹⁷ Município que pertence à microrregião bragantina, situado no Nordeste do Estado do Pará

O fato de as rodovias serem a principal via de acesso e de escoamento da produção nesse município e dos outros restantes que fazem parte da região do Salgado, no litoral paraense, diferencia em grande parte dos municípios paraenses, que têm o rio como sua principal via de acesso e de escoamento da produção. A dificuldade para a construção de rodovias nesses lugares é devida a um investimento deste tipo exigir custos bastante elevados, visto que há necessidades de se construírem pontes de grande extensão para fazer a ligação entre as rodovias. Os moradores desses lugares admitem até uma “relação de dependência” com os rios por os considerarem como a sua própria rua¹⁸ ou caminho de conexão com outros mundos.

Mapa 02 – Mapa das rodovias do nordeste paraense – Destaca-se a rodovia federal (BR 316) e as estaduais (PA 324 e 124) que fazem atualmente a ligação entre Belém e Salinópolis.



Fonte: Adaptado a partir de imagem obtida no site: www.pa.gov.br.

Algumas cidades paraenses localizadas a beira-rio apresentam atualmente uma relação com o rio que difere de tempos passados. Essas transformações são confirmadas por TRINDADE JR. quando diz que,

¹⁸ Algumas canções populares compostas por compositores paraenses, retratam esta característica que o rio tem para a Amazônia, como por exemplo a de Paulo André Barata e Rui Barata “*este rio é minha rua*”

nos espaços urbanos da Amazônia, hoje, uma nova dinâmica tem alterado tanto a estrutura espacial anterior como a forma de viver e de se relacionar, dos homens entre si e destes com o rio. As cidades tendem a olhar para a pós-modernidade, deixando para trás um ritmo, um tempo, que mesmo próximo, lhe parece remoto. O apelo à cidade competitiva e inteiramente inserida no mercado, dentre eles o mercado turístico, sugere a instalação de novos ritmos, de tempos, de relações, de movimentos, de símbolos, de representações, enfim, de uma nova dinâmica que altera não só uma estrutura espacial anterior, mas, e principalmente, uma forma de viver e de se relacionar, dos homens entre si e dos homens com o rio. (TRINDADE JR., www.cibergeo.org/agbnacional.br)

Salinópolis, assim como algumas cidades a beira-rio, também apresenta uma nova dinâmica na estrutura espacial que se reflete, principalmente, no modo de vida da população local, basicamente em função do mercado turístico que se instala na região.

Assim, os rios em Salinópolis assumem importante papel para a sua economia. Exemplo disso, tem-se o rio Maracanã que é considerado como a via de maior importância para o desenvolvimento local, pois através dele dá-se o escoamento de produtos. Silva diz que este rio “*propicia uma boa navegabilidade, devido o mesmo não apresentar empecilhos à navegação*”. (SILVA, 1994, p.64)

São importantes também para a dinâmica da região, os rios Caripi, com os aproveitamentos agrícolas em suas margens, na cultura do arroz, o Japerica, Campinho e Primavera, que também são utilizados pela pecuária e agricultura local. Todos esses rios, direta ou indiretamente, deságuam no Oceano Atlântico.

A Hospedagem

A pavimentação asfáltica dessa rodovia oportunizou a Salinópolis uma linha regular de ônibus, que reduziu o tempo de viagem a Belém, passando de 15 horas para 3 horas aproximadamente. Como já foi observado, essa benfeitoria, proporcionada pelo Estado ao município, esteve normalmente vinculada ao interesse de estimular cada vez mais, a vinda de veranistas, como também beneficiar empreendimentos que vêm instalando-se na região desde a década de 30. Como exemplo da presença empresarial nesse período, temos a construção do

primeiro hotel, inicialmente denominado de “Hotel Atlântico” e, atualmente conhecido como Hotel Salinópolis, foi uma das primeiras obras financiada pelo Estado e que já sinalizava tendências de transformações que o município iria sentir em seu espaço geográfico. A construção daquele hotel ocorreu durante a interventoria de Magalhães Barata (1930-1934) e a conclusão da obra aconteceu em 1936, na gestão do governo estadual de José Malcher (Foto 02, **a** e **b**). Percebe-se que a localização privilegiada desse hotel favorecia o acesso de seus hóspedes à praia, com poucos metros de caminhada.

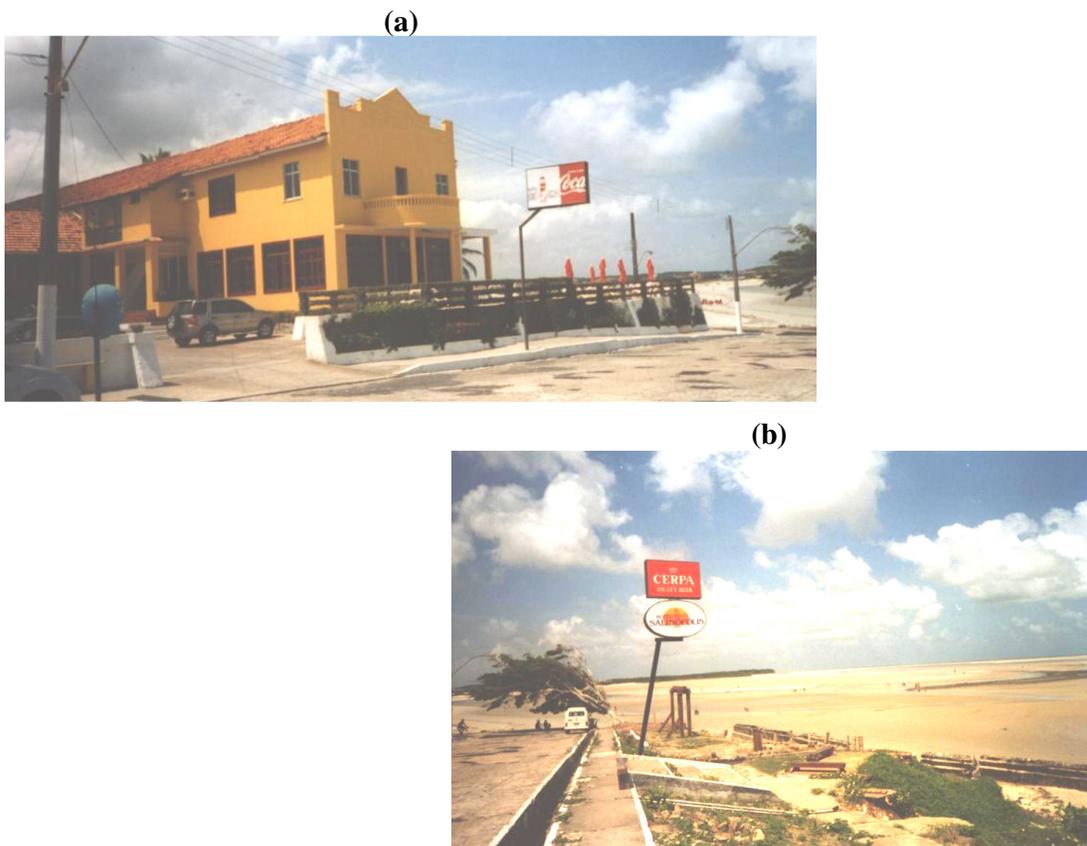


Foto 02 – (a) Vista do primeiro hotel da cidade que se chamava Atlântico, atualmente conhecido como hotel Salinópolis. **(b)** Resultados da ação do mar em uma praça localizada na orla que inicialmente serviu de atrativo para a construção deste hotel (Foto Francinete Brito – abril/2002)

Assim houve um interesse do Estado em trazer para a administração do hotel, pessoas com experiências no ramo hoteleiro, já que precisavam proporcionar àquele empreendimento rentabilidade, o que dessa forma justificaria a própria construção do hotel. No entanto o imóvel foi arrendado ao Sr. Luiz Soares, um espanhol, conhecido como próspero comerciante

da capital paraense, onde possuía uma sapataria. Apesar de não apresentar experiência no ramo hoteleiro, tinha, a seu favor, o fato de ser bastante conhecido e respeitado pelos políticos de Belém. A vinda do Sr. Luiz para Salinópolis esteve vinculada a problemas de saúde que, segundo Fernando Rodrigues (2003) foram amenizados com sua estada nesse município. Ao retornar a Belém, comunicou a sua família a decisão de mudar-se. O empresário e sua esposa se instalaram em Salinópolis, deixando o comércio de sapatos para arrendar o hotel Atlântico e, posteriormente, em 1948, tornarem-se seus verdadeiros donos, quando o hotel é leilado pela Câmara de Vereadores.

O hotel foi durante muito tempo o único da cidade, além de mais duas pensões. Os novos proprietários desse estabelecimento recebiam com freqüência, em suas dependências, veranistas e também autoridades provenientes de Belém, que por motivos políticos ou a passeio para lá se dirigiam.

A Pesca, a Agricultura e a Pecuária

Entre outras atividades desenvolvidas neste município, a pesca é considerada uma das mais antigas e tem, ainda hoje, expressiva contribuição para a economia local. Segunda a Associação de Pescadores de Salinópolis, filiada a FIEP, (Federação das Indústrias Extrativas do Pará), além de a pesca ser uma atividade de subsistência, o seu excedente é também comercializado com outros municípios, atendendo normalmente os mercados de Belém e Região do Salgado, porém a expressiva redução do pescado tem obrigado os vendedores de peixes, na alta estação ou em feriados prolongados, a comprarem o produto em cidades vizinhas, como por exemplo em Vigia, Bragança, devido à oferta do pescado não atender suficientemente a procura. Uma das causas desta redução é a utilização de embarcações não apropriadas para pesca em alto mar e também o uso de redes dormideiras, que são usadas normalmente por donos de embarcações que não respeitam os períodos em que a pesca é proibida como por exemplo na época da piracema.

Segundo informações daquela Associação de pescadores, ainda não foi criada no município, uma cooperativa, algo que de certa forma contribuiria para que a comercialização do pescado pudesse ser feita sem a interferência dos intermediários e o pescado pudesse ser vendido para a população por um preço mais acessível, principalmente na alta estação, quando a procura por este produto pelos veranistas é bem maior.

Outro dado a ser considerado, na atividade pesqueira neste município, é a falta de um frigorífico, o que obriga os pescadores a vender o produto ao preço que é oferecido pelos

intermediários, caso contrário, seus prejuízos poderão ser significativos. Apesar de esta atividade não oferecer aos pescadores uma renda suficiente para garantir o sustento de seus familiares, ainda assim o número de pescadores tem aumentado. Esse aumento está ligado tanto a um fator de ordem cultural, já que a pesca, foi uma herança deixada pelos primeiros habitantes, os tupinambás, como também, devido ao caráter de subsistência que a atividade possui. O crescimento do número de pescadores é demonstrado na Figura 01:

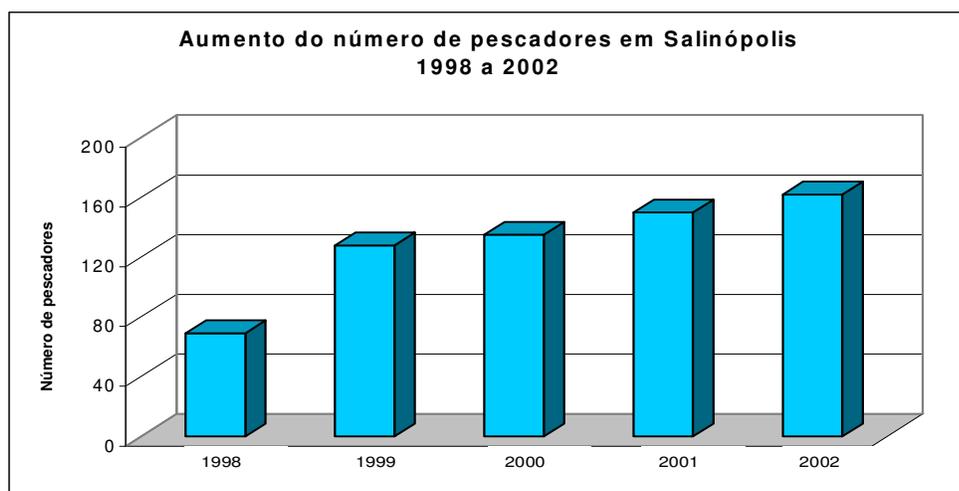


Figura 01 - O gráfico acima ao representar o crescimento do número de pescadores entre os anos de 1998 e 2002 evidencia o quanto à atividade pesqueira se encontra presa a fatores culturais e econômicos.

Dados fornecidos pela Associação de Pescadores de Salinópolis – 2004

Quanto às atividades como a agricultura e a pecuária, estas aparecem como de subsistência, mas não apresentam expoentes que venham ampliar a base da economia do município. A pecuária, por exemplo, não possui expressão suficiente para excluir-se do caráter de subsistência. Já a agricultura apresenta entre os produtos mais cultivados a mandioca, o arroz e o feijão, excluindo do caráter de subsistência apenas a farinha de mandioca e o caju. Vale destacar que o caju aparece como um dos principais produtos, principalmente porque a sua produção passou a ser explorada pela AGRO – INDÚSTRIA DE SALINÓPOLIS S/A – AGRISAL, a partir do projeto aprovado pela antiga SUDAM (através da Resolução nº 632, na reunião ordinária de 15 de maio de 1970). As consequências da implantação desse projeto, e seu posterior cancelamento pela SUDAM, serão tratados adiante em capítulo em que discutiremos a urbanização de Salinópolis.

O Comércio e o Turismo

O comércio no município conta com a presença de bares, restaurantes, supermercados, lojas de materiais de construção, vendedores ambulantes, “shopping de verão”, que apresentam um movimento significativo durante a alta temporada, quando além de atender à população local, atende também a população flutuante. Segundo o secretário de administração da Prefeitura de Salinópolis, não existe um levantamento a respeito das atividades econômicas desenvolvidas no mês de julho. Daí esses dados se encontrarem baseados apenas em estimativas. Ainda para este secretário,

o número de estabelecimentos comerciais triplica e o de ambulantes duplica nesta época do ano, pois muitos moradores do local e também veranistas montam pequenos empreendimentos, alguns em suas próprias residências, inclusive, para financiar os gastos no gozo das próprias férias. (Disponível em: www.oliberal.com.br. Acesso em: 26/07/2004)

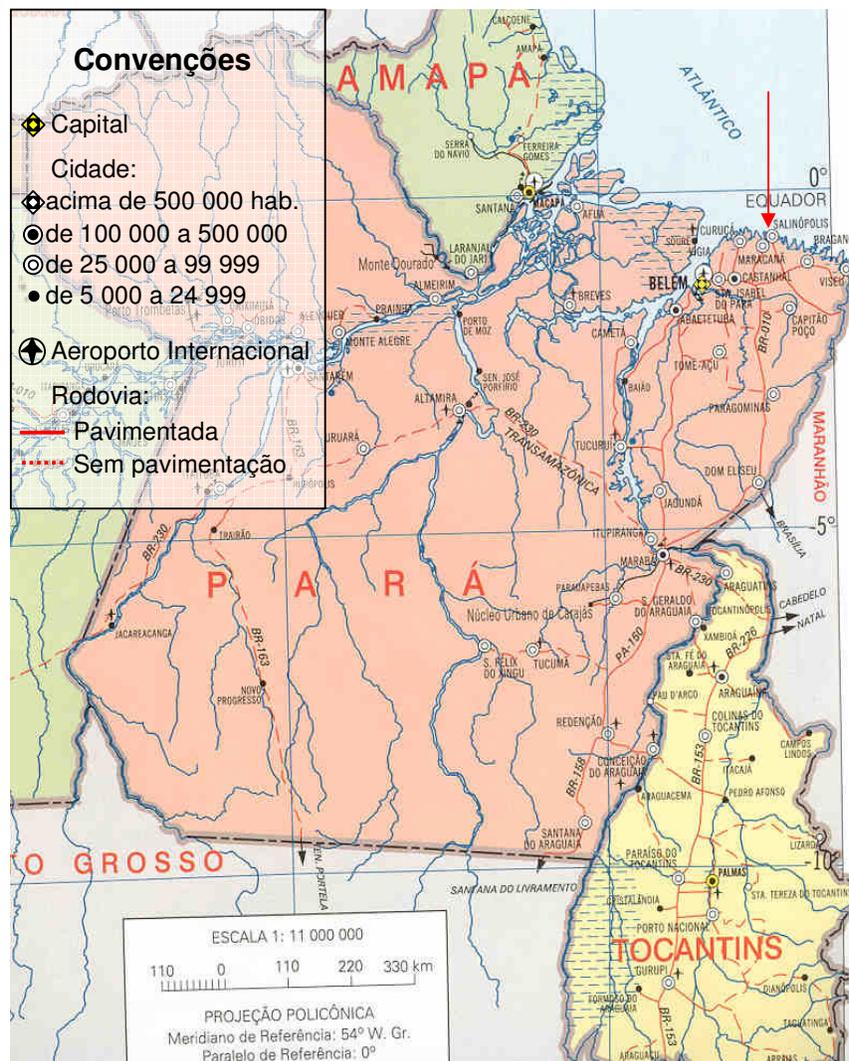
Atualmente, o município conta com infra-estruturas para o desenvolvimento do turismo, do tipo Sol e Praia, onde o Estado tem investido, significativamente, na valorização do litoral, através de ações de diversos tipos de obras e na capacitação de mão-de-obra. O fato de o desenvolvimento das atividades econômicas em Salinópolis estar vinculado aos períodos em que a presença do segundo residente e/ou do turista serem mais intensas levou à criação de um “Fórum para o Desenvolvimento e Sustentabilidade de Salinópolis”, por parte dos empresários locais, cujo objetivo é discutir sugestões que estimulem esses padrões de desenvolvimento e sustentabilidade, através de atividades que envolvam práticas culturais, como o folclore, o artesanato e a agricultura regional. Com isso, segundo uma das empresárias participante do Fórum, sra. Margareth Rodrigues¹⁹, a cidade poderá desenvolver atividades capazes de melhor envolver a população local, sem estarem, necessariamente, vinculadas aos períodos de alta estação.

¹⁹ Proprietária de uma loja de artigos esportivos na cidade.

1.2- O Litoral Paraense e de Salinópolis: Algumas Características dessa Região Costeira/Praiana.

Salinópolis localiza-se a nordeste do Estado do Pará, abrangendo uma área de aproximadamente 218 km², limitada pelas coordenadas geográficas de 00° 30' e 01° 00' de latitude Sul e 47° 00' e 47° 30' de longitude WGr (Mapa 03). O fato de limitar-se, a norte e a leste, com o Oceano Atlântico colabora para que este lugar se torne um dos balneários mais procurados pela população paraense, principalmente de Belém, nas tradicionais e denominadas, estações/sazonalidades como “*férias de verão*” (“*férias de julho*”) e feriados prolongados. A falta de estações bem definidas, na região Norte, faz com que se tenha durante o ano todo a presença de períodos mais chuvosos (dezembro, janeiro, fevereiro e março),

Mapa 03 – Mapa do Estado do Pará. (Localização da área em estudo)



Fonte: Atlas Geográfico Escolar, IBGE, 2002

intercalados com períodos menos chuvosos (maio, junho, julho e agosto), e com temperaturas que variam quase sempre entre 28° a 30° C. Estas características climáticas levam a população do lugar a estabelecer como verão esses meses de menor ocorrência de chuvas. Daí as “férias de verão” de Salinópolis não coincidirem com o verão de grande parte do hemisfério Sul .

Ao contrário de outras áreas costeiras da Região Norte, o litoral paraense se caracteriza por ter uma faixa bastante recortada, com feições que apresentam presenças de “rias”²⁰ que são consideradas costas rasas e que se abrem largamente na linha costeira. Conforme Costa, esse litoral sofre várias modificações que muitas vezes se traduzem em “destruição de obras de engenharia civil pelo mar, a exemplo do Farol Velho, muros de arrimo” (COSTA, 1992, p.46), dos quais, atualmente, só restam suas ruínas em Salinópolis. Ainda para este pesquisador “o litoral da Região Norte, é extremamente mutável, de modo que, em um intervalo de tempo ao redor de 10 anos, a margem atual pode recuar ou avançar até algumas centenas de metros” (COSTA, 1992, p.46).

Entre os agentes costeiros responsáveis por essas mudanças, as ondas, as correntes costeiras e o vento são, segundo Costa, aqueles que transportam “enormes volumes de sedimentos ao longo do litoral. Os fluxos de águas pluviais e subterrâneas também influenciam significativamente na incidência do processo de erosão litorânea” (COSTA, 1992, p.46).

Nas transformações ambientais do litoral de Salinópolis provocadas pela ação do homem, segundo Teixeira, (1992), o seu marco inicial aconteceu através da construção da estrada que liga a sede à praia do Maçarico, (década de 60, no século passado). Esta obra contribuiu para devastação de parte da vegetação arbustiva litorânea como também de parte das dunas, o que provocou intensas mudanças na dinâmica do ecossistema local (Foto 03).

Na praia do Atalaia localizada a nordeste da praia do Maçarico, além da ação de processos naturais, também tem sido alvo da intervenção humana com maior intensidade, a partir da rodovia PA-444 Salinópolis-Atalaia e a construção da ponte ligando a cidade à ilha (década de 70 do século passado) que, talvez por ter sido construída antes das resoluções normativas do Conselho Nacional de Meio Ambiente- 1985 (CONAMA), contribuiu para uma ocupação desorganizada, quando se definiu e seccionou uma franja de mangue no final da ponte sobre o rio Sampaio, e também ao ocupar uma área de migração de dunas no trecho

²⁰ O trecho do litoral de “rias” apresenta duas feições morfológicas distintas na área. A primeira é de costa recortada na proximidade de terras altas, que se estende do vale do rio Maracanã para o oeste em direção ao Golfo Amazônico. A segunda é de costa baixa, recortada com manguezais penetrando pelos vales afogados que se estendem da foz do rio Maracanã até a Baía de Quatipuru, englobando a Baía de Japerica.” (SILVA,1994, p.64)

final da estrada. Houve a proliferação de segundas residências, hotéis e a construção de prédios com até nove pisos, desobedecendo à Lei Orgânica Municipal, (02/04/1990), que proíbe edificação com mais de 4 pisos são, para Faria, atitude que

além de ilegal é uma agressão visual à paisagem natural da ilha. Edificações construídas nas áreas de migração de dunas representam constantes perigos para as condições naturais das águas subterrâneas e para as praias (FARIA JR., 1997, p.380-381).



Foto 03 - As ações antrópicas, ao produzir novas formas, provocam transformações ambientais que se tornam cada vez mais intensas devido à nova função que o lugar adquire. *Foto: Geraldo Ramos. Revista Ver-o-Pará, nº 9, Belém, 1996.*

Vale destacar ainda que, com a destruição dos campos de dunas provocadas por ações antrópicas, na ilha do Atalaia, os processos erosivos, como as ondas e as correntes litorâneas, têm-se tornado intensos em determinados locais mais vulneráveis a erosão, visto que as dunas “funcionam como anteparos naturais à ação de ondas e marés na linha da costa” (FARIA JR., 1997, p.388). Exemplos deste efeito erosivo aparecem freqüentemente em locais de segundas residenciais, construídas à beira-mar, localizadas na Ponta do Farol Velho, na ilha do Atalaia, que se encontram ameaçadas pelo avanço gradativo das preamares (Foto 04).

Como comenta Faria,

as ações e omissões de dirigentes de órgãos públicos, aliadas a desenfreada cobiça pela propriedade do solo na ilha e da devida especulação imobiliária, foram em grande parte responsáveis pela situação atual (FARIA JR., 1997, p.393).



Foto 04 - A especulação imobiliária estimula a produção de segundas residências e torna o litoral de Salinópolis mais vulnerável a erosão ao estimular as construções no corredor de dunas.

Foto: Francinete Brito – abril/2002.

Para esse autor, se houvesse o cumprimento da lei, poder-se-ia evitar muitos dos impactos ocorridos naquele local, mesmo nos casos em que a própria natureza realiza seu trabalho, modificando os materiais e formas litorâneas. Se houvesse uma “ação preventiva”, os danos ambientais poderiam ser menores.

Entre pesquisadores, como os acima citados, há aqueles que acreditam que, apesar da intensa especulação imobiliária e hoteleira ter contribuído para as transformações sócio-ambientais no lugar, a ação dos processos erosivos provocados pelos agentes dinâmicos costeiros é muito mais expressiva, se comparada com a intervenção humana. Por isso, para Costa, em Salinópolis, “*o impacto ambiental foi muito mais contra o homem do que contra a natureza*” (COSTA, 1992, p. 46).

Porém, o que não se pode negar é que a construção de segundas residências ou de hotéis, como o conhecido “Privé do Atalaia”, ao longo do corredor de dunas, provoquem alterações ambientais que, para o prof. Luis Ercílio Faria (UFPA)²¹, significam sérias

²¹ Coordenador do Relatório sobre as degradações ambientais na Ilha do Atalaia.

agressões para o litoral e também às áreas de mangue. São alterações como essas que fazem com que, aos poucos, Salinópolis adquira feições parecidas às de cidades litorâneas de dimensões maiores, onde o interesse de especuladores imobiliários acaba falando mais alto e infelizmente contribuindo para a degradação ambiental do lugar (Foto05).

Essas semelhanças com outras cidades litorâneas de maior porte, e conseqüências dessas transformações serão analisadas com maior aprofundamento, quando tratarmos, no capítulo seguinte, da produção do espaço urbano em Salinópolis através da produção das segundas residências, e também com os investimentos estatais em melhorias infra-estruturais, visando à valorização do lugar.



Foto 05 - O mercado turístico preocupa-se mais com a infra-estrutura de hospedagem e acesso em Salinópolis (hotéis, quiosques bancários e pavimentação de vias) do que com as transformações sócio-espaciais que esses equipamentos proporcionam no lugar.

Foto: Francinete Brito – abril/2002.

Capítulo 2

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SALINÓPOLIS

Como a intenção deste capítulo é discutir o espaço urbano em Salinópolis, principalmente a partir de 1930, faremos uma abordagem da urbanização brasileira a partir do século XX, levando em consideração apenas aspectos mais relevantes desse processo que contribuíram para o desenvolvimento deste estudo.

Com o desenvolvimento do capitalismo (industrial e pós-industrial), a rapidez da circulação de pessoas, mercadorias, idéias e informações fez com que a urbanização passasse a ser compreendida não apenas como concentração da população nas cidades mas também como causadora de mudanças profundas, muitas vezes irreversíveis, nos comportamentos individuais e/ou coletivos dos que residem nessas regiões. Milton Santos enfatiza essas mudanças, ao comentar que

a cidade é o lugar em que o mundo se move mais; e os homens também. A co-presença ensina aos homens a diferença. Por isso, a cidade é o lugar da educação e da reeducação. Quanto maior a cidade, mais numeroso e significativo o movimento, mais vasta e densa a co-presença e também maiores as lições e o aprendizado (SANTOS, 1996, p.83).

Para uma análise sócio-espacial acerca da produção do urbano nas cidades contemporâneas, deve-se levar em consideração não apenas o plano material no qual aquele lugar se encontra, mas também o plano processual, onde se enquadra a lógica da urbanização. A partir da relação engendradora entre o Processo e a Forma, tem-se uma compreensão das mudanças mais significativas nesse espaço. Para Sposito, a

análise da relação entre urbanização e a cidade permite-nos compreender o espaço urbano, como materialidade presente, mas também como processo, como acumulação de outros tempos, como expressão das formas como se organizaram e reorganizaram as

idades, tendo a urbanização e suas determinações (SPOSITO, 1999, p.86-87).

Apesar de a urbanização brasileira iniciar com o processo de colonização e com maior intensidade no século XIX, não se pode negar que a redefinição do espaço urbano no Brasil ocorreu com a industrialização, já que a cidade passou a ser não somente o aparelho burocrático, mas também a sede do aparelho produtivo (OLIVEIRA,1982). Essa redefinição provocou alterações entre a relação do Estado e esse novo espaço urbano, fazendo com que a acumulação industrial fosse valorizada em detrimento da acumulação agroexportadora.

Foi a partir da instalação do capitalismo monopolista no Brasil que, na metade do século XX, o processo de urbanização ganhou maiores proporções na realidade brasileira. Santos afirma que *“entre 1940 e 1980, dá-se uma verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população”* (SANTOS, 1996, p.135), período esse de marcantes mudanças no espaço nacional. Vê-se, assim, que não só houve um aumento do número de habitantes, como também um crescimento do número de cidades de pequeno e médio porte, mas também *“o aumento considerável do número de cidades milionárias”* (SANTOS, 2001, p.202).

Dito isto, percebe-se que o aumento do número dessas cidades e da maior concentração populacional nas áreas metropolitanas estiveram ligados à passagem da tradicional economia agroexportadora para o desenvolvimento cada vez maior de um sistema industrial, que tinha a Região Sudeste como centro de maior desenvolvimento. Esses fatos criaram elementos que contribuíram para que as primeiras regiões metropolitanas brasileiras, oficialmente reconhecidas, fossem alvos de interesses e maior concentração de habitantes. O Sudeste é, historicamente, a região que apresenta maior índice de urbanização, fato esse que se confirma nas idéias de Santos, ao mostrar que

a diferença entre as taxas de urbanização das regiões está intimamente ligada à forma como, nelas, a divisão do trabalho se deu, em outras palavras, pela maneira diferente com foram afetadas pela divisão internacional do trabalho (SANTOS, 1996, p.137).

Paulatinamente, o crescimento econômico no Brasil se intensificou e, a partir de 1960, este modelo já revelava, de forma expressiva, a inserção do país entre tentáculos do capitalismo monopolista. Nesse contexto, comenta Rodrigues:

essa fase corresponde à explosão do processo de urbanização no país, porque é a cidade que expressa todas essas transformações, reforçadas pelos meios de comunicação de massa, em que a TV é soberana (RODRIGUES, 2001, p.134).

Por outro lado, a presença dos meios de comunicação de massa induziu parte da população brasileira a assimilar modos de vida urbanos, mesmo que essa população morasse em lugares distantes das grandes cidades.

Essas transformações geradas pela urbanização não estavam ligadas apenas à presença ou não de artefatos como as antenas parabólicas, TV a cabo, computadores conectados a Internet, etc, mas, também, ao favorecimento que as classes média e alta passaram a dispor no momento em que o Brasil passou a se destacar pela concentração de capital e também de mercado de trabalho, trazendo para aquelas classes maior poder aquisitivo, suficiente para gastos não apenas com suas necessidades básicas, mas também, para consumos com o lazer e o turismo. Como confirma Oliveira, “*o Estado tenta atender as demandas dessa nova estrutura da classe brasileira em detrimento das demandas das classes mais baixas.*” (OLIVEIRA, 1982, p.51).

A partir dos anos 70 do século passado, as construções de segundas residências no Brasil se acentuaram, e, em Salinópolis, particularmente, esse fenômeno ganha maiores proporções. O efeito do “milagre brasileiro” beneficiou principalmente as classes média e alta do país através do aumento de seus poderes aquisitivos. Sobre estas condições, no contexto das atividades turísticas, Tulik, destaca:

sendo a renda fator fundamental para a propriedade de residência secundária, bem como do meio de locomoção, percebe-se que essa forma de alojamento turístico está destinada às pessoas que dispõem de um mínimo de excedentes de recursos financeiros para arcar com os custos necessários (TULIK, 2001, p.11).

A partir da cidade de Belém, significativas parcelas das classes média e alta foram favorecidas por esses momentos, em que consumiram e/ou adquiriram vários tipos de bens dentre esses os de construir segundas residências, tendo como um dos locais preferidos Salinópolis, no litoral paraense. A produção do espaço urbano neste município aconteceu a

partir de duas referências principais: a produção das segundas residências e as práticas de incentivo ao turismo que passaremos a discutir em detalhes nas sessões seguintes.

2.1 – A Influência das “Segundas Residências” na Produção do Espaço Urbano

Salinópolis, pelos idos dos anos 30 do século passado, revelava estágios pouco alterados, lentos em sua produção espacial. Nesse período, o município guardava as características mais atraentes para aqueles que buscavam a tranquilidade e o clima saudável desse litoral. Poucas eram as marcas de alterações do solo urbano em relação ao uso que os pescadores “nativos” faziam daquela região. Segundo Rodrigues, os marcos de urbanização daquela época eram traduzidos por alguns objetos na paisagem como

a Matriz da Padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, o Farol, a Praticagem da Barra, o Porto Grande,²² o Parque do Caranã, com sua fonte de águas límpidas, a praia do Maçarico, com suas dunas, muito ajuru²³ e murici e a chamada Ponta do Maçarico com extensos manguezais, de onde os nativos extraíam caranguejos (RODRIGUES, 2003, p.21).

A intensificação da expansão urbana brasileira e seus reflexos proporcionados, em Salinópolis, desenvolveram-se mais precisamente a partir da metade do século passado, por volta de 1960. Foram identificados seis fatores que contribuíram para a aceleração da expansão urbana no município são eles: o aumento do fluxo de veranistas, a doação de terras públicas pelo governador Alacid Nunes, a construção da segunda residência oficial do governador do Estado do Pará, o desenvolvimento da infra-estrutura pelo Estado, o aumento das segundas residências e o projeto AGRISAL. Esses fatores, objetos desse estudo, tem um papel importante para a (re)organização sócio-espacial do município.

Assim, o aumento do fluxo de veranistas estimulados pelos atrativos do lugar e benefícios à saúde proporcionados pelo clima agradável, que tinha suas temperaturas amenizadas pela influência da maritimidade, foram fatores que, na época, justificavam a vinda de alguns veranistas. A doação de terras públicas pelo governador do Estado do Pará, Alacid

²² Atualmente um bairro de Salinópolis (nota nossa)

²³ Árvore da família das rosáceas, de madeira dura, com odor de óleo rançoso, e cujos frutos são drupas comestíveis, graças a polpa. (nota nossa) retirada do dicionário de Aurélio Buarque de Holanda.

Nunes, também teve um papel importante na aceleração da expansão urbana do lugar, já que o governador objetivava, através dessa doação, desencadear a ocupação dessa região.

Também foi considerado como um atrativo a mais no lugar a construção da segunda residência oficial do governador do Estado, em Salinópolis, durante a gestão do governo Alacid Nunes, que incentivou as classes médias, vindas, principalmente de Belém, a construir segundas residências, e também contribuir para a intensificação do fenômeno urbano local (Foto 06).

Erro!



Foto 06 - A segunda residência oficial do governador do Estado do Pará, ao ser construída em Salinópolis, contribuiu para o aparecimento das “novas” formas e funções urbanas que se instalam no lugar. (Foto Francinete Brito – abril/2002)

Como já foi discutido no capítulo I, o interesse do Estado em investir na infraestrutura básica da região já vinha ocorrendo desde a década de 30. Exemplo disto foi a abertura da rodovia Capanema-Salinópolis em 1937, melhoramentos posteriores nesta rodovia, a fim de facilitar a conexão de segundos residentes entre Belém e Salinópolis e a construção do primeiro hotel, que intensificou, de certa forma, o processo de urbanização nesta região, que, em grande parte, foi voltado para fins turísticos, lazer e entretenimentos. Rodrigues assinala que esta situação aparece desde que

emerge a indústria do lazer e do turismo, que erige a viagem como a única forma de livrar-se das neuroses urbanas, do cotidiano constrangedor das cidades, como se o trabalho fosse sempre massacrante e a viagem fosse sempre garantia de bem-estar. Essa

ideologia originada nos países centrais do capitalismo chega quase paralelamente ao Brasil, ainda nos anos sessenta, quando a população urbana ultrapassa a população rural (1964) (RODRIGUES, 2001, p.127).

A preocupação do poder público com a expansão urbana em Salinópolis, a partir de 1960, foi percebida através de algumas ações, como por exemplo, a construção das estradas que ligam a praia do Maçarico à sede e Salinópolis à ilha do Atalaia. A construção dessas estradas desencadeou novas expectativas de futuras especulações imobiliárias, que influenciariam diretamente na maior ocupação urbana deste lugar.

Nota-se, então, que a vinda da população de centros urbanizados, foi favorecida pelo encurtamento distância-tempo entre cidades e os balneários, passando a influenciar gradativamente no modo de vida das populações locais, e interferindo, paulatinamente na dinâmica e reorganização sócio-espacial. A tabela 01 mostra tendências da evolução demográfica, que permite uma visualização, grosso modo, do município.

Tabela 01 - Evolução da população urbana e rural do município de Salinópolis-PA de 1950 a 2000.

<i>Censo</i>	<i>População Urbana</i>		<i>População Rural</i>		<i>População Total</i>
	Nº habitantes	%	Nº habitantes	%	
1950	2.375	17	11.734	83	14.109
1960	5.781	32	12.441	68	18.222
1970	6.637	69	3.014	31	9.651 ²⁴
1980	10.353	72	4.005	28	14.358
1991	19.317	85	3.353	15	22.670
2000	30.417	91	3.032	9	33.449

Fonte: Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 do IBGE.

Os dados indicados na tabela 01 nos permitem concluir que o crescimento da população em Salinópolis, de 1950 a 1960, ainda apontava para uma concentração maior de sua população no espaço rural. Porém é a partir de 1970, que vários fatores contribuíram para que o crescimento da população urbana fosse superior ao da população rural. Dentre eles, podemos citar, o momento em que Salinópolis passou a condição de “estação hidromineral”

²⁴ A queda da população observada neste censo é devida à perda do então distrito de São João de Pirabas para compor o novo município de Primavera, conforme Lei Estadual 2.460/1961 (IBGE)

através do Decreto nº 3.789 (1966), associado ao aumento do fluxo de veranistas que, gradativamente, influenciavam na intensificação da produção de segundas residências. A partir daí, nota-se que é cada vez maior o crescimento do contingente populacional, chegando a índices elevados, como demonstrou o censo de 2000, com uma taxa de população urbana de 91%, em oposição aos 17% de 1950.

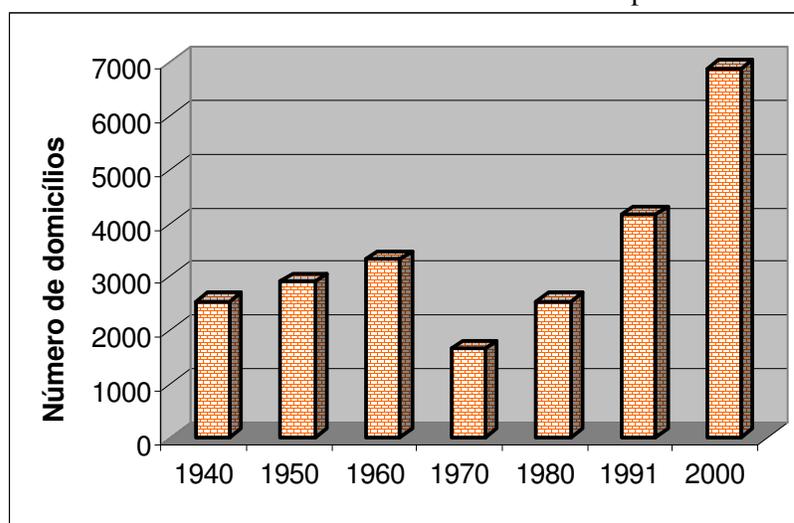
O aumento da população urbana em Salinópolis não se encontra desvinculado do processo de urbanização nacional, em que o país também nesse período demonstrou um crescimento de sua população urbana. Assim, a partir de meados do século passado, o Estado brasileiro, visando atender interesses da área econômica, implantou políticas que resultaram na concentração de capitais e de força-de-trabalho, que contribuiu para o crescimento da população urbana que, para Santos, acontece,

Entre 1960 e 1980, a população vivendo nas cidades conhece aumento espetacular: cerca de novos cinqüenta milhões de habitantes, isto é, um número quase igual à população total do País em 1950. Somente entre 1970 e 1980, incorpora-se ao contingente demográfico urbano uma massa de gente comparável ao que era a população total urbana de 1960. Já entre 1980 e 1990, enquanto a população total terá crescido 26%, a população urbana deve haver aumentado em mais de 40%, isto é, perto de trinta milhões de pessoas (SANTOS, 1996, p. 29-30).

Neste contexto, observa-se, também, que o aumento dos domicílios, dentre eles os das segundas residências permitiu, para Salinópolis, alterações sócio-espaciais de várias ordens. Do ponto de vista social, como, por exemplo, envolvimento entre uma população de nativos que viviam basicamente da pesca com novos moradores e visitantes, que, a partir dessas perspectivas, passam também a desencadear outras “exigências” de onde surgiram os primeiros passos da intensificação do fenômeno urbano no município. As atividades voltadas para a indústria da construção civil, por exemplo, tornaram-se, aos poucos, destaque na economia do lugar. Além destas, surgiram também atividades articuladas com os serviços de hotelaria, restaurante, vigias e caseiros para as várias segundas residências, atividades comerciais e, informalidades como a venda de mingaus, cuscuz e tapioca entre outras iguarias regionais, que ganham dinamismos notadamente na geração de vendas complementares para muitas famílias, em períodos de alta estação.

O gráfico abaixo demonstra o crescimento gradativo do número de domicílios em Salinópolis de 1940 a 2000. Observa-se, assim, que esse aumento provocou não somente a intensificação da expansão urbana no lugar como favoreceu o crescimento de empresas responsáveis pelo serviço de compra, venda, locação e loteamento. Em 1980, existia apenas uma empresa do ramo na região e, em 2000, aumentou para 41 empresas imobiliárias (Censo demográfico de 2000). O dinamismo dado a este tipo de empresas evidencia a lucratividade que o serviço passa a ter, principalmente, quando ocorre o aumento da produção de segundas residências e também das atividades turísticas.

Figura 02 - Crescimento do número de domicílios em Salinópolis de 1940 a 2000.



Fonte: Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000

O Projeto AGRISAL é também um fator que contribuiu para a expansão urbana do município, porém vale a pena destacar que não é intenção deste estudo discutir o projeto, e sim, tecer algumas considerações, que possam ajudar a compreender a importância que o projeto teve para a expansão urbana do município. A partir deste momento discutiremos algumas dessas considerações.

Além de o Estado promover estratégias para a expansão urbana em Salinópolis, este também apoiou, em 1970, a implantação do Projeto AGRISAL (AGRO – INDUSTRIAL DE SALINÓPOLIS S/A)²⁵ que teve como grupo empreendedor o economista Ramiro Fernandes

²⁵ Caracterização jurídica da Empresa: foi constituída inicialmente em uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada (11 de julho de 1968) e posteriormente transformada em sociedade por ações (18 de abril de 1970). Depois do projeto ser aprovado pela antiga SUDAM foi transformada em sociedade anônima de capital autorizado conforme ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 12/06/70, publicada no Diário Oficial do Estado sob nº 21.837.

Nazaré²⁶ (presidente da empresa), Fernando Pinto de Araújo²⁷ (diretor administrativo) e Antonio Cabral de Abreu²⁸ (diretor financeiro), esses empreendedores foram motivados a implantar o projeto em razão do surto de empreendimentos que ocorriam na região, naquele período e também devido às suas experiências em atividades comerciais e na execução e implantação de projetos econômicos. A AGRISAL objetivava a exploração agrícola, (em especial do caju) beneficiamento, industrialização e comercialização, para os mercados interno e externo.

O projeto AGRISAL contou com o apoio decisivo da SUDAM através de um investimento inicial de US\$ 761.908,53 (Setecentos e sessenta e um mil novecentos e oito dólares e cinquenta e três centavos). Em 26/07/1972, o Conselho Deliberativo da SUDAM, através da Resolução nº 1.306, aprova a solicitação de um novo investimento de US\$ 9.831.048,62 (Nove milhões oitocentos e trinta e um mil quarenta e oito dólares e sessenta e dois centavos)²⁹, para a reformulação técnica e econômico-financeira do projeto³⁰. Além dessas aplicações financeiras a AGRISAL contou também com benefícios governamentais, tais como, isenção de imposto de renda por 10 anos, isenção de impostos de importação para máquinas e equipamentos, utilização de recursos financeiros de pessoas jurídicas com abatimento de seu imposto de renda, na forma de ações preferenciais e utilização de recursos financeiros oriundos de pessoas físicas na forma de ações dedutíveis de sua renda tributável³¹.

A AGRISAL ocupou uma área de 11.800 ha com suas instalações industriais e bases de operações localizando-se nas proximidades do centro da cidade. A escolha do município de Salinópolis, para a instalação do projeto, segundo o relatório anual dessa empresa (1972), foi devido à disponibilidade de várias vantagens, entre elas redes de energia elétrica e de telefone, rodovia asfaltada ligando o município a Belém, o que facilitava o escoamento do produto beneficiado tanto por rodovia, como por via fluvial e marítimo³² e podendo contar ainda com uma pista de pouso asfaltada, onde poderiam operar aeronaves de até 12 passageiros. Havia também a presença de uma farta mão-de-obra que convivia com a pequena oferta de mercado

²⁶ Professor da Universidade Federal do Pará, diretor da SERTEC- Serviços Técnicos de Economia e Engenharia Industrial, responsável por mais de 40 projetos aprovados pela antiga SUDAM, Banco do Brasil e BNDE. (Dados do Relatório da AGRISAL – 1972)

²⁷ Comerciante da região

²⁸ Engenheiro civil e também foi diretor da FABRILJUTA (Companhia de Juta-Parintins), projeto que obteve financiamento do BNDE e do Banco do Brasil.

²⁹ Apesar de o financiamento ter sido feito em cruzeiro (moeda brasileira da época), os valores foram convertidos para dólar (valores da época), como meio de facilitar a compreensão sobre os valores do financiamento.

³⁰ Ver anexo – Proposição nº 099

³¹ Fonte: Arquivo do CONDEL (Conselho Deliberativo da SUDAM) e Biblioteca da SUDAM

de trabalho, já que nesse período a população local se dedicava principalmente à pesca e a agricultura de subsistência, pois as atividades ligadas ao comércio, hotelaria e especulação imobiliária encontravam-se ainda num estágio inicial e sujeitas à sazonalidade.

Em decorrência da implantação da AGRISAL, a cidade sofreu em seu sítio um “estrangulamento”, com poucas possibilidades de se expandir na parte continental, concentrando por aproximadamente uma década, grande parte das segundas residências, em direção oeste da cidade, ou seja, do centro à praia do Maçarico (Foto 07).

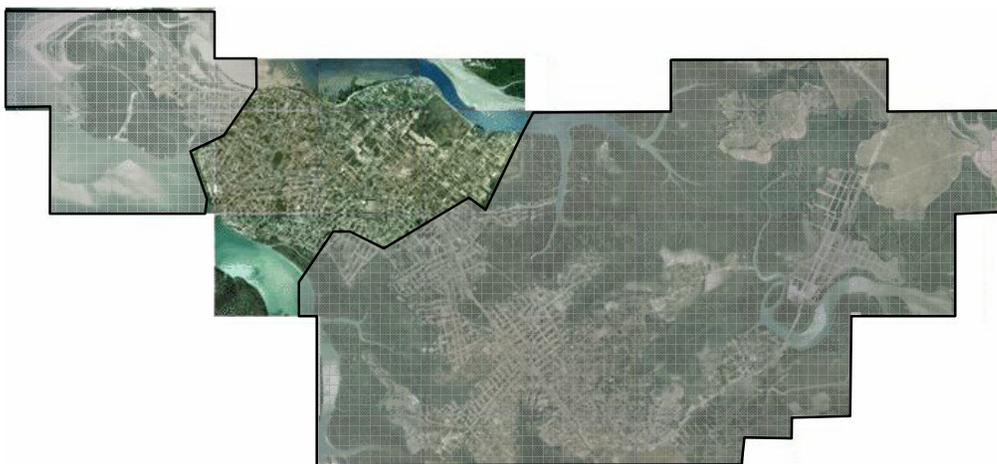


Foto 07 – Foto aérea ilustrativa do crescimento urbano em Salinópolis. A região mais nítida corresponde à área em que se iniciou a urbanização. A área do Maçarico, levemente sombreada (superior esquerda), registra a expansão urbana ocorrida principalmente enquanto o projeto AGRISAL inibia o crescimento urbano pela ocupação das terras da região sombreada (direita).

Fonte: Adaptado de imagem obtida no site www.cohab.pa.gov.br.

O papel que a AGRISAL exerceu, ao redefinir o eixo da expansão urbana em Salinópolis, foi alterado com o cancelamento dos benefícios fiscais em favor desse projeto, em 31 de maio de 1979, em cumprimento à decisão do Conselho Deliberativo da SUDAM (CONDEL), que, ao constatar irregularidades administrativas que comprometiam a diretoria da empresa, através de indevida aplicação de recursos dos incentivos fiscais liberados para a beneficiária e outras irregularidades, tomou as medidas penais cabíveis³².

A decisão do CONDEL sobre o cancelamento do projeto AGRISAL levou o governo do Estado do Pará, através da SEPLAN (Secretária de Estado de Planejamento e Coordenação Geral), que, atualmente se chama SEPOF (Secretária Executiva de Planejamento, Orçamento

³² A produção destinada ao mercado nacional saía por via marítima do porto de Salinópolis, o qual na época, segundo o relatório da empresa, foi reaparelhado e tinha franca movimentação de navios de grande cabotagem. Quanto à produção destinada ao mercado externo, o porto de embarque era Belém.

³³ Ver anexos da Resolução nº 3.826 e Proposição nº 099.

e Financiamento), a solicitar, em nome dos mais altos interesses do desenvolvimento paraense, o pedido de vistas no processo de cancelamento do projeto, na tentativa de evitar esse cancelamento. No entanto a SUDAM, apesar de investir esforços para o soerguimento da empresa, encontrou dificuldades, pois a própria situação do projeto inviabilizou conciliar o interesse desenvolvimentista com o estado em que o empreendimento se apresentava, agravado com o pedido de falência pela própria empresa beneficiária.

A partir de 1980, parte das terras do projeto AGRISAL começou a ser ocupada pela população local, incentivada politicamente por promessas feitas em campanhas ao cargo de governador do Estado, em que cada candidato dizia, se eleito, os moradores dessas ocupações irregulares teriam direito ao título de propriedade dos terrenos. Em 1992, o então prefeito de Salinópolis Raimundo Botelho, que contava com o apoio do governador Jader Barbalho³⁴, tinha como uma das metas de seu programa de governo, assentar famílias de baixa renda em área desapropriada da extinta AGRISAL. Gestos políticos, desta natureza criticados por Alves, ao comentar que a partir dos anos 90 as ações do poder público estadual estavam relacionadas com a “indústria da invasão” (ALVES,1997, p.71), que em muito se fazem presentes nas expansões urbanas.

Percebe-se que, entre 1980 a 1990, foi crescente o aparecimento de bairros na cidade, principalmente os que ocorreram através de ocupações irregulares, como por exemplo, Jaderlândia, São José, São Tomé, Atlântico I e II, Bom Jesus, Pedrinhas, Nova Brasília e Bairro da Ponte. Todos estes bairros surgiram em terras que antes eram ocupadas pela AGRISAL. Os moradores desses bairros fazem parte, atualmente, da AMAG (Associação dos moradores da AGRISAL), que foi criada a 06/06/1998, com o objetivo de legalizar as terras ocupadas por seus associados e também procurar junto à prefeitura local, zelar pela infraestrutura dos bairros. Atualmente, também a AMAG, tramita junto ao Ministério das Cidades procedimento para a legalização de terras em favor dos moradores dessas ocupações irregulares.

É importante observar que tal processo de invasões de terras apesar de motivado por fatores de ordem local, não se encontrou desvinculado dos problemas que envolveram a política habitacional brasileira nos anos oitenta/noventa do século passado, quando ocorreu a quase falência do Sistema Financeiro de Habitação e a conseqüente suspensão dos financiamentos. Para Alves, há uma “*redefinição da política de habitação pelos governos*

³⁴ O mandato do governador Jader Barbalho ocorreu no período de 1982-1987 (PMDB) sendo o primeiro governador eleito após a ditadura militar. E o segundo mandato deste governador, ocorreu em 1991-1994, também pelo PMDB.

estaduais” que só estimula o “processo de invasões de terra que demandava um posicionamento do poder público no que se refere à legalização da área ocupada, bem como a produção de infra-estrutura no local de moradia” (ALVES, 1997, p. 60). Essas ocupações, irregulares ocorreram em Salinópolis tanto em direção à periferia do “povão” (interiorana) como também em direção à periferia “aprazível” (amenidades), que, neste caso, para Corrêa, significa a

possibilidade efetiva de ampliar o espaço residencial para as elites e a alta classe média, inicia-se o processo de valorização da área. O Estado capitalista, permeado de interesses fundiários e imobiliários – sobre tudo na esfera municipal e estadual – investe maciçamente na infra-estrutura da periferia em pauta: sua ação é espacialmente desigual, a favor da periferia aprazível e em detrimento da periferia do povão (CORRÊA, 1986, p.75).



Foto 08 - O processo de valorização espacial em Salinópolis, intensifica a construção de segundas residências de alto padrão e amplia o espaço residencial para as elites. (Foto Francinete Brito – abril/2002)

Assim, a presença, cada vez maior, de segundas residências em Salinópolis tem provocado o surgimento de bairros elitizados, gerando na cidade áreas privilegiadas. Isto tudo é confirmado por Madruga, ao dizer que a “opção” de construir segundas residências consideradas de alto padrão (Foto 08), com tendências segregadoras, está

condicionada ao poder aquisitivo, fazendo com que a maioria destas urbanizações litorâneas não tenham moradores permanentes nas primeiras avenidas, e que as avenidas principais se desloquem

para as segundas, terceiras e até mesmo as quartas (MADRUGA, 1992, p.71).

Outro aspecto a ser ressaltado tem a ver com a “desordem” gerada no uso do solo urbano onde o crescimento urbano tem deixado suas marcas. Como a maioria das cidades litorâneas brasileiras, também em Salinópolis, nota-se o crescimento com estruturação urbanística deficitária. A precariedade dessa condição urbanística é observada por Dias, revelando como esta tendência se comporta.

Não há zoneamento urbano que discrimine áreas para o desenvolvimento de atividades comerciais, industriais, muitos menos instalação de moradias, donde se conclui que o Município cresce aleatoriamente. Este é um ponto nevrál que atinge o bem estar de toda a população porque a cidade se desenvolve sem um planejamento que busque uma qualidade de vida para todos (DIAS, 1996, p.37).

Este fato contundente é conseqüência da falta não apenas de um Plano Diretor que norteie o desenvolvimento urbano, conforme sugerem as legislações, mas também de ações práticas de controle nas formas de uso do solo. Aliás, por força constitucional, foi estabelecida a obrigatoriedade do Plano para cidades com população superior 20.000 habitantes³⁵. Portanto, Salinópolis já deveria possuir seu Plano Diretor, como parte da Lei Orgânica do Município, não só porque, desde 1991, os dados do censo demográficos indicavam uma população de 22.670 habitantes, com tendências de crescimento (vide Tabela 01), mas também por ser uma cidade de interesse turístico. Apesar de a idéia do plano diretor já fazer parte dos programas de vários governadores do Estado e prefeitos de Salinópolis, que apontam sempre a necessidade que esse investimento de planejamento tem para a cidade, a fim de promover um melhor controle sobre as estratégias e formas de uso do solo urbano, mesmo assim todas as medidas para efetivar essas ações têm ficado apenas nas intenções.

Em abril de 2004, o então secretário de administração da Prefeitura de Salinópolis, Sr. João d'Oliveira Almeida Júnior admitia que não havia previsão para a implantação do Plano

³⁵ O Art. 182 da Constituição Federal em seu parágrafo primeiro estabelece que “O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de 20.000 habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.”

Diretor neste município³⁶. Desses fatos deduz-se que nenhuma iniciativa concreta foi tomada para a construção desse Plano, fazendo com que a falta de planejamento urbano neste município promova freqüentes problemas urbanos que são comentados por Madruga:

a urbanização sempre crescente e sem nenhum planejamento, faz com que as cidades hoje, apesar de sua pequena população apresentem os mesmos problemas urbanos de cidades litorâneas bem maiores. (MADRUGA, 1992, p.71-72).

Salinópolis, não fugindo a esse padrão, tem seus problemas urbanos agravados, como por exemplo, os problemas com moradia, o lazer, as agressões aos ambientes costeiros e também pela insegurança que afeta tanto a população residente como a flutuante, devido ao aumento do número de assaltos, principalmente às segundas residências, em períodos de alta estação e também aos arrombamentos nas baixas sazonalidades. A partir desses fatos deduz-se que, se a apropriação desses espaços fosse mais bem planejada através das ações de dirigentes dos órgãos públicos, provavelmente problemas como esses seriam minimizados.

2.2 – O Estado e suas Relações na Produção e Uso do Espaço Urbano/Turístico

Como foi dito anteriormente, a influência e atuação do Estado, na formação do espaço urbano no Brasil, foi intensificada no momento em que a economia brasileira passou do seu caráter agroexportador para industrial (década de 50 do século passado). A industrialização transformou cidades em sede de aparelhos (re)produtivos e no local de decisões políticas e econômicas do país. As alterações nas dinâmicas do modo de produção capitalista proporcionaram ao espaço brasileiro mudanças como as destacadas por Oliveira que afirma:

uma cidade como São Paulo que, ao fim do século XIX, tinha significância pequena dentro do conjunto das cidades brasileiras, para, no curso de menos de 60 anos, dar um enorme salto e chegar

³⁶ Entrevista realizada na prefeitura de Salinópolis em 06/04/2004.

a constituir-se na maior aglomeração urbana da América Latina
(OLIVEIRA, 1982, p.41).

O crescimento de cidades como São Paulo, nos anos 60 do século passado, trouxe para o Brasil, de forma acentuada, a presença considerável de empresas internacionais, que ali se instalam e passam a produzir bens industriais para atender principalmente às classes médias da população. Ainda segundo Oliveira, *“o peso das classes médias emerge com enorme força, com enorme gravitação, tendo em vista o tipo de organização que o capitalismo internacional criou ao projetar suas empresas dentro da sociedade brasileira”* (OLIVEIRA, 1982, p.41).

Com os avanços e a consolidação da mundialização do capitalismo, o papel do Estado brasileiro passou a ser cada vez mais conectado com os mercados globais, altamente industrializados, e que exigiram necessidades dentro de estágios desse modo de produção, para que de fato passasse a fazer parte de redes e cadeias estabelecidas entre as empresas mundiais, onde se vê cada vez mais que *“o mundo se tornou um paraíso das multinacionais”* (OLIVEIRA, 1999, p.88).

Observa-se que, a partir de então, o mercado dos países altamente industrializados ligou-se a outros mercados de países de média ou pequena presença industrial, como o caso brasileiro. Assim, Oliveira mostra como o *“centro do capitalismo não está localizado só nos países ricos, o centro está em todo mundo onde as empresas multinacionais estão”* (OLIVEIRA, 1999, p.85).

Segundo Octavio Ianni, em mundo globalizado, *“a indústria do turismo expande-se por todos os cantos e promete as mais diferentes voltas pelo mundo dos museus, palácios e catedrais, monumentos e ruínas, imagens e simulacros”* (IANNI, 2002, p. 83).

Assim, o processo de globalização estabelecido incentiva as conexões do mundo com os lugares, o que, para Luchiari (2004), faz com que a atividade turística passe a ser um dos vetores mais importantes para estabelecer esta conexão do mundo com o lugar. Daí o interesse do Estado em produzir urbanizações turísticas em cidades onde o objetivo principal é a produção de paisagens atrativas para o consumo e o lazer.

Em Salinópolis, este interesse, é visualizado quando o governo do Estado do Pará, visando atender tendências turísticas por conta das condicionantes deste Município, desenvolve o papel de provedor das infra-estruturas básicas, sobretudo para áreas de transporte, energia e saneamento. A intensificação de atividades turísticas e segundas residências têm assim contribuído para a refuncionalização do espaço urbano onde o governo (federal, estadual e municipal) tem tido papel importante e, devido a essa importância, o

turismo, atualmente, se apresenta como atividade produtiva de grande perspectiva. Já no ano de 1989, Machado comentava que,

a atividade turística tem sido impulsionada em todo o Brasil como forma de superar crises reinantes na economia do país. Só se descobriu este importante filão gerador de rendas, a partir de necessidades internas, e observando o comportamento que este setor chamado de indústrias sem chaminé produz em outros países de estágios econômicos relativamente fracos ou instáveis como o nosso (MACHADO, 1989, p.135).

Assim sendo, é a partir do desenvolvimento do potencial turístico que Salinópolis vai se apresentar, juntamente com outros pólos turísticos, como importante alvo para a atuação do governo do Estado do Pará, e com estas atividades, contribuir para ampliação da competitividade turística deste estado em nível regional e nacional.

Os investimentos em infra-estrutura feitos pelo Estado sempre vêm acompanhados por um discurso de melhoria da qualidade de vida para a população local, associado às opções de lazer à população paraense, principalmente as classes média e alta de Belém (empresários, funcionários públicos, profissionais autônomos, militares, etc.) que sempre foram os freqüentadores assíduos desse lugar atlântico-amazônico.

Por isso, a partir de 1960, tornou-se comum governadores do Estado do Pará manifestarem constante “preocupação” com a maior valorização daquele lugar, atendendo principalmente à classe empresarial que visa transformar os habitantes do município, principalmente os segundos residentes, em consumidores de um espaço que se transforma por força do modo de produção capitalista em objeto de consumo.

Nas manchetes dos jornais de grande circulação no estado do Pará, é comum encontrarmos propagandas sobre as realizações dos governadores. Por exemplo, no governo Jader Barbalho, (1991-1994) em matéria que trata da construção do trevo que permitiu a integração das rodovias PA – 124 e PA – 444, facilitando a ida e vinda para a praia do Atalaia, na mesma matéria, o governador ressalta a importância de transformar Salinópolis em um pólo turístico e informa também sobre a elaboração do Plano Diretor, que, até hoje, passados 11 anos, ainda não ocorreu (PROVÍNCIA DO PARÁ, 1993, p.12). (Ver anexos).

Do mesmo modo, às vésperas de um ano novo (2000), quando grande parte da população belenense se preparava para festejar a chegada daquele ano, as manchetes nos

jornais giravam em torno da conclusão da orla do Maçarico e do “réveillon das águas” em Salinópolis. No governo Almir Gabriel, esta obra foi considerada pelo Estado, “como mais um marco do desenvolvimento do turismo no Pará” (PROVÍNCIA DO PARÁ, 1999, p.4). (Ver anexos). Este exemplo de Salinópolis corrobora as tendências nacionais de apelos publicitários para o turismo que, para Rodrigues:

o turismo de massa enaltece, ainda, a necessidade da busca de novos ambientes para a reposição de energia física e mental. Concomitantemente, a natureza, em especial o litoral, é o recurso turístico mais explorado pelo capitalismo a partir da segunda metade desse século. A natureza tornou-se mercadoria e é vendida como capaz de devolver ao homem a paz e a tranqüilidade roubadas pela vida cotidiana nas cidades. A fuga do cotidiano, os prazeres oferecidos por outros espaços, preferencialmente ‘naturais’, são apelos publicitários que atingem todas as classes sociais (RODRIGUES, 2001, p.113).

Reafirma-se, assim, que a presença de vetores urbanizantes, cada vez mais fortes em Salinópolis, trazem consideráveis alterações para o lugar e sua região. Entre essas transformações, o estímulo ao consumo do espaço é fomentado por iniciativas públicas e privadas com a presença de “shopping de verão”, praças de alimentação (com restaurantes, boxes com vendas de lanches, pontos de vendas de água de coco) que se localizam na orla urbanizada da praia do Maçarico que segue reproduções dos já famosos calçadões de cidades litorâneas brasileiras (Foto 09).



Foto 09 - A orla da praia do Maçarico incorpora alguns aspectos comuns que fazem parte dos vários calçadões de cidades litorâneas brasileiras. (Foto Francinete Brito – abril/2002)

Contribuindo com mais uma reprodução desse porte, recentemente foi inaugurado pelo governador Simão Jatene um empreendimento em que o governo do Estado do Pará, através das Secretárias Especial de Integração Regional (SEIR) e Executiva de Transportes (SETRAN) em julho de 2003, inaugurou a urbanização da praia do Atalaia. Esta obra conta com estacionamento para ônibus, instalações sanitárias para banhistas, melhoramentos para os acessos a praia do Farol Velho e atalho para chegar à praia do Atalaia³⁷.

Nota-se que, a cada dia, esse município vem impregnando-se de um modo de vida e idéia de conforto que cada vez mais transforma este lugar em um espaço urbano/turístico. O Estado, através de suas ações, contribui para a maior valorização e prioriza estimular e incrementar o turismo em Salinópolis.

O governo do Estado do Pará, através de uma equipe de técnicos da SEIR, discutiu, em março de 2003, o projeto de (re)urbanização da praia do Atalaia em uma reunião na

³⁷ Informação colhida do site do Governo do Pará (www.pa.gov.br/noticias-14/03/2004).

Câmara de Vereadores de Salinópolis. Desta reunião participaram também o prefeito de Salinópolis Di Gomes, vereadores, barraqueiros, representantes de associações comerciais e artesãos. O projeto prevê a construção de um calçadão com 48 mil metros quadrados de área, com seis conjuntos de barracas (cada uma com 4 restaurantes), 3 barracas médias para 4 lanchonetes, tendas para feira de artesanato, barracas com vendas de água de coco, espaços para ambulantes (carrinhos de pipoca, churros) e um prédio para a Secretária de Saúde e Corpo de Bombeiros.

Apesar de esta orla estar sendo projetada próximo ao corredor/campos de dunas, a coordenadora do projeto arquiteta Carmem Cal esclareceu que não haverá impacto ambiental no lugar, pois as dunas que lá se encontram serão preservadas para compor a paisagem cênica. Esta descaracterização da praia foi justificada pela coordenadora do projeto através da seguinte frase: “deve-se aproveitar o que a praia tem de bom e tirar proveito disso.”³⁸

Essas transformações são, para Serrano (2004), estratégias utilizadas pelo poder público/privado, para que o turista, ao encontrar referências familiares em praças de alimentação, como por exemplo, a da orla urbanizada do Maçarico, ou futuramente, da orla urbanizada do Atalaia, possa ter uma espécie de relação do familiar com o exótico, pois nesses espaços a presença de batatas fritas, sanduíches, pizzas, coca-cola, etc, vendidas em lanchonetes, juntamente com as iguarias regionais, em alguns casos, transforma esses locais, em lugares onde dificilmente ocorre um (dis)sabor gastronômico.



Foto 10 - A praça de alimentação na orla da praia do Maçarico incorpora em seus espaços comercializáveis, sabores que proporcionam aos visitantes uma relação muito próxima do exótico com o familiar. (Foto Francinete Brito – abril/2002)

³⁸ Maiores detalhes sobre a degradação de dunas na praia do Atalaia consultar: FARIA JR., Luís Ercílio do Carmo, SILVA, Márcio, MENDES, Amílcar. A Expansão Urbana e seus efeitos danosos ao meio ambiente da ilha do Atalaia-Salinópolis/PA. IN: COSTA, Marcondes, ANGÉLICA, Rômulo Simões (coord.) *Contribuições à geologia da Amazônia*. Belém: FINEP/SBG, 1997, p. 360-396.

Assim, o Estado e empresas privadas proporcionam a esses lugares padrões de “conforto e qualidade de vida do mundo moderno”, o que para Rodrigues retira “*em curto espaço de tempo, o caráter exótico desses lugares*” (RODRIGUES, 2004, p. 181) (Foto 10).

O Estado, através da atividade turística, transforma esses lugares em espaços “comercializáveis” e ao eleger o turismo como elemento gerador de emprego e renda, se incumbem em transformar os municípios que fazem parte dos pólos turísticos no Pará, dentre eles, Salinópolis, em um lugar que vende uma “natureza” que copia lugares, na tentativa de seduzir os visitantes e transformá-los em consumidores deste espaço, onde as novas formas de desenvolvimento implantadas no município transformam este lugar em mercadoria, e o objetivo quase que principal é apenas o valor de troca. Silveira chama esta forma de seduzir de

objeto da psicoesfera, objeto de publicidade e de consumo, é a paisagem, a chamada ‘natureza’ como um dado simbólico. E, a um só tempo, o que realmente se vende como ‘natureza’ são pedaços de complexos e dispendiosos sistemas de engenharia e de formas de organização (SILVEIRA, 2002, p.37).

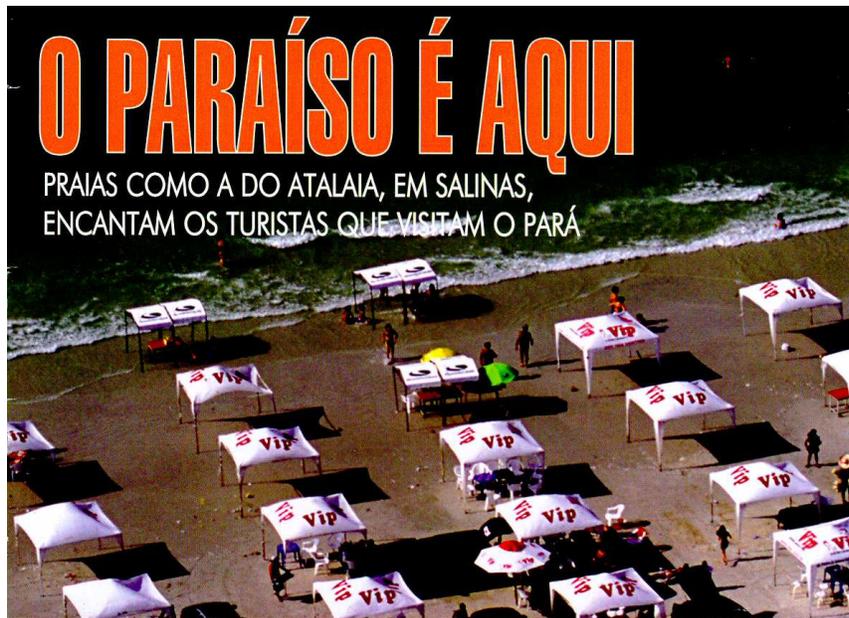


Foto 11 - Ao transformar esses espaços em mercadoria, o turismo, através da mídia, vende uma “natureza” que se transforma em “fetiche”. Foto Revista Pará Turismo. Setembro 2003. Ano I, número 1.

Essas transformações ocorridas no município, inicialmente, com as segundas residências e, posteriormente, com os projetos urbanos/turísticos, provocaram no lugar alterações sócio-espaciais que são marcantes para mudanças no modo de vida dos residentes, e da população flutuante, ao se sentir seduzida, por um espaço que nada mais é do que um objeto de consumo (Foto 11)

Para entendermos melhor a descaracterização ocorrida em Salinópolis, com a produção da atividade turística e a possibilidade de integração da população local ao projeto desenvolvimentista proposto pelo Estado, é que selecionamos o capítulo 3, onde é feita uma análise mais detalhada sobre alterações sócio-espaciais e tendências para o desenvolvimento turístico em Salinópolis.

Capítulo 3

SALINÓPOLIS E O TURISMO: RECENTES ALTERAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS E TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO.

Ao abordarmos o desenvolvimento do turismo no município de Salinópolis, é necessário observar como aconteceu a apropriação, o consumo e sua reprodução pelos espaços turísticos desse lugar, sem perder de vista as “conexões geográficas” de que fala Souza (1983), nas escalas local e global e suas relações com a economia.

O interesse do Estado em intensificar o desenvolvimento das atividades turísticas em vários municípios do Estado do Pará, dentre eles Salinópolis, reflete a importância que esta atividade globalizante apresenta, como fonte geradora de riquezas, conforme menciona Rodrigues ao relatar que, “*o turismo ocupa hoje o papel relevante na economia mundial, situando-se entre os 3 maiores produtos geradores de riqueza – 6% do PNB global só perdendo para a indústria de armamentos e de petróleo*” (RODRIGUES, 2001, p.17)

Em Salinópolis, as trajetórias de atividades associadas ao turismo vêm “concorrendo” com outras paralelas que, também, alteram suas funcionalidades com o espaço de formas anteriores ao seu aparecimento. Porém, a capacidade que o turismo tem de criar, recriar e transformar o lugar, com o objetivo de valorização da mercadoria, tem sido impulsionado pelo Estado que, ao investir em atividades de turismo, não apenas valoriza o município, como este passa a ter visibilidades de suas potencialidades transformando-as em novas mercadorias. Como lembra Castrogiovanni, essa condição faz sentido em uma sociedade, em que

o espaço capitalista é um mundo de interesses que nem sempre representa a maioria. Ele é dinâmico e respeita o próprio movimento do capital. Com o processo de globalização, o espaço cada vez mais se manifesta como um produto fundamental para a expansão do processo capitalista. Cada vez mais é visto com mercadoria e, portanto participa das trocas.
(CASTROGIOVANNI, 2000, p.24).

Esse mesmo autor também menciona que devemos ver, no mundo de interesses representado pela lógica do capital, qual é o papel do Estado e como suas ações se concretizam. Isso pode ser percebido, em Salinópolis, quando se constatam ações ou

investimentos (em fixos ou fluxos) feitos pelo Estado priorizando interesses de segmentos (empresarial/turístico) que buscam, naquele lugar, a ampliação de seus lucros nos empreendimentos turísticos, como tem sido nas últimas décadas.

O Estado, com o afã de atender às estratégias do mercado, em particular do turismo, descuidou-se da preservação das características ambientais e culturais locais. Na verdade, o que deveria ser valorizado enquanto espaço de particularidades, singularidades, tendeu à homogeneização. A cidade passou a se tornar estranha a seus próprios moradores, como se percebe no depoimento de um morador *“já vai longe o tempo em que o carimbó, as danças de quadrilha, boi-bumbá e pássaros eram as maiores expressões culturais de seu povo. Ou melhor, eram os únicos meios de lazer dos nativos”* (O LIBERAL, 2001, p.8). Perversidades da globalização contemporânea!!!

Para melhor analisar as transformações sócio-espaciais provocadas pelas atividades turísticas em Salinópolis, discutiremos a seguir como os avanços desta atividade influenciam na descaracterização territorial do lugar, que população (flutuante ou residente) se beneficiará desta atividade e, finalmente, apontaremos tendências que visam desenvolver o turismo em Salinópolis.

3.1 – A “Descaracterização” Territorial de Salinópolis e a “Nova” Produção do Lugar como Mercadoria Turística

A partir dos anos 90 do século XX, a descaracterização de Salinópolis concretiza sua marcha e torna-se mais intensa em virtude dos avanços que a especulação imobiliária promove com alterações na paisagem, articuladas pelo turismo. Essa (re)estruturação desencadeada por esses agentes, naquele período, despertou discussões entre várias camadas da população paraense sobre o que seria “melhor” para Salinópolis: viver do turismo, das temporadas sazonais, do comércio de materiais de construção, da especulação imobiliária, ou criar mecanismos legais que possibilitassem uma política de ordenamento do desenvolvimento urbano/turístico que pudesse proporcionar um crescimento, aonde territórios “naturais” e culturais viessem a ser menos agredidos pela ação do capital?

Diante da realidade que se apresenta atualmente em Salinópolis, onde o descuido com a preservação ambiental e/ou cultural faz parte do dia-a-dia do município, percebe-se que prevaleceu o poder de atores sociais, como os empresários voltados para o mercado imobiliário e atividades turísticas. As ações do Estado, juntamente com os interesses do capital privado, gradativamente provocaram transformações no espaço de Salinópolis. Essas

mudanças não são apenas alterações nos objetos que compõem as paisagens, mas principalmente na evolução histórica dos processos produtivos que a sociedade impõe ao espaço.

Através de mecanismos jurídicos, o governo do Estado do Pará, em 2 de fevereiro de 1996, sancionou a Lei 5.943 que definiu a política de incentivo às atividades produtivas, a qual apresentou entre seus pontos mais importantes, o chamado desenvolvimento da “indústria do turismo”. Este momento coincidiu com a política de descentralização da Embratur que, segundo Bertha Becker, modificou o papel do governo federal no turismo e, a partir de então, “a execução da atividade turística passa para outras esferas governamentais de Estados e Municípios, e incorpora a iniciativa privada”. (BECKER, 2002, p.187-188). É a partir também dessas alterações que Salinópolis adquiriu para seu espaço geográfico novas formas e novas funções, que como diria Milton Santos, podem ser vistas como “*um produto social em permanente processo de transformação*” (SANTOS, 1992, p.49).

Percebe-se, então, neste contexto, o porquê das aceleradas mudanças que se processam em Salinópolis incorporando, cada vez mais uma maior valorização de seu território, transformado pelas novas mercadorias. Atendendo, assim, às aspirações, principalmente da classe empresarial, que buscou, prioritariamente, em empreendimentos imobiliários, obter ampliação de lucros com os potenciais daquela região (Foto 12).

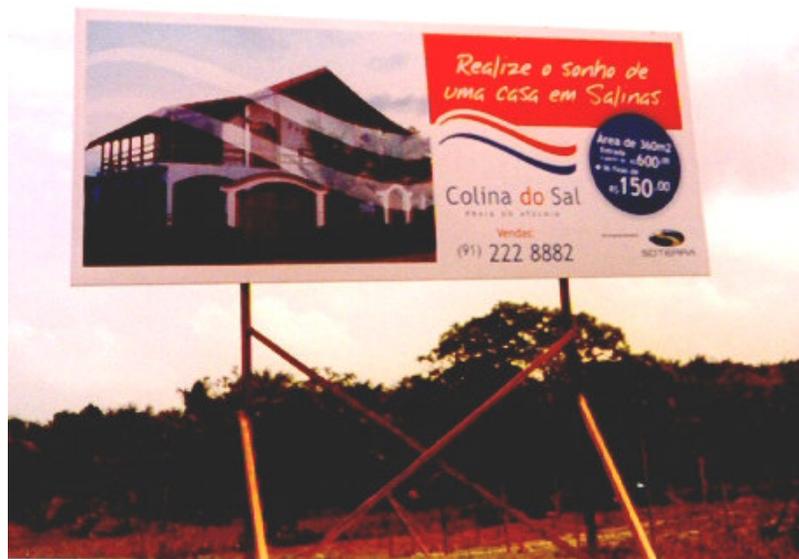


Foto 12 - Os empreendedores imobiliários seduzem novos consumidores e ampliam seus lucros.

Foto Francinete Brito – dezembro/2003

O interesse em priorizar a classe empresarial pode ser notado nos conteúdos do Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (2001). Esse plano aponta que a infraestrutura do município, naquele período, passava por problemas como deficiência no abastecimento de água do município, principalmente nos períodos de alta estação, quando o consumo é sempre maior. Também em relação ao lixo urbano, havia insuficiência de carros para a coleta do material, o que se agravava ainda mais nos períodos sazonais.

As deficiências em relação à infra-estrutura de Salinópolis continuaram a ser apontadas, como aparecem na mídia, em 2003, em que o IBAMA

notificou a prefeitura, lavrou Termo de Embargo pelo aterramento da área de mangue (Área de Preservação Permanente-APP) com lixo em geral, inclusive de origem hospitalar e lavrou Auto de Infração no valor de quinhentos mil reais (500.000,00) por causar poluição de qualquer natureza por lançamento de resíduos sólidos (Diário do Pará, 2003, p.4).

Algumas melhorias na infra-estrutura começaram a ser sentidas, a partir de 2004, com a instalação de uma caixa de água com maior capacidade de armazenamento, o que reduziu consideravelmente, o problema do abastecimento de água, mesmo em períodos de alta estação, conforme relato de moradores, algo também registrado com relação às coletas de lixo, que têm ocorrido diariamente na cidade. Espera-se que essas “benfeitorias” básicas possam se expandir por todo o município e não apenas nos locais mais visados pelo turismo, onde se concentram principalmente as segundas residências de segmentos sociais burgueses, sobre o qual já discutimos em passagens anteriores.

Como se pode constatar, nota-se que o turismo e a segunda residência em Salinópolis, também trouxeram para seu espaço alterações que estão ligadas diretamente aos interesses dos mercados imobiliários e hoteleiros, que através do Estado tentam direcionar o uso do solo urbano, visando uma continuidade de seus interesses. O “controle” sobre as formas de uso do solo urbano manifestado em Salinópolis, é confirmado por Bahiana, quando diz que

o espaço numa sociedade de mercado não pertence e não está sujeito ao controle de seus habitantes, mas antes a organizações e grupos que negociam com o solo urbano e que tem efetivamente o controle real sobre o mesmo (BAHIANA, 1978, p.57).

Essa forma de “controle” gerou principalmente para a população residente, elevação no custo de vida, através de aumento de taxas e impostos, nos preços dos gêneros alimentícios e no aquecimento do mercado imobiliário, principalmente em períodos de alta estação.

Por situações como acima mencionadas, nota-se como o crescimento do turismo e sua significativa participação no PIB levaram, segundo Becker (2002), o governo federal, a partir de 1991, a estudar possibilidades para obter financiamentos junto ao BID para a implantação de programas que possibilitassem o incremento do desenvolvimento turístico e conseqüentemente, seus desdobramentos em diversos sub-produtos da produção, circulação e consumo que as potencialidades existentes e/ou criadas (“novas vocações”) nas várias regiões do país.

No contexto amazônico, o governo do Estado do Pará, inserido na política de desenvolvimento turístico regional, e visando atender a Lei Estadual 5.943, estabeleceu, através da PARATUR, a seleção de 04 pólos de desenvolvimento turísticos (atualmente desmembrados em 06 pólos)³⁹, a partir de características locais que apresentam maior potencial indutivo, que convergiram, em primeira instância, em um conjunto de ações de curto prazo, como as intervenções na infra-estrutura básica, capacitação profissional e gerencial, promocional, etc. O município de Salinópolis foi incluído no chamado pólo Amazônia-Atlântica.⁴⁰ (Figura 03).

O pólo Amazônia-Atlântica está inserido no identificado “turismo verde”, através do PROECOTUR (Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal), que se encontra em fase de implementação, iniciada em agosto de 2000. Visando integrar os municípios que fazem parte deste programa, foram criados roteiros, dentre esses, Salinópolis e São João de Pirabas pertencem ao terceiro roteiro⁴¹ desse programa, onde estão previstas ações, que devem ser executadas pelo poder público (federal, estadual, municipal e/ou autarquias) e/ou iniciativa privada. Essas ações promovem, desde melhorias infra-estruturais à medidas que possam amenizar os impactos ambientais.

³⁹ Segundo dados da PARATUR (Companhia Paraense de Turismo) os 4 pólos iniciais estabelecidos eram: Pólo Amazônia-Atlântica, Pólo Marajó, Pólo Tapajós e Pólo Araguaia-Tocantins, sendo posteriormente desmembrados em 6 pólos. Além desses já citados, temos também os pólos Xingu e Belém.

⁴⁰ Além do Município de Salinópolis, estão incluídos no pólo Amazônia-Atlântica, também, os municípios de Bragança, Marapanim, Vigia, Augusto Correia, Curuçá, Maracanã e Tracuateua

⁴¹ Além desse roteiro, estão incluídos também os roteiros de Belém, Tracuateua, Maracanã, Marapanim e Curuçá.

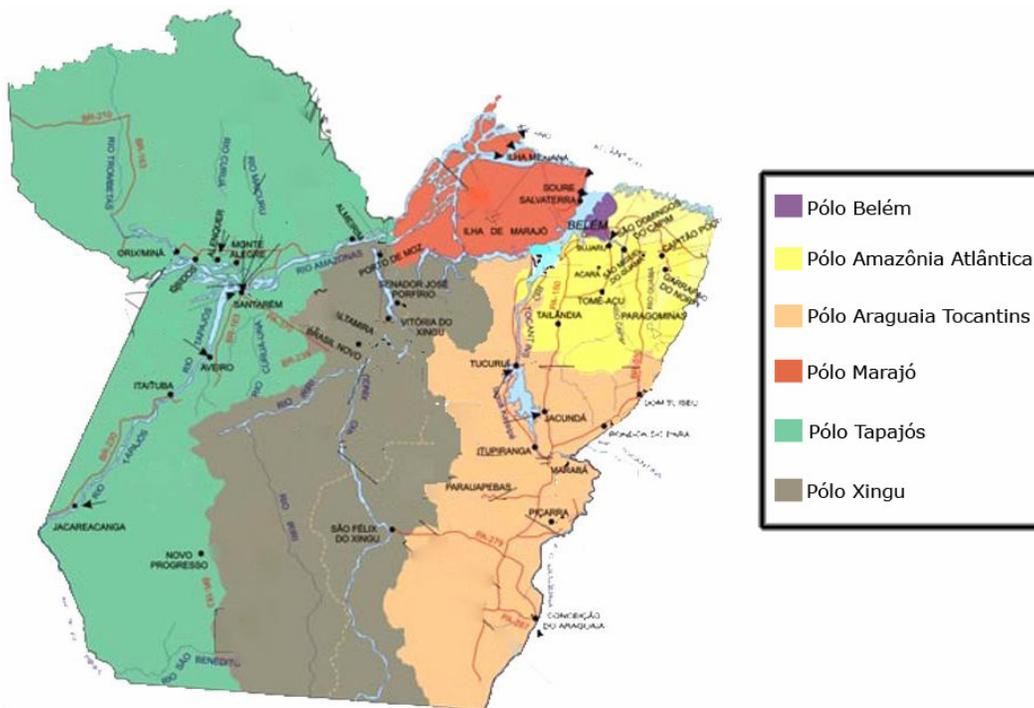


Figura 03 - Sintetiza e representa aspectos dos Pólos Turísticos do Estado do Pará.
 Fonte: Adaptado a partir de imagem obtida no site acessado em 02/08/2004.

O PROECOTUR é um programa de responsabilidade da Secretária de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente e conta com financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Foi planejado e está sendo executado, em parcerias com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, Ministério do Esporte e Turismo – MET / Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, governos estaduais e municipais, iniciativa privada e comunidades locais. Este programa tem como área de abrangência, no Estado do Pará, os pólos Tapajós, Marajó, Belém e Amazônia-Atlântica (Foto 13).

Segundo a Secretária Especial de Produção do Estado do Pará, os recursos financeiros voltados para este projeto, *estão assegurados através do contrato BID, correspondente a US\$ 13.800.000 (treze milhões e oitocentos mil dólares), sendo US\$ 11 milhões oriundos do BID, US\$ 2,67 milhões do Tesouro Nacional e US\$ 130 mil dos Estados da Amazônia Legal*⁴².

⁴² Dados coletados na Secretária Especial de Produção / PARATUR

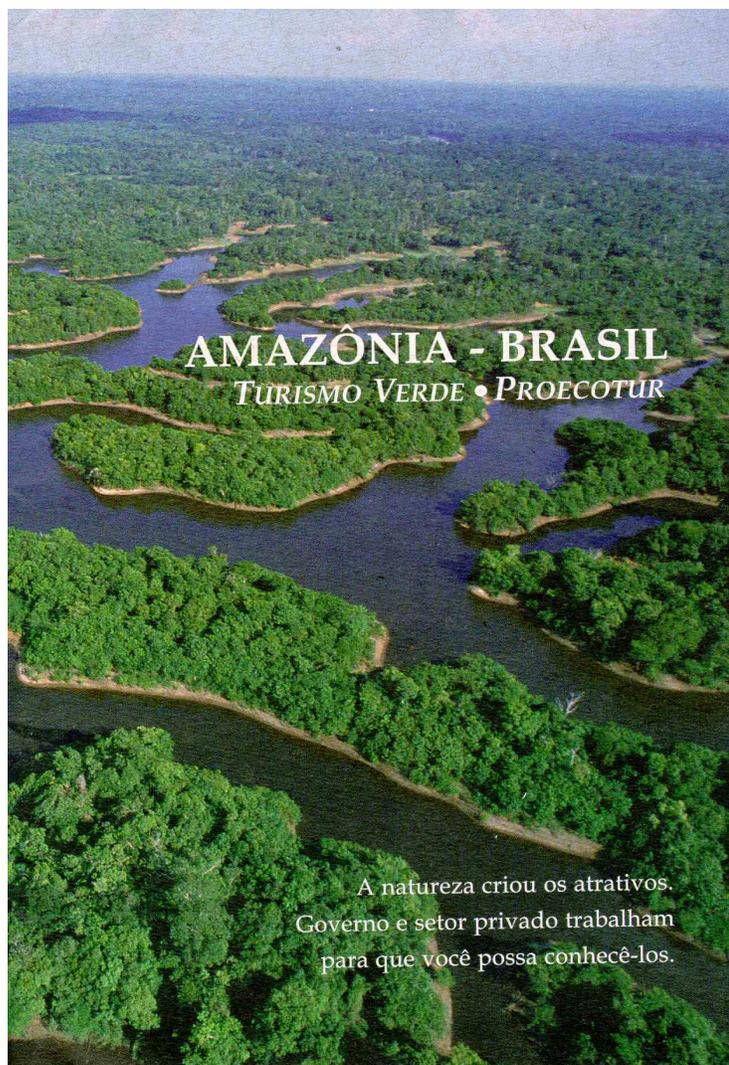


Foto 13 - O poder público e a iniciativa privada promovem através do Proecotur estratégias que objetivam desenvolver a “indústria sem chaminés”.
Fonte: Secretária Especial de Produção-Paratur.

Observa-se, assim, que Salinópolis, através de programas de desenvolvimento como o PROECOTUR, passará a receber mais investimentos que visam, principalmente, ampliar estratégias de desenvolvimento para o turismo, devendo proporcionar, ainda, maior valorização e melhoria gradativa na cadeia de produtos e serviços oferecidos pelas “atividades de ócio e de lazer” ou como passaram a ser identificadas pelo turismo “indústria sem chaminés”. Através do PROECOTUR, considera-se

o desenvolvimento do ecoturismo como uma forma alternativa e sustentável de proporcionar melhoria da qualidade de vida da população da Amazônia, através da absorção da mão de obra local

nas atividades econômicas diretas e indiretas geradas com a implantação de empreendimentos ecoturísticos, ampliando a arrecadação regional. Para tanto, deverá propiciar a existência de condições favoráveis para que o setor privado invista com segurança no ecoturismo na Amazônia e crie produtos e roteiros competitivos internacionalmente. (Paratur-Secretaria Especial de Produção, 2004)

Apregoa-se, através do ecoturismo na Amazônia, que desse espaço regional podem ser produzidas formas alternativas segundo programas considerados como de “desenvolvimento sustentável”. Essas formas alternativas em Salinópolis se viabilizam através de investimentos estatais, através de qualificação da mão de obra local e implementação da infra-estrutura básica, que visam criar condições favoráveis para os “novos” empreendimentos no lugar. Para Rodrigues,

à medida que se instalam algumas dessas ‘facilidades’ e que esses lugares passam a ser conhecidos e entram no ‘sonho’ e na realização do desejo, já se inicia o ‘desenvolvimento insustentável’, pois são rompidas as formas de manutenção do equilíbrio anterior, que foi exatamente o atrativo para as atividades turísticas. (RODRIGUES, 2004, p.182-183)

O que a autora confirma se manifesta em Salinópolis com a produção de novas formas através da presença da atividade turística, que tem provocado alterações no caráter exótico do lugar, já que rapidamente esse lugar tem sido transformado em espaços comercializáveis voltados para turistas ou segundos residentes. A população flutuante, ao usufruir dessas “vantagens,” muitas vezes, não se preocupa com essas modernidades implantadas na região irão ou não modificar aquilo que sempre os atraiu naquele lugar.

O PROECOTUR, ao viabilizar estratégias ditas de desenvolvimento do ecoturismo para a Amazônia Legal, tem como uma de suas bases o chamado discurso do “desenvolvimento sustentável”. Muitas vezes o uso desse conceito em programas como o PROECOTUR e outros da mesma natureza, que tem entre suas metas atender atividades do chamado “turismo sustentável” regulam, como diz Luchiari, “antes de tudo, um instrumento

político e, nesse sentido, funciona como uma panacéia que irá garantir a exploração econômica ao longo do tempo e na escala planetária” (LUCIARI, 2004, p.119).

O olhar lançado sobre a Amazônia através de programas como o PROECOTUR, sugere a existência de paisagens turísticas que poderão ser exploradas através do ecoturismo ou como foi dito, “turismo verde”, onde se destaca, segundo esse programa, como “atividades econômicas promissoras”. A utilização e permanente reafirmação do conceito desenvolvimento sustentável torna-se neste caso, uma forma de disfarçar a exploração econômica que está sendo realizada no lugar, já que as valorizações subjetivas dadas a estas paisagens turísticas, através do projeto, não existem a priori, como um dado da natureza e sim como um dado social e, portanto, não devem ser tratadas como um recurso não-renovável, já que como construídas socialmente elas não se esgotam e sim se (re)estruturam e/ou se (re)organizam para produzir novas necessidades de “vocações” para os lugares.

Nesses tentáculos, o PROECOTUR apresenta semelhanças estruturais com o PRODETUR - Programa de ação para o desenvolvimento do turismo no Nordeste que, inicialmente, foi dirigido àquela região no início de 1990, a partir do governo Collor. Assim, tanto o PRODETUR quanto o PROECOTUR, revelam tipos de políticas públicas, que apontam para ações similares priorizando obras múltiplas de infra-estrutura, tendo como estratégias o desenvolvimento de programas, que têm financiamentos do BID e, no caso específico do PROECOTUR, financiamentos provenientes, também, de capital nacional e regional.

E como diz Coriolano, esses programas, através de suas ações, só possibilitam *“ampliar e conservar o turismo numa posição de destaque no mercado global”* (CORIOLANO, 2001, p.79). São assim, programas que, além de fomentar a competitividade dentro das economias locais, naquilo que Santos identifica pela metáfora “guerra dos lugares,” criam condições favoráveis para que os atrativos da “natureza” se transformem em mercadoria a ser consumida pelos visitantes, pois, na verdade, o “turismo ecológico” é uma forma de venda de consumo não apenas a “natureza” ecológica, mas as diversas dimensões sócio-culturais de seus recursos.

A partir dessas dimensões, em Salinópolis os investimentos estatais através de infra-estruturas e equipamentos turísticos têm promovido as possibilidades de consumo deste lugar para além das fronteiras estaduais e até inter-regionais, atraindo fluxos de estados como Tocantins, Goiás, Amapá e Amazonas. Através da sedução, a mídia promove essa mercadoria turística, e isto é percebido e demonstrado no depoimento de um veranista, onde diz: *“agora*

sim, o acesso à Atalaia ficou bonito e com imagem de lugar turístico para o mundo, como deve ser a cara do Pará” (O LIBERAL, 2004, p.2).

Os agentes que visam atender a esse mercado promovem no município uma descaracterização, fazendo com que o lugar passe a ser valorizado pelas semelhanças com outros espaços litorâneos urbanizados e não através de suas diferenças regionais. Na verdade, aquilo que foi considerado como atrativo para a atividade turística é transformado ou descaracterizado pela produção da própria atividade turística; é mais uma agressão do homem sobre o próprio homem.

Castrogiovanni afirma que esta tendência gera espaços homogeneizados e faz com que os lugares sigam o que o modelo capitalista globalizado dita, padronizando

os espaços urbanos – que pelo processo capitalista com que a globalização cada vez mais manifesta-se na busca da homogeneidade – nas suas mobilidades a entrar nos padrões da moda. No entanto, se por um lado há uma exigência de certas padronizações (moda) constituírem os espaços; por outro, há uma constante busca de diferenças que atendem as especificidades ou individualidades dos residentes (CASTROGIOVANNI, 2000, p.26).

Por outro lado, a atividade turística em Salinópolis é também identificada e reconhecida pela Secretária Municipal de Turismo, como foco de interesse de empresários em investir na construção de equipamentos como hotéis e pousadas, procurando assim melhor atender ao fluxo de população flutuante que se dirige aos locais e atrativos desse município. Já na década de 80, do século passado, o número de meios de hospedagem representava uma tendência de expansão quantitativa e qualitativa em suas dependências e serviços. Havia 04 estabelecimentos hoteleiros, além de algumas pensões⁴³, que, no período das altas estações, quando os hotéis ficavam lotados, surgiram como opção de acomodação temporária.

A partir dos anos de 1990, quando os investimentos estatais no turismo se intensificaram, as estratégias para o desenvolvimento se voltaram basicamente para a melhoria da infra-estrutura do setor de hospedagens, visando atender, principalmente, a

⁴³ Fonte: Inventário Cultural e Turístico da Micro – Região do Salgado. Desenvolvido pelo Governo do Estado do Pará, Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo-SECDET, Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará-IDESP e Fundação Nacional da Arte-FUNART/INF.

população flutuante. Notam-se também melhorias e especialização cada vez maior da mão-de-obra local para trabalhar em restaurantes, pousadas e hotéis, aliado ao crescente movimento de turistas, algo que passou a contribuir para que empresários, cada vez mais, se sentissem atraídos a investir nesses equipamentos.

Atualmente o município dispõe de 10 hotéis, 1 hotel-clubes, 1 resort, 1 apart-hotel e 4 pousadas.⁴⁴ Alguns desses hotéis, classificam-se em padrões médio e simples de conforto, sendo citados inclusive pela revista “Quatro Rodas”. Vale destacar também que o hotel-clubes Privé do Atalaia oferece a seus clientes serviços e acomodações que se comparam a hotéis de capitais litorâneas brasileiras, contendo 141 acomodações entre suítes e apartamentos, bar e restaurante, academia, sauna 5 piscinas sendo 2 infantis e 1 piscina térmica (Figura 04).

Essas melhorias nos equipamentos hoteleiros intensificaram-se principalmente, quando o Estado passou a investir mais intensamente, nas atividades turísticas do lugar. Rodrigues (2004) comenta que o Estado, ao contabilizar os lucros promovidos pela atividade turística, “esquece” de descontar o quanto se gasta para promover esta atividade, o que significa que “*a instalação desse mesmo tipo de infra-estrutura, ou de equipamentos de consumo coletivo, quando destinada às necessidades da população local, não é considerada investimento público, mas despesa.*” (RODRIGUES, 2004, p.173).

Daí os agentes de instituições públicas produzirem discursos, que ressaltam investimentos feitos em “melhorias” promovendo para os lugares desenvolvimento, que geram benefícios para a população local e a população flutuante. Esse tipo de discurso é reforçado quando o próprio governador Simão Jatene revela que,

minha alegria maior se dá por voltar aqui em tão pouco tempo para resgatar compromissos de campanha. Salinas, sem dúvida alguma, já é um marco do turismo do Estado. Porém, o turismo tem que ser bom não apenas para o turista, mas principalmente para quem vive o ano inteiro na cidade onde outros vão fazer turismo e essas obras contemplam ambos os lados (Disponível em: www.pa.gov.br/noticias. Acesso em: 14/03/2004).

⁴⁴ Fontes: Secretária Municipal de Turismo e Prefeitura Municipal de Salinópolis.



Figura 04 - O crescente movimento de turistas em Salinópolis tem incentivado o setor de hospedagem a investir na melhoria de seus equipamentos.

Fonte: *Folder* publicitário do Hotel Clube Privé do Atalaia

Porém, o que os governantes não declaram é que os recursos utilizados para essas “melhorias”, na verdade, serão amortizados à medida em que os turistas possam consumir os lugares e com isso render os tão desejados lucros que os empreendedores do lugar desejam. Daí o interesse do Estado em suas várias esferas (federal, estadual e municipal) em promover ações que proporcionem as já conhecidas “melhorias” infra-estruturais.

3.2 – População Local ou População Flutuante: Quem se Beneficiará das Transformações Produzidas pelo Turismo?

Quando Salinópolis passou a ser vista como objeto de contemplação e de consumo, a apropriação de seu espaço ganhou destaque através dos capitais estatais e privados com a presença de hotéis, pousadas, segundas residências, etc. Assim, esse lugar começava a deixar de ser simplesmente a “*cidade balnear*”, descrita, no passado pelo Padre Dubois (1949), como um local sem comunicação direta com Belém, sem boas hospedarias, sem distrações para veranistas, mas que mesmo assim já despertava o interesse de construtores de vilas, vivendas e bangalôs.

Com a intensificação da “urbanização turística”, Salinópolis gradativamente ampliou o número de segundos residentes provocando uma (re)organização nas relações sócio-espaciais em que a produção de paisagens turísticas induziu, na população local e população flutuante, possibilidades de consumos dos potenciais do ócio e do lazer. Para Luchiari, este momento é marcado por “*uma relação entre antigas paisagens e velhos usos e novas formas e funções*” (LUCHIARI, 2004, p.108), passando a população local a conviver não só com a presença das citadas segundas residências, mas também, como sugere aquela autora, com a presença de

novos costumes, hábitos, maneiras de falar, mercadorias, modos de agir... Assim, também a identidade do lugar é constantemente recriada, produzindo um espaço híbrido, onde o velho e o novo fundem-se dando lugar a uma nova organização socioespacial (LUCHIARI, 2004, p.108-109).

Nessa convivência dialética entre o velho e o novo o cotidiano sazonal e/ou ao longo do ano é percebido principalmente pela população local, através da valorização que o espaço urbano de Salinópolis incorporou, ao substituir antigos usos por novas paisagens turísticas. A população residente e/ou flutuante convive, em locais como o “shopping de verão”, com a presença de lojas de grifes nacionais, que se confundem com o artesanato regional. O mesmo acontece em relação aos tipos de usos nos calçadões construídos na orla da praia, que servem para caminhadas ou com usos nas ciclovias, impondo ao morador tradicional novos hábitos, impostos pela população flutuante, com seus “hábitos metropolitanos” (Foto 14).



Foto 14 - As caminhadas e os usos das ciclovias, “hábitos metropolitanos” no calçadão da orla da praia do Maçarico.
Fonte: Material publicitário da Paratur

Entende-se, portanto, que a atividade turística em Salinópolis não é voltada apenas para proporcionar fluxos para descanso e/ou lazer de feriados/finais de semana, mas é principalmente, a reprodução de modelos de urbanização que incentivam tanto as mudanças de costumes da população local, como também da população flutuante, com o consumo de modismos impostos por origens de alhures.

A “urbanização turística” em Salinópolis, além de provocar mudanças nos padrões de vida da população, também possibilitou a dinamização de atividades econômicas que geraram para os moradores ou empresários, uma certa dependência em relação aos períodos sazonais, que contribui para o crescimento dessas atividades, sejam elas no mercado da informalidade, com vendas de iguarias regionais ou artesanatos, ou nas atividades econômicas formais com restaurantes, pousadas ou hotéis de alto padrão. Esse processo “desigual e combinado” revela uma performance de circuitos (superior e inferior), sob estágios e peculiaridades locais, integrados a uma rede regional estruturada em princípios de consumos urbanos, como são apontados por Santos em abordagens do Espaço Dividido (1979).

Verifica-se, portanto, que o turismo em Salinópolis acentua não apenas a produção de lugares de consumo, mas também o consumo dos lugares, que, para Luchiari, não deve ser tomado apenas como ponto negativo, pois a relação do tradicional com o moderno ou do natural com o artificial,

impulsiona a reestruturação das relações do lugar com o mundo e a formação de organizações socioespaciais cada vez mais híbridas, cujas formas e lógicas antigas associadas às novas originam uma outra composição (LUCIARI, 2004, p.121).

A (re)organização e/ou (re)estruturação do município, a partir da atividade turística, trouxe as apregoadas “melhorias”, que se revelam pelos novos tipos de objetos especializados em atender a população flutuante na forma fugaz de consumo desse espaço. Assim, atendendo prioritariamente a demandas turísticas cada vez mais exigentes, os organismos estatais preocupam-se em investir, principalmente, na infra-estrutura, com o objetivo de valorizar e recriar as atratividades, sejam elas “naturais” ou “artificiais”.

Os diversos segmentos de agentes, representados por papéis desempenhados pelas empresas imobiliárias, os hotéis, as pousadas, as agências de turismo instâncias de órgãos públicos e a população local se articulam nessas atratividades e as utilizam como forma de atrair consumidores para seus respectivos mercados.

Essas articulações geram, então, os chamados “benefícios” que, ao serem proporcionados a Salinópolis, quase sempre vêm acompanhados, de um discurso, que revela uma “preocupação” com a “melhoria” da qualidade de vida para a população local. Esses tipos de benfeitorias, normalmente, são utilizadas como uma forma de tentar disfarçar o real interesse de agentes, sejam de instâncias públicas ou privadas, que é, principalmente, transformar o lugar em um espaço de consumo.

Assim, o desenvolvimento de programas que estimulam as atividades turísticas tem, entre suas metas, o discurso da criação de empregos (diretos e indiretos), como ocorre por exemplo, nas propostas do PROECOTUR que apresenta entre suas ações, metas, de criação de cerca de 30 mil empregos diretos e 100 mil indiretos para a Amazônia. Segundo a OMT, mais de 190 milhões de pessoas trabalham no mercado turístico em todo o mundo, e em 2010 poderão ser 250 milhões de empregos neste setor.

A criação de empregos, “benefícios”, que o desenvolvimento turístico traz para as comunidades locais, não revela a elevada precarização que envolve este setor. Em Salinópolis

é comum a população local possuir uma maior oferta de emprego formais ou informais nas “férias de julho”, isto significa que, com ofertas sazonais de trabalho, a população do lugar se envolve com empregos temporários, sem nenhuma garantia de contratos de trabalho ou carteiras assinadas, levando-os em alguns casos a retornar à penúria fora das temporadas.

Esses aspectos, que fazem parte dessa “indústria sem chaminés” e que normalmente não aparecem nos discursos dos programas que estimulam as atividades turísticas, significam, para Ouriques, que o turismo é “apenas um ramo específico de exploração do homem pelo homem, sob a ordem capitalista.” (OURIQUES, 1998, p. 100). Em Salinópolis isto se revela nas ofertas de empregos que se concentram, em sua maioria, em atividades da construção civil, caseiros de segundas residências, que normalmente não oferecem condições trabalhistas regulares, ou em funções de faxineiras, arrumadeiras, cozinheiras, vigias, etc, que se concentram em serviços oferecidos pelos hotéis, pousadas ou restaurantes. Há, também, as tarefas das empregadas domésticas que os segundos residentes oferecem apenas para a temporada de férias.

Observa-se, então, que, apesar de o turismo gerar expectativas de ser uma atividade de grande capacidade de absorção de mão-de-obra, nota-se que é, geralmente, um setor que envolve contingentes elevados de trabalhadores em empregos sem garantias trabalhistas. Em Salinópolis, excetuando os funcionários públicos, a grande maioria de trabalhadores envolvidos com a atividade turística ou nas segundas residências encontra-se dependente das ofertas sazonais de emprego e sem vínculos trabalhistas, já que os empresários envolvidos com as atividades hoteleiras e donos de restaurantes ao contratarem a mão-de-obra temporária, quase sempre desobedecem a Lei 6.019/74⁴⁵.

A presidente do Sindicato dos proprietários de hotéis, bares, restaurantes e similares do Estado do Pará, afirmou que há uma tendência de transferência em massa de comerciantes de Belém para os balneários (Salinópolis, Mosqueiro e Marudá), bem como dos trabalhadores, que vão em busca do trabalho temporário. Em Salinópolis o movimento intenso de turistas, no mês de julho/2004, fez com que os donos de restaurantes e hotéis tivessem que reforçar o quadro de pessoal. A maioria desses estabelecimentos chegou a triplicar o número de empregados⁴⁶.

⁴⁵ A Lei 6.019/74 regulamentou o trabalho temporário, obrigando o empregador a assinar a carteira de trabalho, além de outros quesitos que regulam essa Lei.

⁴⁶ Segundo o Secretário de Administração da Prefeitura de Salinópolis, não existem levantamentos sobre as atividades econômicas desenvolvidas no mês de julho, portanto esses dados são baseados em estimativas, feitas pela Prefeitura de Salinópolis. (site do jornal *O Liberal* acessado em 26/07/04)

Para muitos moradores, que se encontram desempregados ou subempregados, é, possivelmente, a única chance de conseguir rendas extras que complementem os pagamentos das despesas da família. Para a garçonete e moradora local, o importante “é aproveitar as férias para ganhar dinheiro”. Assim, os empregados contratados temporariamente, deverão ser dispensados em agosto, quando o local deverá funcionar apenas com quatro empregados. Boa parte dos proprietários dos estabelecimentos, localizados nos balneários, dificilmente cumpriram com a Lei 6.019/74. Assim, fatores como instabilidade econômica causada pelas trágicas circunstâncias de desemprego perene na sociedade moderna e o desconhecimento da existência de determinadas leis trabalhistas são motivo suficiente para a busca de empregos por qualquer quantia, e, com isso, agrava-se a questão da precarização do trabalho temporário, trazendo, assim, prejuízos para este tipo de trabalhador⁴⁷.

3.3 – Tendências para o Turismo em Salinópolis

Como já foi dito em capítulos anteriores, o Município de Salinópolis tem a sua economia em grande parte voltada para o desenvolvimento de atividades de lazer e turismo, apesar da presença também de outras atividades de menor expressão econômica. Porém, a função de balneário mais preterido pela população belenense, trouxe para o lugar o interesse estatal em investir em projetos ligados principalmente em obras infra-estruturais com o objetivo de produzir, o estímulo para a indústria da construção civil, voltadas para os equipamentos, as atividades de lazer e o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários e hoteleiros.

Assim, a partir desses tipos de projetos, como a urbanização da orla do Maçarico, inaugurada no reveillon de 2000, considerada como um marco para o desenvolvimento turístico de Salinópolis, observa-se que os projetos voltados para o desenvolvimento turístico, nesse lugar, têm acontecido um após outro, e quase todos com o objetivo de transformar esse município, em o maior pólo turístico do Pará (Foto 15).

⁴⁷ Informações colhidas no site do jornal *O Liberal* acessado em 26/07/2004



Foto 15 - A revitalização da orla da praia do Maçarico no ano 2000 foi um dos investimentos do governo do Estado do Pará que objetivava incrementar a atividade turística na região.

Segundo o secretário executivo de transportes do Estado, Pedro Abílio Torres do Carmo, ao acompanhar tarefas dos serviços de conservação das duas estradas que dão acesso a Salinópolis (PA- 324 e BR- 316) e também a PA- 124, que faz parte do trevo de Santa Luzia – Salinópolis, externalizou o seguinte:

em julho, Salinas, que é o maior pólo de turismo do Pará e já dispõe de um complexo de lazer construído pela SETRAN na praia do Maçarico, além da duplicação da rodovia na zona urbana, estará para receber os visitantes, cujo o fluxo estimado, a julgar pelas estatísticas realizadas durante os feriados de Carnaval e Semana Santa, será na ordem de 150 mil pessoas (Disponível em: www.pa.gov.br/noticias. Acesso em: 14/03/2004).

Além da obra citada acima, outros projetos que também se voltam para o desenvolvimento urbano / turístico de Salinópolis, foram desenvolvidos ou encontram-se em desenvolvimento. Entre eles o Projeto de Sinalização Turística que envolve os municípios de Salinópolis, Belém, Barcarena, Soure, Salvaterra, Vigia, Marapanim e Bragança e o PROECOTUR que já foi discutido anteriormente e encontra-se em fase de implementação.

Além destas, outras obras infra-estruturais foram também desenvolvidas pelo Estado com fins turísticos, a restauração da orla e do trapiche da praia do Porto Grande⁴⁸, que foi construído com recursos do Governo Federal, através do Ministério dos Transportes e da Prefeitura de Salinópolis, a urbanização do acesso à praia do Atalaia, que, segundo o governo do Estado do Pará, visa a melhorias para os veranistas e donos de empreendimentos turísticos, o projeto de urbanização da orla da praia do Atalaia e a construção da estrada com visão para o mar, ao lado do hotel – Clube Privé do Atalaia.

Esses tipos de melhorias, priorizando os empreendimentos turísticos, podem ser confirmados através do depoimento da gerente de um hotel localizado na praia do Atalaia, ao revelar que o trabalho realizado pelo Governo Estadual, *“juntou a beleza do nosso hotel com a beleza da obra, o aumento de hóspedes foi considerável após as melhorias no Atalaia”*. (Disponível em: www.pa.gov.br/noticias. Acesso em: 14/03/2004). Para esta gerente, as melhorias infra-estruturais do lugar têm um significado bem maior, pois representa para o seu empreendimento o aumento dos seus lucros.

Esses projetos urbano-turísticos são formas de apropriação do espaço através do Estado, que tem o objetivo de desenvolver o turismo, criando no lugar “facilidades” que possibilitem as atividades turísticas, o uso e consumo do município de forma intensas e fugazes, contribuindo, assim, com a renda e o lucro dos empreendedores turísticos, e, ao mesmo tempo, proporcionando através das paisagens turísticas o “deleite” da população flutuante.

Como vimos, Salinópolis, cada vez mais, transforma-se em um espaço que depende do desenvolvimento das atividades turísticas em períodos de alta estação para sobreviver. Essa dependência da sazonalidade implica conseqüências que refletem principalmente sobre a população residente devido ao fato de esta se encontrar dependente da oferta, de emprego seja formal ou informal em períodos de alta estação (Foto 16).

⁴⁸ Localizada no bairro do Porto Grande em Salinópolis, é o local de entrada do pescado de diversas regiões do Salgado como Vigia, Bragança, São Caetano, São João de Pirabas, entre outros. É de lá que partem toneladas do produto para Belém e outras capitais como São Luís e Fortaleza.

Isso confirma que os projetos urbano-turísticos implantados pelo Estado nada mais são do que projetos de desenvolvimentos turísticos que têm como finalidade principal contribuir para o aumento dos lucros de empreendedores turísticos e/ou imobiliários.



Foto 16 - A concentração de visitantes/segundos residentes, na praia do Atalaia, no ano novo, contribui para a maior lucratividade de empreendedores turísticos e/ou imobiliários e, ao mesmo tempo, beneficia a população residente com empregos temporários. (Foto Francinete Brito – dezembro/2003)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Pesquisar é, sempre, um trabalho árduo, marcado pelo tempo que teima em encolher-se e pelo ter de afastar-se daquelas pessoas que mais se deseja ter por perto”.

Olga Tulik*

A intenção deste estudo foi identificar como a produção de segundas residências e as práticas de incentivo ao turismo em Salinópolis (PA) contribuíram para (re)organização sócio-espacial daquele lugar.

Através desta pesquisa, pudemos identificar que fatores como a doação de terras públicas na década de 60, do século passado, pelo então governador do Estado do Pará Alacid Nunes, a construção da segunda residência oficial do governador, o desenvolvimento de infraestrutura através de ações estatais, a instalação de um grande projeto agro-industrial, foram marcantes para o aumento do fluxo de veranistas e, conseqüentemente, para o aumento da produção de segundas residências, contribuindo assim, para o processo de urbanização em Salinópolis. Portanto, verifica-se que, em parte, essa urbanização foi desencadeada por um desejo do poder público/iniciativa privada em transformar o lugar, em um espaço para fins turísticos, lazer e entretenimentos.

Essas “facilidades” instaladas no lugar contribuem para a refuncionalização do espaço da cidade, com maior valorização das suas potencialidades, incrementando através do turismo a própria urbanização do município. As transformações sócio-espaciais decorrentes da intensificação dessa urbanização no lugar, em vez de minimizar contrastes no uso do solo, contribuem para agravar problemas sociais, como o aumento de bairros elitizados e deslocamentos da população residente de baixa renda para a periferia do “povão”.

As “exigências” que os novos moradores e/ou segundos residentes impõem ao lugar, provocam alterações no envolvimento da “população nativa”, com determinadas atividades econômicas que passam a ter um destaque especial na economia local, em detrimento das outras atividades anteriormente desenvolvidas pelos nativos. No entanto, a sazonalidade dessas atividades, desenvolvem na região tipos de relações econômicas que se prendem à maior ou menor oferta que o mercado turístico oferece, o que, em determinados momentos, acaba por gerar uma situação de instabilidade no ritmo das atividades econômicas.

Na tentativa de amenizar essa situação, discutem-se, atualmente em Salinópolis, através de um Fórum composto por empresários locais, estratégias que possam promover no lugar, desenvolvimento de atividades econômicas, que não estejam vinculadas somente com a alta temporada. No entanto, essa discussão surge depois que o problema foi claramente estabelecido, quando, em nossa opinião, deveria ter ocorrido sob a liderança do Estado, ao tempo em que se planejava o desenvolvimento urbano/turístico do município.

No que se refere a ações específicas para o desenvolvimento do turismo, os governantes com o objetivo de transformar Salinópolis no maior pólo turístico do Pará, (Lei Estadual 5.943) estabeleceram através da PARATUR, a seleção de 04 pólos turísticos, atualmente desmembrados em 06 pólos, e produziram um conjunto de ações de curto prazo (intervenções em infra-estrutura básica, capacitação profissional e gerencial), induzindo, a partir da década de 90 do século XX, uma nova “onda” de reordenação sócio-espacial naquele município.

Essas ações visam construir um espaço que se revelará através de novos tipos de objetos, especializados em atender à população flutuante e, ao mesmo tempo, impor novos estilos de vida à população residente, onde tanto os visitantes como os moradores do lugar devem ser estimulados ao consumo do espaço.

Além dessas ações estatais, o pólo Amazônia-Atlântica, de que Salinópolis faz parte, ao receber melhorias infra-estruturais, através do PROECOTUR, cria condições favoráveis para investimentos que contribuem na intensificação do desenvolvimento turístico do município, o que acaba por refletir em melhorias nos equipamentos hoteleiros, devido a estes empreendedores terem seus lucros intensificados através dos “benefícios” promovidos pelo Estado, ao incrementar a atividade turística local.

O que se conclui é que as alterações promovidas por ações do poder público e/ou privado, muitas vezes, geram mais “desencanto” do que “encanto”, já que, gradativamente, aquilo que atraiu os visitantes/veranistas para Salinópolis, pouco a pouco, vai sendo substituído por novas formas, fazendo com que o lugar seja reconhecido muito mais pelas semelhanças com outros espaços litorâneos do que pelas suas características regionais. Cumpre-se, finalmente, a “profecia” anunciada pelos governantes desde a década de 30 do século passado. “Salinas será um lugar para o turismo”. Assim mais uma vez o homem transforma lugares em “fetiches”, modificando, na maioria das vezes, aquilo que mais o atraiu para aquele local.

* Professora-doutora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Joana Valente Santana. Belém: *A Capital das Invasões*. 1997. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – Universidade Federal do Pará.

BAHIANA, Luis Cavalcanti. *Agentes Modeladores e uso do solo urbano*. In: 3º Encontro nacional de Geógrafos, Fortaleza: Anais/AGB. 1978. p.53-62.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. *História das viagens e do turismo*. São Paulo: Aleph, 2002. 99p.

BECKER, Bertha. *Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira*. Brasília: MMA, 1995. 50p.

----- Políticas e planejamento do turismo no Brasil. IN: YAZIGI, Eduardo, CARLOS, Ana Fani, CRUZ, Rita de Cássia.(orgs.) *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 181-192.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. de João Ferreira; Carmem C. Varriale e outros. Brasília: UNB, 1986. p.401-409.

BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Formas de produção e novas espacialidades urbanas. In: SPOSITO, Eliseu Savério (org.) *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente (SP): GAsPERR, 1999. p.13-29.

CARLOS, Ana Fani. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. 150p.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos, et al. *Turismo urbano*. São Paulo: Contexto, 2000. 111p.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro. *Políticas e Colonos na Bragantina, Estado do Pará: um Trem, a Terra e a Mandioca*. 1990. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-graduação em Sociologia – Departamento de Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

CORBIN, Alain. *O Território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras. 1989. 385p.

CORIOLO, Luzia. *Do Local ao Global: o turismo litorâneo cearense*. 2ª ed. Campinas (SP): Papyrus, 1998. 160p.

CORREA, Roberto Lobato. A periferia urbana. Geosul. *Revista do departamento de Geociências*. Florianópolis, UFSC, nº1, jul. 1986.

COSTA JR., Paulo Sucasas, COSTA, João Batista, BORGES, Mauricio, BEMERGUY, Ruth Lea, FERNANDES, Jane Maria. *Aspectos geológico-ambientais do litoral do Município de Salinópolis, NE do Estado do Pará*. In: Congresso Brasileiro de Geologia-SBG/SP, 37^o, 1992, São Paulo. Boletim de resumos expandidos. São Paulo, SBG. v. 1, p.46.

COSTA, Wanderley Messias. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988. 83p.

CRUZ, Rita de Cássia. *Turismo e impacto em ambientes costeiros: Projeto parque das dunas via costeira, Natal (RN)*. 1995. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

----- *Introdução à geografia do turismo*. São Paulo: Rocca, 2001. 107p.

----- *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000. 167p.

----- *O turismo no espaço – o espaço do turismo*. RA'É GA. O espaço geográfico em análise. Curitiba. UFPR, nº 2, p.31-41.

CULTURA popular perde o fôlego. Jornal *O Liberal*, Belém, 22 out. 2001. Caderno Atualidades, p.8.

DAMIANI, Amélia Luisa. CARLOS, Ana Fani, SEABRA, Odette Carvalho (orgs.) *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. 220p.

DIAS, Daniella Maria. *Propriedade privada, Política urbana e Meio ambiente: considerações jurídicas sobre a ilha do Atalaia, no Município de Salinópolis*, Estado do Pará. Belém: UFPA, 1996. 69p.

DUBOIS, Pe. *Salinópolis (ex-Salinas). Praia balnear oceânica*. Belém-Pará: Oficinas gráficas da revista da veterinária, 1949. 110p.

FARIA JR., Luís Ercílio do Carmo, SILVA, Márcio, MENDES, Amilcar. A Expansão Urbana e seus efeitos danosos ao meio ambiente da ilha do Atalaia-Salinópolis/PA. In: COSTA, Marcondes, ANGÉLICA, Rômulo Simões (coord.) *Contribuições à geologia da Amazônia*. Belém: FINEP/SBG, 1997, p. 360-396.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Município de Salinópolis recebe novas obras. Disponível em: www.pa.gov.br. Acesso em 14/03/2004.

----- Setran já está concluindo as obras em Salinas. Disponível em: www.pa.gov.br. Acesso em 14/03/2004.

----- Urbanização da praia do Atalaia está concluída. Disponível em: www.pa.gov.br. Acesso em 14/03/2004.

IANNI, Octávio. Nação: província da sociedade global? In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia, SILVEIRA, Maria Laura. (orgs.) *Território: Globalização e Fragmentação*. 5^a ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 77-84.

IBAMA constata crime ambiental em Salinópolis. O jornal *Diário do Pará*, Belém, 29/06/2003. Caderno Cidade, p. 4.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa do Estado do Pará**, Rio de Janeiro, 2002. Escala: 1: 11.000.000.

INVESTIMENTOS atraem turistas de estados vizinhos. Jornal *O Liberal*, Belém, 27/03/2004. Caderno Viaje Agora, p. f-2.

IBAMA constata crime ambiental em Salinópolis. O jornal *Diário do Pará*, Belém, 29/06/03. Caderno Cidade, p. 04.

LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981. p. 121-174.

LUCHIARI, Maria Tereza. Urbanização Turística: Um Novo Nexo Entre o Lugar e o Mundo. In: *Olhares contemporâneo sobre o turismo*. 3ª ed. Campinas-SP: Papyrus, 2004. p.105-130.

MACEDO, Sílvio. Paisagem, turismo e litoral. In: YÁZIGI, Eduardo (org.) *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 181-213.

MACHADO, Ewerton Vieira. *Aracaju: "Paisagens e Fetiches"*. 1989. 282 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento regional e urbano) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MADRUGA, Antonio Moacyr. *Litoralização: Da fantasia de liberdade à modernidade autofágica*. 1992. 155f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da universidade de São Paulo, São Paulo.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Contribuições para a gestão costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999. 229p.

NOVA orla é atração no reveillon de Salinas. O jornal *A Província do Pará*, 31 dez. 1999. Caderno plus, p. 4.

OLIVEIRA, Ariovaldo. Estado, ideologia e poder. In: SPOSITO, Eliseu Savério.(org.) *Dinâmica, econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente (SP): Universidade Estadual Paulista, 1999. p.75-95.

OLIVEIRA, Francisco. *O Estado e o urbano no Brasil. Espaços e Debates*. São Paulo, nº6, p.36-54, Ano 1982.

OS contrastes indignos de Salinas. *Jornal O Liberal*, 22/05/1994. 3º caderno. p. 05.

OURIQUES, Helton Ricardo. Turismo em Florianópolis: *Uma crítica a indústria à “indústria pós-moderna”*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1998. p. 91-128.

PARÁ, Paratur. *Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará*. Belém: 2001.

----- Secretária Especial de Produção, Belém. *Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal*. Belém, 2004.

PENTEADO. Antonio Rocha. *O Uso da Terra na Região Bragantina do Pará*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1967. p.13.

ROCQUE, Carlos. *História dos Municípios do Pará*. 5ª Edição. Belém: Editora Cejup, 1998.

RODRIGUES, Adyr. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001. 274p.

----- Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001. 60p.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento Sustentável e Atividade Turística. In: SERRANO, Célia, BRUHNS, Heloísa Turini, LUCHIARI, Maria Tereza. (orgs.) *Olhares contemporâneo sobre o turismo*. 3ª ed. Campinas-SP: Papyrus, 2004. p.171-188.

RODRIGUES, Fernando Mariano. *Saudades da minha aldeia: Tributo a Salinas de ontem*. São Paulo: Faculdade Paulista de Serviço Social, 2003, 159p.

SALINAS terá aeroporto e plano diretor. O jornal *A Província do Pará*, 20 jun.1993. Caderno 1, p. 12.

SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1979. 345p.

----- *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002. 384p.

----- Nação, Estado e Território. In: MENDONÇA, Sonia, MOTA, Márcia (org.) *Nação e poder: as dimensões da história*. Niterói: EDUFF, 1998. p.23-29.

----- *Espaço e método*. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1992. 88 p.

----- *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 190p.

----- *A urbanização brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p.29-34.

SERRANO, Célia. Poética e Políticas das Viagens. In: SERRANO, Célia, BRUHNS, Heloísa Turini, LUCHIARI, Maria Tereza. (orgs.). *Olhares contemporâneo sobre o turismo*. 3ª ed. Campinas-SP: Papyrus, 2004. p.37-53.

SILVA, João Marcos. Levantamento de reconhecimento de alta intensidade dos solos da folha Salinópolis. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, vol. 6, p. 59-69, 1994.

SILVEIRA, Maria Laura, SANTOS, Milton. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473p.

----- Da fetichização dos lugares à produção local do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.) *Turismo; modernidade; globalização*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p.36-45.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. p.21-36.

SOUZA, Maria Adélia. Espaço e sociedade – um paradoxo: a cidade. *Revista do Serviço Público*. São Paulo, nº1, jan./mar, 1983, p.17-19

SPOSITO, Maria Encarnação. A Urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia Luísa, CARLOS, Ana Fani, SEABRA, Odette Carvalho.(orgs.) *O Espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-99.

----- *Capitalismo e urbanização*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. 80p.

----- Espaços urbanos: territorialidades e representações. In: SPOSITO, Eliseu Savério (org.) *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente (SP): GASPERR, 1999. p.13-29.

----- A análise urbana na obra de Milton Santos. *Geografia Cidade Geopolítica. Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente (SP), nº 21, p. 25-42, jul. 1999.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A cidade, o urbano, o lugar. *Geosp*. São Paulo, FFCH/USP, 1999, p.11-15.

TRINDADE JR., Saint Clair Cordeiro. Imagens e Representações da Cidade Ribeirinha na Amazônia: Uma leitura de suas orlas fluviais. Belém, p. 07, 2004. Disponível em: www.cibergeo.org/agbnacional.br acessado em 24 de agosto de 2004.

TULIK, Olga. *Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada*. São Paulo: Roca, 2001.113 p.

URRY, Jonh. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*: tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996. p. 48-53.

VIDIGAL, Enize. Trabalhadores enchem os balneários. *O Liberal*, Belém, 26/07/2004, painel. Disponível em www.oliberal.com.br. Acesso em 26/07/2004.

YÁZIGI, Eduardo, CARLOS, Ana Fani, CRUZ, Rita de Cássia (orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 241p.

ANEXOS

ANEXO A – JORNAL PROVÍNCIA DO PARÁ
ASSUNTO: SALINÓPOLIS TERÁ AEROPORTO E PLANO DIRETOR

Salinas terá aeroporto e plano diretor

Veranistas de Salinas contam desde o último sábado, com um novo e único sistema de trevo, de todo o território paraense, incluindo a duplicação e pavimentação da Rodovia PA-124, que liga o balneário ao município de Capitão-Poço. A obra foi avaliada em mais de US\$ 2,3, cerca de Cr\$ 151 bilhões. A realização desses serviços vai permitir a entrada e saída de veículos do município sem engarrafamentos, comuns em períodos de férias, finais de semanas e feriados prolongados. Além de aumentar o fluxo de carros e incrementar o turismo. A inauguração foi feita pelo governador Jader Barbalho.

Para verificar os serviços realizados pela Secretaria de Transportes, o governador acompanhado de secretários e políticos, percorreu os 14,5 quilômetros de vias pavimentadas localizadas entre a Subestação da Celpa e o trevo que permite a integração das rodovias PA-124 e PA-444, sendo que esta termina na praia do Atalaia. São 2,5 Km de pistas no trevo. Também foram pavi-

mentados 4 Km de ruas na área urbana de Salinas.

ILUMINAÇÃO

Também foi inaugurada a iluminação pública do canteiro central da rodovia PA-124 e do trevo, que dá acesso ao Atalaia, com investimentos de 15 bilhões de cruzeiros. Foram implantados 172 postes de concreto e instaladas 281 luminárias com lâmpadas a vapor de mercúrio de 400 W. O governador acionou a chave que ligou todas as luminárias.

Foram entregues 14 títulos definitivos de terra pelo Instituto de Terras do Pará, sendo a senhora Brasília Gomes a primeira a receber seu título das mãos do governador. Com a entrega desses títulos, o Governo do Estado já legalizou cerca de seis milhões de metros quadrados de terras em Salinas. A Secretaria do Estado de Saúde aproveitou também a ocasião, para entregar uma ambulância especial, com capacidade para duas pessoas. O veículo poderá ser utilizado como Unidade de

Terapia Intensiva e custou Cr\$ 1.200.000.000,00

PÓLO TURÍSTICO

Jader acredita que Salinas poderá vir a ser um dos grandes pólos turísticos do Estado do Pará. No discurso feito à população, ele afirmou que as bases para o desenvolvimento no município estão praticamente estruturadas, como água tratada, energia elétrica, telefonia, bombeiros e Polícia Militar, entre outros. Mas o processo segundo ele, será feito a médio e a longo prazos.

O governador informou ainda, que será elaborado um plano diretor para a cidade de Salinas, além de um projeto sobre o uso do solo, para evitar que haja um crescimento desordenado no local. E comunicou que no mês de setembro vindouro, vai inaugurar o aeroporto de Salinas, incluindo uma estação de passageiros e uma pista de pouso com 1.800 metros. "Desse maneira a indústria do turismo também será fomentada", garantiu.

ANEXO B – JORNAL O LIBERAL
ASSUNTO: OS CONTRASTES INDIGNOS DE SALINAS

Os contrastes indignos de Salinas

"Ninguém pergunta de onde essa gente vem..."

Chico Guernique

A pouco mais de dez quilômetros do litoral, um retro de turistas suscitou indignos contrastes em Salinas, na região do Salgado, cresce desordenadamente a falta de recursos, privados e pela especulação imobiliária. Nas ruas, por onde, no mês de julho e nos fins de semana, se encontram milhares de pessoas que trabalham para ajudar a família ou sustentar a si mesmos.

Com belas praias banhadas pelo mar azul, Salinas, a cidade de 12 mil habitantes, que construiu mansões por todos os lados, às vezes prejudicando o meio ambiente. Ao lado delas as barracas, com precários serviços públicos nativo que amarga o desemprego e subemprego e assiste às crianças crescerem nas ruas.

Classificada como Espanha Tercera, Salinas depende do turismo. Fora a pesca, os moradores trabalham como caseiros, artesãos, pedreiros e bijelheiros. Há 33 anos, sempre morou em Salinas, onde criou três filhos vivendo de "bicos". Já cuidou de várias casas, mas áreas mais nobres de se construir barracos de nativos e maunós de venezistas. Hoje, ele só trabalha para um "barão" e ganhou meio salário mínimo. O dinheiro não garante a sobrevivência

da família. Quem dá uma força é o filho mais velho, que mora em Salinas e vende ferro velho.

— Se fosse viver só daqui já estava morto — garante. Perro lido, outra moçada abriga dezenas de crianças, pedicando a rua. Em Salinas, predomina a predominância de crianças soltas aos olhos. Maria Julia de Souza, 23 anos, quatro filhos, é casada e ganha um salário mínimo. Ela não tem emprego e trabalha como pedreiro, mesmo, é de outras carências.

— Aqui não temos água nem luz e um pouco serve a várias famílias. Do outro lado da cidade, na praia do Atalaia, de areias alvas e cercada de dunas, vivem os barraqueiros, que amam um lugar onde Santos é um entre dezenas de barraqueiros que fazem da barraca a sua casa. De frente para o mar ele vive há doze anos com a mulher e três filhos. — Aqui, é só no final de semana que a gente fatura uma coisinha, o resto do tempo sou capotureiro e trabalho em construção.

As filhas reclamam da dificuldade de transporte para a escola, adoram a vida ao ar livre, mas se queixam dos veranões, que chegam em julho para "poluir a sua praia". Já os artesãos têm mais sorte. O mais representativo deles é Geilson de Souza Ferreira, mestre em arte de Salinas há quatro anos e diz que consegue faturar bem com o trabalho, mesmo fora da época de férias. O talento de Geilson é reconhecido em outros pontos da cidade, onde os turistas fazem encomendas de peças, a maioria retratando pontos turísticos e cenas do cotidiano de Salinas, como "predadores e jagalhões em atividade".



Os lotesamentos e mansões estranham sobre as dunas e evidenciam os contrastes na praia do Atalaia

Atrás da infância perdida

Eles estão em toda a parte: perambulando pelas ruas bem asfaltadas, circulando pelas praias, vendendo produtos ou pedindo dinheiro e comida na área do abrigado de crianças. O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, já instalado em Salinas, não sabe informar, ainda, quantos meninos e meninas perambulam pelas ruas de Salinas, mas um levantamento diz que o problema é "quase alarmante".

O prefeito Dil Gomes destaca, acredita que a maioria desses meninos tem famílias que vivem em condições de extrema pobreza e que não conseguem garantir a educação das crianças. "Os pais precisam ter mais responsabilidade e não deixar as crianças soltas pelas ruas", argumenta Gomes. Ele pretende construir um abrigo para meninos e meninas em Salinas em julho, o Conselho Tutelar, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. O conselho, com cinco membros, fará plantões de 24





Prato das mães, partidos sem saneamento nas áreas de mata



Com cara de fome, o garo sobrevive do próprio estômago

Lotamentos ainda ameaçam as dunas

DAQUILO SANTOS

A ocupação desordenada da praia de Atalaia é um dos muitos problemas enfrentados pelo município de Salinas, no Estado de Pernambuco, sob pressão e críticas de alguns moradores. O município, no início do ano passado, sua primeira preocupação foi na praia, que após restauração próxima as praias. Atualmente, só a Secretaria de Estado de Turismo e Meio Ambiente pode autorizar construções nessa área.

A proibição recente não evitou a construção de dezenas de prédios de até dez andares ao longo do litoral. Essas construções, em alguns casos, já estão em andamento. Há cerca de sete anos, englobando muitas dunas e prejudicando o ecossistema local. Há, portanto, prédios de até quatro andares, com elevados custos. A área, onde no início do ano uma obra não autorizada foi interditada pelo Juiz Federal.

“Nós não estamos nem tão malhados com o problema das críticas da elite da capital, que quer fazer os prédios, mas os outros não sabem disso”, diz o prefeito. Ele diz que sua atuação na legislação é tentar de tudo para controlar a especulação imobiliária, mas garante que não há nenhuma restrição para quem quer construir. Também existem restrições para quem quer construir em áreas de preservação ambiental, mas isso é uma questão que depende e depende de outros órgãos, como o Poder Judiciário, explica.

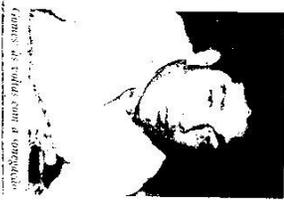
Luiz Gomes, ex-quase titular de Turismo, afirma que a falta de saneamento e um dos maiores problemas, evitando tanto prejuízos



Pescadores, há que esperar pela fábrica de gelo prometida pelo prefeito

Os moradores de baixadas quando os proprietários de mansões construídas em lotamentos, sem qualquer tipo de saneamento básico, o prefeito reclama da situação de impiedade municipal, como o ISS e o IPTU. No ano passado, somente um terço da arrecadação prevista chegou aos cofres públicos.

Mesmo com dificuldades, a situação não mudou. O prefeito, Aguilão, não conseguiu o projeto de saneamento básico. O projeto de saneamento básico, mas não conseguiu o projeto de saneamento básico. O projeto de saneamento básico, mas não conseguiu o projeto de saneamento básico.



Gomes de volta, com a ocupação

gubernativa. Usonas. Ele pretende construir um abrigo para menores de idade. O projeto foi aprovado em julho e Conselho Municipal de Turismo no Estado de Pernambuco. O conselho, com cinco membros, fará planos de 24 horas no atendimento aos menores de idade.

O Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado levou ajuda. Instalou em Salinas e projeto Escola da Vida, que oferece cursos para crianças e adolescentes. Os cursos são oferecidos entre 9 e 15 anos. Para isso, o curso oferece cursos nas escolas públicas, dedicando o tempo livre à atividade educacional. O projeto foi liderado por Carlos Salsarri e Borges, 15 anos, que faz parte da turma.

“Maquiagem” já começou

DAQUILO SANTOS

Este ano, perto de 600 mil pessoas devem passar 4 meses de férias em Salinas. É o mesmo número de habitantes do município, segundo o secretário municipal de Turismo, Roberto Sábido de Lima, garante que a “Maquiagem” está mais preparada do que nunca. O projeto, que é uma iniciativa regional, realizado na cidade no dia 27 de março, com a presença de diretores da Embatur e agências financeiras, o turismo de Salinas e Salinas para ajudar o turismo.

Através não faltam, a começar pelo Carne, uma fonte de emprego para a população, que cresce suas parcerias gratuitamente. Mas o melhor são as belas praias, sendo a do Atalaia a mais popular, devido às areias brancas e cristalinas. Há praias bem a praia do Mucuro, pouco utilizada para o banho, mas vista noturna obrigatória do turista que procura um momento de relaxamento. Como a da Maria e dos Corais, a 30 minutos de barco do centro da cidade, locais para os amantes da natureza.

Para o desenvolvimento dos visitantes ao Atalaia a Prefeitura criou vários serviços, incluindo um “Itinerário” por serem temas, como a saúde pública, o turismo, o saneamento, em um dia de trabalho. O projeto de saneamento básico, mas não conseguiu o projeto de saneamento básico.

Atualmente, há hotéis para os turistas, mas não há hotéis para os turistas. O projeto de saneamento básico, mas não conseguiu o projeto de saneamento básico.



Sábido, atraições para os turistas

Quem preferir gastar menos, pode optar por um quarto que custa em média R\$ 100. Há um hotel em Salinas, no Estado de Pernambuco, que custa em média R\$ 100. Há um hotel em Salinas, no Estado de Pernambuco, que custa em média R\$ 100.

A Secretaria promoveu atrações especiais e mensagens para os turistas. O projeto de saneamento básico, mas não conseguiu o projeto de saneamento básico.

ANEXO C – JORNAL A PROVÍNCIA DO PARÁ
ASSUNTO: NOVA ORLA É ATRAÇÃO NO RÉVEILLON DE SALINAS

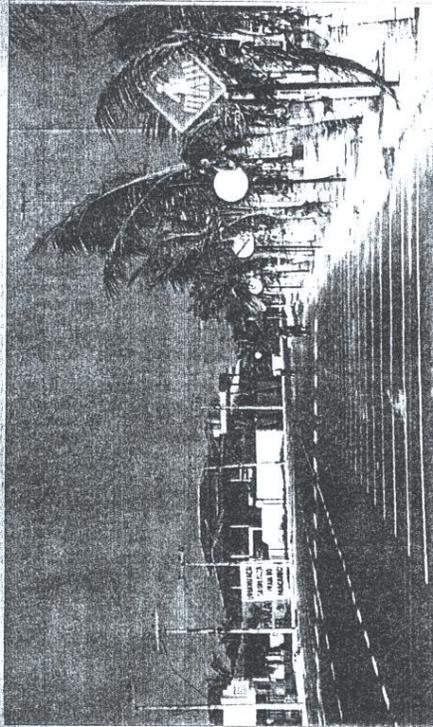
Nova orla é a atração no réveillon de Salinas

Inaugurada hoje pelo governador Almir Gabriel, a obra é mais um marco no desenvolvimento do turismo no Pará

Hoje, último dia do ano, o município de Salinas recebe a obra que vinha esperando há bastante tempo. A nova orla da praia de Macaerico, que prepara uma das mais bem sucedidas áreas turísticas do Pará para os desafios do novo milênio.

Como parte das comemorações pela chegada do ano 2000, Salinas será o palco do "Réveillon das Águas", promovido pelo governo do Estado. A inauguração da obra, a inauguração da nova orla da Praia de Macaerico, totalizadamente revitalizada e reurbanizada. Uma obra de fôlego, que deixa mais atraente um dos mais procurados pontos turísticos do Pará. Foram quase R\$ 7 milhões investidos na recuperação de uma área de 73.270 metros quadrados, incluindo desde a duplicação da pista principal até o desvio e tratamento do esgoto doméstico, para acabar com a poluição da praia. Ao lado da paradisíaca Praia do Alabáia, a Praia de Macaerico agora torna um dos mais belos cartões postais do Estado, que, em 31 de dezembro, será inaugurado por Almir Gabriel.

A obra inclui a pavimentação e sinalização de 500



Nova orla, obra revitaliza o potencial de atração turística do principal município litorâneo do Pará, que atrai com o pé direito no ano novo

responsável pela execução e gerenciamento da obra, incluiu no projeto o saneamento da orla do Macaerico, acabando com o lançamento de material poluente na praia. Agora, os dejetos são encaminhados para uma estação de tratamento e são despejados na foz de mangue, às margens da Avenida Coaraci. Além da rede de esgoto, refeta pela Cosampa, foram trocadas as fiações elétrica e telefônica. Do projeto também constam a instalação de uma rosa-dos-ventos, um relógio de sol, um cruzetiro e de um palco fixo, e ainda a recuperação total da área conhecida como "Bosque".

A nova orla do Macaerico está totalmente inserida no meio ambiente, gerando o arquiteto Fábio Arruda, autor dos projetos arquitetônico e urbanístico da obra. Segundo ele, todos os detalhes da revitalização da orla do Macaerico, uma área que já sofreu impactos ambientais, foram amplamente discutidos com a Sebrae. Sociais "Secretaria Executiva de Turismo, Patrimônio e Arqueologia" e "Departamento de Arqueologia e Patrimônio da União (DPUA)", a Prefeitura de Salinas, a Câmara Municipal e a Associação de Barraqueiros. O projeto, aprovado em todos os setores, objetivou dotar a área de condições para o turismo, fazer prática de esportes e eventos culturais, beneficiando adultos e crianças. O arquiteto garante que a obra foi projetada com capacidade para absorver, no futuro, até 40 mil pessoas.

Laurentes, 18 boxes e sete pontos de venda de água de coco, tendo ainda no cenário esculturas em concreto de elementos da fauna regional, como aratinga, peixe e jacaré. Também foram construídos um deck com 400 metros quadrados, quatro rampas de acesso à praia e 80 rampas para deficientes, e instalados no calçadão refletores direcionados à praia. O projeto paisagístico valoriza um dos símbolos do Pará, a raiz de patchouli, e inclui ainda 4 mil pés de coqueiros, muitos já em tamanho normal.

Integração à natureza
- A Secretaria Executiva de Transportes (SeTrau),

grounds com brinquedos variados, como canoinhas; um calçadão todo decorado com imagens pintadas de animais marinhos, numa homenagem à cidade de Salinas, que era Viradouro - em tupi-guarani o local de muitos passares - e quadras polivalentes para a prática de esportes e ginástica, protegidas por alambrados. A sinalização é completa de tráfego, ambiental e turística, para melhor orientar e educar a população local e os visitantes.

Nas duas praças de iluminação tendidas a verde e amarela e bebedouros típicos será garantida por 13 re-

metros da Avenida Miguel Santa Brígida, mais 2 km da orla do Macaerico, 500 metros da pista de retorno onde há um estacionamento para milhares de turistas) e 1,100 metros da Avenida Coaraci, uma rota alternativa do Macaerico até o centro da cidade, além de muro de arrimo em 2,1 km de extensão e estacionamento com quatro pistas, cuja iluminação - em vapor metálico - é garantida por 80 postes com luminárias. O público vai dispor de redutores de velocidade em toda a área. 2 km de ciclovia e 4 km de ciclovia; uma passarela em concreto, que dá acesso à Praia da Corvina, play-

construídas com madeira (macaerububa, pe e piçuma)

integradas com rampas de concreto, quatro rampas de acesso à praia e 80 rampas para deficientes, e instalados no calçadão refletores direcionados à praia. O projeto paisagístico valoriza um dos símbolos do Pará, a raiz de patchouli, e inclui ainda 4 mil pés de coqueiros, muitos já em tamanho normal.

Integração à natureza
- A Secretaria Executiva de Transportes (SeTrau),

integradas com rampas de concreto, quatro rampas de acesso à praia e 80 rampas para deficientes, e instalados no calçadão refletores direcionados à praia. O projeto paisagístico valoriza um dos símbolos do Pará, a raiz de patchouli, e inclui ainda 4 mil pés de coqueiros, muitos já em tamanho normal.

Integração à natureza
- A Secretaria Executiva de Transportes (SeTrau),

ANEXO D – JORNAL O LIBERAL
ASSUNTO: SALINÓPOLIS DEIXOU DE SER VILA HÁ 100 ANOS

Salinópolis deixou de ser vila há 100 anos



FOTOS RENATO CHAUJ

Maria Pajurá é do tempo em que só havia "caminhos"

Cultura popular perde fôlego

Se por um lado o turismo trouxe progresso e alavancou a economia de Salinópolis, tanto que hoje cerca de 80% da sua população vive em função do veranista e as maiores atividades no município é o setor da construção civil e hoteleira, por outro essa invasão de veranistas ávidos por lazer acabou fazendo com que a cultura popular do lugar acabasse perdendo fôlego e fosse gradativamente esquecida.

Para os moradores mais antigos de Salinópolis, como o aposentado Osvaldo Nascimento, já vai longe o tempo em que o catimbó, as danças de quadrilhas, boi-bumbás e pássaros eram as maiores expressões culturais do seu povo. Ou melhor, eram os únicos meios de lazer dos nativos. Era tempo do grupo do seu Jerimar, que hoje mora na vila de Cuairana, e da dona Maria Pajurá, que aos 81 anos ainda resiste e mantém, junto com seus filhos, o grupo Os pajuraras.

Maria Alves dos Santos, a Maria Pajurá (lembrança do nome da vila onde ela nasceu), criou os nove filhos vendendo mingau, café, tapioca e cocada. "Eu criei, eduquei e empreguei meus filhos às custas do meu trabalho", orgulha-se.

Por influência do pai, Justo Alves, que peregrinava por vários po-

mandade de São Benedito, ela aprendeu a cantar e a se apresentar em público. "Me lembro que em Salinas só era caminho, não tinha essas ruas todás, e a gente se reunia para cantar e dançar até o dia amanhecer. Às vezes a gente emendava, e quando acabava todo mundo estava morto de cansado. O jeito era tomar um chá de carmilitana (uma erva parente da erva cidreira) e dormir muito", conta dona Maria Pajurá, avó de netos que ela nem sabe quantos, outro tanto de bisnetos e uma tataraneta de dois anos.

Com seu Vavá não era diferente. Caboclo nascido há 64 anos nos cafundós de Salinópolis, na localidade de Macapazinho, ele recorda dos primeiros veranistas, a exemplo de várias famílias portuguesas. "O Ramos, que ainda tem neto aqui na cidade, o Baltazar, Gouveia, Bem-beim, que compravam todas as frutas que a gente levava para vender", conta, lembrando também do folclore fazia parte do dia-a-dia do moradores do lugar.

"Hoje nem se fala nisso, mas antes de morrer ainda espero ver essas tradições resgatadas", sorri sua Vavá, avó de 17 netos e uma bisneta, e dono de uma cultura adquirida na prática, já que mal concluiu o primá-

ANEXO E – JORNAL DIÁRIO DO PARÁ
ASSUNTO: IBAMA CONSTATA CRIME AMBIENTAL EM SALINÓPOLIS

Veículo : DIÁRIO DO PARÁ

ASSUNTO: SALINÓPOLIS - Pará

Pág.: 04

Edição: Cidade

Local: Belém

Data: 29.06.03

Ibama constata crime ambiental em Salinópolis

Cerca de um quilômetro de mangue foi aterrado com lixo hospitalar e doméstico, e sofre extração ilegal de argila, assoreamento de mananciais hídricos e risco de poluição e contaminação na adutora que faz a captação de água e abastece a cidade.

O Ibama notificou a Prefeitura, lavrou Termo de Embargo pelo aterramento da área de mangue (Área de Preservação Permanente - APP) com lixo

em geral, inclusive de origem hospitalar) e lavrou Auto de Infração no valor de quinhentos mil reais (R\$ 500.000,00), por "causar poluição de qualquer natureza por lançamento de resíduos sólidos.

Segundo o relatório dos técnicos, está "ocorrendo a degradação ambiental em Áreas de Preservação Permanente (APP) pela disposição inadequada dos resíduos sólidos domésticos e hospitala-

res contrariando as seguintes legislações: Artigo 1º da Lei n.º 4.771/65 - Código Florestal, Artigo 7º da Lei 6.890/80 - Artigo 3º da Resolução nº 005/88 do Conama, e Artigo 9º da Resolução nº 010/90 do Conama".

No relatório os técnicos sugerem: a análise físico química por órgãos competentes, das águas dos rios da área atingida pelo lixo, bem como da água captada pelo sistema

de abastecimento da Cosanpa: urgente e completa retirada de todo o lixo das áreas afetadas e, elaboração de projeto para recuperação da área degradada, conforme legislação ambiental em vigor.

Na denúncia encaminhada ao Ibama, os moradores garantem que "o crime ambiental em Salinópolis é perpetrado pela prefeitura municipal e está levando o município ao estado de calamidade pública".

ANEXO F – JORNAL O LIBERAL

ASSUNTO: INVESTIMENTOS ATRAEM TURISTAS DE ESTADOS VIZINHOS

Fundação Cultural do Estado do Pará
Fundação Cultural do Pará "Tancredo Neves"
Biblioteca Pública "Arthur Viana"

Veículo: LIBERAL Data: 17/07/00
Autor: Cad.:
Título: ASSUNTO: SALINAS - PARA

Investimentos atraem turistas de estados vizinhos

Salinas também é um convite às incursões por trilhas de mata, praias desertas, lagos, manguezais, vegetação litorânea abundante e outros atrativos ainda pouco explorados nos roteiros turísticos.

A urbanização da orla do Maçarico (ao lado do Maçarico) ganhou investimentos de R\$ 8 milhões do Governo do Estado

Apenas em três dias da penúltima semana de julho passado, em torno de 12,3 mil carros - correspondente a 150 mil pessoas - tomaram o rumo de Salinas. Embora apenas cerca de 10% deste fluxo seja de pessoas vindas dos Estados do Tocantins, Goiás, Amapá e Amazonas, de acordo com estimativa da Companhia Paraense de Turismo (Paratur), o movimento atesta resultado positivo aos investimentos do Governo em infra-estrutura turística e divulgação promocional do Pará além das fronteiras do Estado.

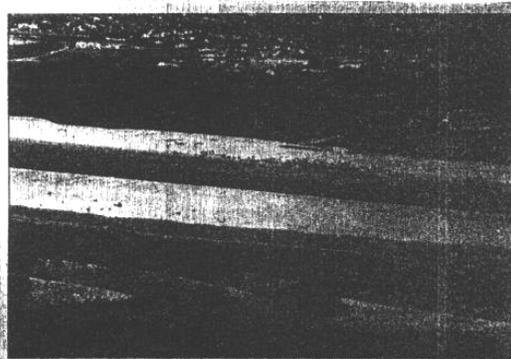
O assessor da presidência da Paratur, José Rassy, confirma que a afluência de turistas dos Estados vizinhos teve como um dos fatores a melhoria dos chamados equipamentos turísticos, que em Salinas tem como ícone a urbanização da orla do Maçarico, um complexo de lazer e diversão inaugurado há três anos num investimento de R\$ 8 milhões do Governo. "A obra foi idealizada e executada dentro de um planejamento de incentivo à indústria turística, aproveitando esta vocação natural já explorada no município de Salinópolis", afirmou Rassy.

A praia do Maçarico está localizada no núcleo urbano de Salinópolis, município onde a temperatura média anual fica em torno dos 27,7º C. A orla da praia é um dos pontos mais frequentados nas noites de julho e datas festivas, como carnaval e reveillon.

São 2.300 metros quadrados de orla com um calçadão ornamentado com 4.200 coqueiros, e que em pouco tempo virou o point dos ciclistas e adeptos do cooper ao amanhecer e ao final da tarde.

Na orla do Maçarico se encontram sete restaurantes que funcionam o ano inteiro, aos finais de semana, além da praça de alimentação com 18 quiosques onde se pode degustar a culinária típica do Estado e seis quiosques de venda de água de coco. "Um fator importante é que os restaurantes são de madeira e cobertos de palha, para preservação do mangue ao longo da orla", explicou Rassy. Também no Maçarico há espaços adequados para a realização de eventos culturais durante o período do verão e determinadas épocas do ano. As crianças também têm diversão garantida nos parques das três praças ornamentadas com esculturas de caranguejo, sirí, ostra e tartaruga.

Outra obra do Governo que beneficia a população de Salinas e os milhares de veranistas, inaugurada em julho do ano passado pelo governador Simão Jatene, é a urbanização da movimentada praia do Atalaia, que fica à direita de quem chega pela estrada, e do acesso ao Farol Velho, a praia localizada no lado oposto ao Atalaia. Os motoristas dispõem agora de 500 metros de pista dupla asfaltada até à praia, com três faixas de tráfego e per-



curso todo iluminado, além de três rampas para o acesso de veículos, duas para pedestres e uma escada. De acordo com o chefe do 2º Núcleo da Setran, engenheiro Osmar Sampalo Junior, a obra terá uma vida útil de 10 a 20 anos, "desde que seja bem conservada pelos usuários".

O projeto contemplou quem chega de carro particular e também os grupos de banhistas que se deslocam em ônibus fretados, que agora contam com estacionamento de 15 mil metros quadrados e capacidade para 100 ônibus, a ser administrado pela prefeitura de Salinópolis após assinatura de convênio com a Secretaria Executiva de Transportes (Setran). O local dispõe ainda de banheiros masculino e feminino, com 13 sanitários, incluindo dois para portadores de necessidades especiais. No lado externo foram instalados 20 chuveiros e uma maloca para recepção aos grupos de banhistas.

No Farol Velho, os serviços constam de cinco quilômetros de terraplanagem e revestimento

primário nos acessos à praia e atalho no final do Atalaia, além de um projeto de arborização que resultou no plantio de 2.500 metros quadrados de grama esmeralda na rampa de acesso à praia, no estacionamento dos ônibus e canteiros centrais, já ainda 16 palmeiras férteis nos canteiros centrais e na área do coreto da praia, que recebeu dez bancos numa área planejada para o visitante contemplar o oceano e o pôr do sol. Projetos como esses, que valorizam o potencial turístico de Salinas, são vistos com entusiasmo pelo estudante Anderson Rodrigues, 22, que inclui além deste balneário, as praias de Marapanim, também na região de Salgado, e de Soure, no Marajó, no roteiro de viagens durante as férias de julho, acompanhado de toda a família. "Agora sim, o acesso ao Atalaia ficou bonito e com imagem de lugar turístico para o mundo, como deve ser a cara do Pará", afirmou Anderson, no intervalo dos mergulhos na praia do Atalaia.

ANEXO G – COMUNICADO DA APROVAÇÃO DO PROJETO AGRISAL



SUDAM - BURELITICA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

DI-0-125/72

Belém, 08 de agosto de 1972

Senhor Diretor:

Comunico a Vossa Senhoria que o Conselho De liberativo da SUDAM, em sessão ordinária do dia 26 de julho do corrente ano, ao apreciar o processo No.0174/72, de in terêsse dessa Emprêsa, referente ao projeto da AGROINDUSTRI AL DE SALINÓPOLIS S/A - AGRISAL, concluiu pela sua aprova- ção.

Encaminho, em anexo, cópia da Resolução No. 1306, um exemplar do Parecer DI/DPA No.054/72, um exemplar do Plano de Contas, cópia da Memória de Análise, um modelo do Relatório da Emprêsa e um modelo da Placa da SUDAM, sô bre a matéria aprovada pelo referido Colegiado.

Na oportunidade, apresento a Vossa Senhoria protestos de consideração e aprêço.

<p>3: 9/11/72 Dr. RAMIRO FERNANDES NAZARE Diretor-Presidente SUDAM - BURELITICA Rua... Belém - Pará</p>	<p>Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original, que me foi exibido nesta data, pelo Sr. RAMIRO FERNANDES NAZARE, Diretor-Presidente da SUDAM - BURELITICA.</p> <p><i>[Handwritten Signature]</i> RAMIRO FERNANDES NAZARE Diretor-Presidente SUDAM - BURELITICA Belém - Pará</p>
--	--

[Handwritten Signature]
RAMIRO VERGOLINO DE MENDONÇA
Departamento de Incentivos

RAMIRO FERNANDES NAZARE
ME. Diretor-Presidente da AGROINDUSTRIAL DE SALINÓPOLIS S/A.
SALINÓPOLIS - PARÁ

/mlss/

ANEXO H – RESOLUÇÃO Nº 3.825

RESOLUÇÃO Nº 3826

A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 13, item I, com a nova redação que lhe deu o art. 1º do Decreto nº 62.235, de 07 de fevereiro de 1966, e III do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 60.079, de 16 de janeiro de 1967, combinado, ainda, com o art. 3º do já mencionado Decreto nº 62.235/68 e, em cumprimento à decisão do CONSELHO DELIBERATIVO da Autarquia, em sua 134ª. Reunião Ordinária, realizada no dia 31 de maio de 1979, em Belém, Estado do Pará,

R E S O L V E :

1. Promulgar, pelo que se contém na Proposição nº 099/79, da Secretaria Executiva, e, na forma dos anexos, a presente RESOLUÇÃO do Conselho Deliberativo, que aprova o Cancelamento dos benefícios fiscais instituídos em favor da AGRO-INDUSTRIAL DE SALINÓPOLIS S/A-AGRISAL, ficando a SUDAM autorizada a adotar as medidas indicadas nos artigos 17 e 18 do Decreto-lei nº 756, de 11 de agosto de 1969, inclusive para recuperar os valores de incentivos fiscais liberados, bem como remeter cópias dos projetos aprovados, dos Laudos de Fiscalização, relatórios, pareceres e outros documentos que instruem esta Proposição, e sua correspondente Resolução ao Excelentíssimo Senhor Procurador Regional da República, para as medidas penais cabíveis.

Belém, 31 de maio de 1979

ELIAS SEFER

Superintendente da SUDAM

ANEXO I – PROPOSIÇÃO Nº 099

Senhores Conselheiros:

A empresa AGRO-INDUSTRIAL DE SALINÓPOLIS S/A - AGRISAL, objetivando a integração de atividade agrícola à industrial com base na cultura do cajú, no Município de Salinópolis, Estado do Pará, teve seu projeto original aprovado pelo Conselho Deliberativo da SUDAM através da Resolução nº 632, na reunião ordinária de 15 de maio de 1972, nos termos do Parecer DI/DPA nº 055/72, com um investimento total de CR\$. 4.544.784,40 (QUATRO MILHÕES, QUINHENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL, SETECENTOS E OITENTA E QUATRO CRUZEIROS E QUARENTA CENTAVOS).

Posteriormente, essa empresa solicitou da SUDAM a reformulação técnica e econômico-financeira de seu projeto, o que foi afinal aprovado pelo Conselho Deliberativo, em sessão realizada a 26 de julho de 1972, pela Resolução nº 1.326, nos termos do Parecer nº DI/DPA nº 054/72, com um investimento total de CR\$56.842.275,25 (CINQUENTA E DOITO MILHÕES, SEISCENTOS E QUARENTA E DOIS MIL, DUZENTOS E CINCO CRUZEIROS E CINCO CENTAVOS), sendo:

- RECURSOS PRÓPRIOS CR\$11.761.808,30
- INCENTIVOS FISCAIS CR\$35.285.424,75
- DISP.FINANÇEIRA EMP.... CR\$11.594.972,20

A SUDAM liberou em favor da empresa beneficiária, no período de outubro de 1972 a setembro de 1975, o montante de CR\$. 35.235.313,30 (TRINTA E CINCO MILHÕES, DUZENTOS E TRINTA E CINCO MIL, TREZENTOS E TREZE CRUZEIROS), tendo a mesma empresa naquele ano, feito a insuficiência de recursos programados para o seu projeto, apresentado novo pleito para o prosseguimento de suas atividades.

Este pedido, devidamente instruído e estudado pelo Departamento técnico competente, chegou a ser encaminhado à apreciação do Conselho Deliberativo. Entretanto, por razões de ordem técnica foi retirado da pauta da reunião de setembro de 1975 para reanálise, objetivando, principalmente, melhor estudo da viabilidade técnica do empreendimento

Em decorrência foram efetuadas análises e profundos estudos de viabilidade técnica favoráveis a continuidade do projeto inclusive com a perspectiva de novas alternativas, que deveriam permitir a diversificação de outras culturas regionais. Entretanto, com a efetivação de serviços de auditoria, constatou a SUDAM a existência de irregularidades administrativas que comprometem a diretoria da empresa, e que comprovam, finalmente, a indevida aplicação de recursos dos incentivos fiscais liberados para a beneficiária.

Como se observa o assunto mereceu da parte da SUDAM os esforços necessários ao socorrimto da empresa. No entanto essas intenções saneadoras não puderam ser alcançadas e foram afinal prejudicadas pela própria situação do projeto que não demonstrou suficiente resposta de viabilidade econômica, havendo ainda problemas em relação às terras de sua propriedade e perda de parte das inversões existentes, culminando com o descrédito de sua principal acionista, a SERTEC-Participações e Administração Ltda. cuja falência dificultou ainda mais qualquer ação desta agência de desenvolvimento regional, tornando-se impossível conciliar os interesses desenvolvimentistas com o estado de fato do empreendimento, agravado com o pedido de falência da própria empresa beneficiária.

Adresca informar, também, a circunstância de que outros acionistas do projeto, assim como a instituição financeira interessada em assumir o controle acionário da Agrisal estão sendo acionados judicialmente, pelo BASA, na qualidade de avalistas e pela inadimplência incontestada da empresa beneficiária.

Isto posto, face a estas ocorrências, e perda das inversões existentes, com a infringência do art. 60 da Resolução nº 2525/70, e, desde que houve aplicação dos recursos liberados em desconformidade com o projeto aprovado, a Secretaria Executiva propõe ao Egrégio Colegiado o cancelamento dos benefícios fiscais instituídos à AGRO-INDUSTRIAL DE SALINOPOLIS S/A - AGRISAL, ficando autorizada a adotar as medidas indicadas nos artigos 17 e 18 do Decreto-lei nº 758, de 11 de agosto de 1969, inclusive para recuperar os valores de incentivos fiscais liberados, bem como remeter cópias dos projetos aprovados, dos laudos de fiscalização, relatórios, pareceres e outros documentos que instruem esta Proposição e sua correspondente Resolução ao Excelentíssimo Senhor Procurador Regional da República para as medidas penais cabíveis.

Salém, 13 de março de 1979

HUGO DE ALMEIDA
Superintendente da SUDAM

**ANEXO J – CARTA DO SECRETÁRIO DE ESTADO E PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO GERAL**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

11/6/79
SEPLAN

GABINETE DO SECRETARIO

Belém, 11 de abril de 1979.

Ref. PROPOSIÇÃO nº 099/79

Interessado: Agro-Industrial de Salinópolis S/A - AGRISAL

Senhor Superintendente:

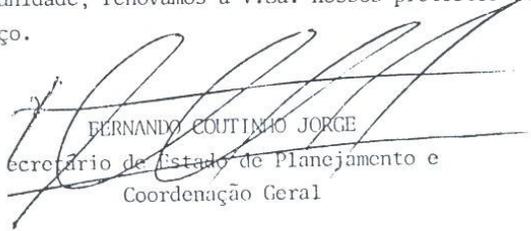
O Governo do Estado do Pará pediu e obteve dessa Superintendência, por ocasião da 132ª reunião ordinária do Egrégio Conselho Deliberativo da SUDAM, realizada no dia 14 de março do corrente ano, vistas do processo em referência, de interesse da Agro-Industrial de Salinópolis SA (AGRISAL).

Em nome dos mais altos interesses do desenvolvimento paraense, solicitamos, na ocasião do pedido de vistas que, antes de submeter à decisão do CONREL a proposição de Cancelamento do Projeto em questão, fosse permitido ao Governo do Pará estudar com maior profundidade as implicações de tal medida e buscar, nos limites legais e respeitados os aspectos técnicos do problema, soluções alternativas que merecessem acatamento dessa agência de desenvolvimento regional.

Iniciados os estudos, motivadores do pedido de vistas, torna-se, para nós, evidente que existem possíveis alternativas que não o cancelamento do projeto. É imperioso contudo que, concorde V.Sa. com a prorrogação do prazo de vistas para que, este Governo apresente o seu parecer na reunião ordinária do CONDEL que deverá realizar-se no mês de maio do corrente ano.

Pedindo-o na forma regimental, esperamos a compreensão de V.Sa. e colocamo-nos a disposição dessa Superintendência para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se fizerem necessários.

Na oportunidade, renovamos a V.Sa. nossos protestos de consideração e distinguido apreço.


FERNANDO COUTINHO JORGE
Secretário de Estado de Planejamento e
Coordenação Geral

ANEXO L – RESOLUÇÃO Nº 1.306

RESOLUÇÃO Nº 1303

A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 13, ítem I, com a nova redação que lhe deu o art. 1º do Decreto nº 62.235, de 07 de fevereiro de 1968, e III do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 60.079, de 16 de janeiro de 1967, combinado, ainda, com o art. 3º do já mencionado Decreto nº 62.235/68 e, em cumprimento à decisão do Conselho Deliberativo da Autarquia, em sua 52ª Reunião Ordinária, realizada no dia 26 de julho de 1972, em Cuiabá, Estado Mato Grosso,

R E S O L V E :

1. Promulgar a presente RESOLUÇÃO do Conselho Deliberativo, que aprova o Parecer DI/DPA nº 054/72 (Proc. nº 01724/72), da Secretaria Executiva, através do qual se declara o projeto "AGRO-INDUSTRIAL SALINÓPILIS S/A", enquadrado entre aqueles que merecem colaboração financeira dos recursos derivados do Decreto-Lei nº 756/69, art. 1º, alínea b, na forma do art. 10, ítem I, nº 2, da Resolução nº 36, de 14.6.68, do CONDEL/SUDAM, bem como se autoriza a Secretaria Executiva a liberar recursos oriundos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 756/69, até o montante de Cr\$31.876.836,51 (TRINTA E UM MILHÕES, OITOCENTOS E SETENTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E TRINTA E SEIS CRUZEIROS E CINQUENTA E UM CENTAVOS).

2. Sendo exigido, independentemente de quaisquer outras incidências legais que, para o funcionamento normal da Empresa, possam ocorrer:

- 2.1 - que as ações decorrentes do Decreto-Lei nº 756/69, sejam nominativas, intransferíveis e não resgatáveis por 5 (cinco) anos, contados da data de sua subscrição e, dessas ações, 50% pelo menos devem ser preferenciais, sem direito a voto;
- 2.2 - que a Empresa apresente, semestralmente, aos subscritores de ações oriundas de recursos do Dec.-Lei 756/69, relatórios demonstrativos da efetiva aplicação dos respectivos recursos (Decreto nº 60.079/67, art. 72, V), enviando cópias à SUDAM;
- 2.3 - que, se no período de implantação houver mudança no Controle Acionário, excetuando-se em decorrência de morte de acionista ou decisão judicial passada em julgado, deverá ter prévia anuência da SUDAM, sob pena de ser revogada a aprovação do Projeto e, conseqüentemente, o gozo de seus efeitos;
- 2.4 - que a Empresa, obrigatoriamente, mantenha placa no local do empreendimento, à vista do público, mencionando a colaboração recebida do Órgão, de acordo com o modelo e especificações estabelecidas pela SUDAM, bem como em toda publicidade que fizer de seu empreendimento, mencionar aquela colaboração;
- 2.5 - que todos os estágios do empreendimento, sejam orientados por técnico(s) de nível superior, recrutado(s) de preferência na região cuja especialização se correlacione com os objetivos do empreendimento;

- 2.6 - que as derrubadas sejam feitas obedecendo a topografia da área, a rede de drenagem e os tipos de solos da propriedade;
- 2.7 - que seja cumprido fielmente o programa fito-sanitário previsto nesta análise, devendo a Empresa comunicar aos órgãos competentes e à SUDAM, a ocorrência de doenças e pragas que possam por em perigo a cultura de Caju da Fazenda;
- 2.8 - que sejam obedecidas, rigorosamente, todas as modificações efetuadas na análise, bem como cumpridas as etapas de trabalho previstas;
- 2.9 - que faculte o acesso de entidades oficiais vinculadas à pesquisa no País, dos dados técnicos e econômicos referentes ao empreendimento;
- 2.10 - que a Empresa franqueie todas as suas dependências, bem como forneça todos os dados solicitados pelas equipes de fiscalização da SUDAM;
- 2.11 - que todos os veículos e máquinas da Empresa, sejam timbrados com os seguintes dizeres: "PROJETO APROVADO PELA SUDAM";
- 2.12 - que a Empresa obtenha licença da repartição competente para instalação e funcionamento dos aparelhos de rádio-transmissores;
- 2.13 - que os recursos liberados sejam aplicados no Projeto e que este seja executado de acordo com as especificações com que foi aprovado, sob pena da SUDAM tornar sem efeito os atos que reconheceram o direito da Empresa aos favores do Decreto-Lei nº 756/69, e tomar as providências necessárias para a recuperação dos valores correspondentes aos benefícios já utilizados;

- 2.14 - as aquisições de bens deverão ser efetuadas sempre que possível de concessionários, diretamente, com pagamento à vista, evitando-se com isto, que o bem seja onerado no seu real valor. Fica também proibida a compra de veículos, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, etc., usados;
- 2.15 - toda alteração ou troca de serviços ou bens previstos em quaisquer dos itens do Cronograma aprovado, só poderão ser efetuadas com prévia anuência da SUDAM;
- 2.16 - que os recibos de comprovação de serviços prestados por terceiros, venham expressando com clareza, o valor e a quantidade física realizada. Estes documentos deverão ser passados, sempre que possível, em papel timbrado da firma ou pessoa prestadora do serviço;
- 2.17 - que a Empresa mantenha à disposição da SUDAM, devidamente atualizada, sua escrita contábil, utilizando para tal, o Plano de Contas fornecido por este Órgão;
- 2.18 - manter os documentos arquivados de maneira a facilitar sua conferência por ocasião das fiscalizações;
- 2.19 - para fins de análise das realizações e liberações de Incentivos Fiscais, a Empresa deverá remeter à SUDAM, independentemente de solicitação, entre outros, os seguintes documentos:
 - a) Balancete mensal devidamente assinado pelo contador da Empresa;
 - b) Relatório das Aplicações levantado trimestralmente;
 - c) Balanço Geral levantado em 31 de dezembro de cada ano, juntamente com a demonstração da Conta de Lucros e Perdas do exercício;

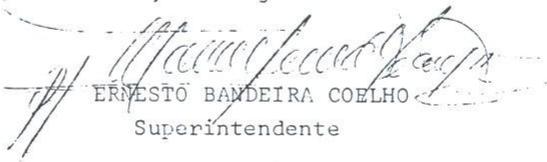


- 2.20 - que a Empresa facilite estágios de caráter técnico-científico no País, solicitados pelos estabelecimentos de ensino da Região, através da SUDAM;

É exigido:

- 3.1 - para a 1ª liberação no valor de Cr\$4.829.663,10, correspondente ao montante relativo a rubrica "outros recursos" do cronograma em 31.03.1972, que a Empresa comprove haver resgatado a hipoteca no valor Cr\$78.000,00 (Setenta e oito mil cruzeiros), constante da Cédula Rural Pignoraticia e Hipotecária Nº EPAG-FLA-FUNAGRI 69/I;
- 3.2 - para as demais liberações no montante de Cr\$27.047.173,41, que a Empresa apresente a documentação legal definitiva da área de ampliação e comprove o resgate do passivo referido.

Belém, 26 de julho de 1972


ERNESTO BANDEIRA COELHO
Superintendente